

**MEMÓRIAS  
DO  
MPF  
CATARINENSE**



PROCURADORIA DA REPÚBLICA  
Santa Catarina

**MEMÓRIAS  
DO MPF  
CATARINENSE**



Florianópolis, SC  
Procuradoria da República  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823

Brasil. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no  
Estado de Santa Catarina.

Memórias do MPF catarinense. Florianópolis, 2018.  
200 p.

1. Procuradoria da República em Santa Catarina – história. I. Brasil.  
Ministério Público Federal. II. Título.

CDDir 314.413

# Sumário

Apresentação.....	7
UM NOVO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	9
<b>Raquel Dodge</b> - Procuradora geral da República	
A OPORTUNIDADE DE FAZER A DIFERENÇA.....	12
<b>Darlan Airton Dias</b> - Procurador chefe da PR/SC	
MEMÓRIAS DE QUEM AJUDOU A FORJAR A IDENTIDADE DO MPF/SC.....	17
<b>Ela Wiecko V. de Castilho</b> - Subprocuradora geral da República	
MUITOS ANOS DE CRESCIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL.....	20
<b>Amélia Cristina Stahlschmidt Moura</b> - Técnica administrativa	
MINHAS MEMÓRIAS DO MPF.....	23
<b>Análucia de Andrade Hartmann</b> - Procuradora da República	
UM POUCO DA HISTÓRIA EM CHAPECÓ.....	29
<b>Arno Reis</b> - Chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte (Disot)	
TENHO SAUDADE, VONTADE DE TRABALHAR, RECEBER PROCESSO.....	33
<b>Carlos Antonio Fernandes de Oliveira</b> - Procurador aposentado	
TRABALHO SÉRIO, DEDICADO E HONESTO.....	40
<b>Carlos Augusto de Amorim Dutra</b> - Procurador da República	
ENTREI COM UMA FESTA E SAÍ COM UMA FESTA.....	43
<b>Cida Sell</b> - Servidora aposentada	
MINHA HISTÓRIA NO MPF.....	50
<b>Cynthia de Moura Orengo</b> - Coordenadora de Gestão de Pessoas	
CONSTRUÍMOS JUNTOS A HISTÓRIA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA.....	56
<b>Daniele Cardoso Escobar</b> - Procuradora da República	
UMA EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA.....	60
<b>Ercias Rodrigues de Souza</b> - Procurador da República	
DE SÃO PAULO A JARAGUÁ DO SUL.....	66
<b>Evaldo Rodrigues Rosa</b> - Técnico Administrativo em Jaraguá do Sul	

ONDE TUDO COMEÇOU .....	68
<b>João Marques Brandão Néto</b> - Procurador da República	
SOBRE COMO ERREI O CAMINHO ATÉ ME ENCONTRAR.....	73
<b>Humberto Eckhard</b> - Analista de Comunicação Social	
MAIS DE 16 ANOS DE MPF EM CHAPECÓ .....	82
<b>Lairdes Zanchet</b> - Técnica de Administrativa	
NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM SANTA CATARINA TODO DIA É DIA DO ÍNDIO! .....	85
<b>Lucyana Pepe</b> - Procuradora da República em Blumenau	
17 ANOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E CIDADANIA ATRAVÉS DAS AÇÕES DO MPU .....	89
<b>Marcos Farias de Almeida</b> - Analista em antropologia em Florianópolis	
UM PEDACINHO DE MINHA HISTÓRIA NO OESTE .....	92
<b>Paulo Henrique Correa de Moura</b> - Coordenador Jurídico e de Documentação	
PRECISAMOS NOS REINVENTAR E ENCONTRAR NOVOS CAMINHOS.....	100
<b>Rafaella Alberici de Barros Gonçalves</b> - Procuradora da República	
NÃO FOI BOM TRABALHAR NA PROCURADORIA, FOI ÓTIMO.....	106
<b>Rogério Silveira</b> - Servidor aposentado	
ME APAIXONEI PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, ENTENDESSE? .....	113
<b>Sônia Quint</b> - Servidora aposentada	
A AMPLA MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA BAÍA DA BABITONGA.....	119
<b>Tiago Gutierrez</b> - Procurador da República	
A SERVIDORA MAIS ANTIGA NA ATIVA NA PR/SC.....	122
<b>Vânia Luzia Gorges</b> - Técnica administrativa em Florianópolis	
ENTRE SANTA CATARINA E RIO, DE PROCURADOR A POLÍTICO.....	126
<b>Volney Collaço de Oliveira</b> - Subprocurador geral da República aposentado	
Procuradores e Servidores da PR-SC .....	135
Atuação judicial do MPF/SC .....	145
Atuação extrajudicial do MPF/SC .....	153
Memórias visuais do MPF/SC.....	163

# Apresentação

A partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição, o Ministério Público Federal passou a ter uma nova configuração. Como órgão essencial à Justiça, ganhou a incumbência de ser o defensor da ordem jurídica, da democracia e dos interesses difusos e coletivos. Já são 30 anos, uma trajetória de reconhecimento e cobrança da sociedade. Com a posição consolidada como um dos pilares de sustentação da nossa democracia, comemoramos essa data com o projeto “MPF Cidadão – 30 Anos: Uma história de combate ao crime e de proteção aos direitos humanos”.

Em Santa Catarina, onde há poucos registros sobre a história da Procuradoria da República, esse projeto resultou na edição desse livro. Aqui, membros e servidores que quiseram relatar suas experiências, contaram suas histórias de vida e de trabalho no MPF. Histórias que, do ponto de vista pessoal, retratam acima de tudo a importância do trabalho de cada um para a construção do MPF Cidadão.

Não temos, como diz a servidora aposentada Cida Sell em seu depoimento nesse livro, uma certidão de nascimento, uma lei, um decreto, um documento que possa ser considerado o surgimento da Procuradoria da República. Daí a importância desses relatos no resgate da história do MPF em Santa Catarina. E, quem sabe, o embrião para um projeto de maior fôlego, de resgate da nossa história como formadores e garantidores da cidadania catarinense.



# Um novo Ministério Público

**Raquel Dodge**



Procuradora geral da República

O ideal de um país mais justo e democrático fez germinar o novo Ministério Público, instituído pela Constituição de 5 de outubro de 1988.

A desigualdade, a exclusão, a violência, a corrupção e a impunidade foram ingredientes desta transformação. Baixa escolaridade, escassos serviços de saúde e dificuldade de acesso à Justiça foram percebidos pelos pais fundadores do Ministério Público como razões necessárias para defender uma instituição independente e autônoma, que defendesse o interesse público, a separação entre a coisa pública e a privada, e a democracia.

A liberdade de expressão, a escravidão contemporânea, o serviço público burocratizado e inacessível, fraudes nas eleições, corrupção de verbas públicas e a devastação das florestas clamavam por um Ministério Público com garantias constitucionais que dotassem seus membros de meios adequados para intervir em defesa do bem comum.

Não havia a ação civil pública, nem o inquérito civil público, tampouco meios extrajudiciais suficientes para resolução de conflitos. A atuação criminal ainda dependia de instrumentos processuais adequados para desvendar o crime organizado e para alcançar provas de corrupção e de desvio de verbas públicas.

Em uma jornada ininterrupta e coerente, os membros do Ministério Público foram ajudando a robustecer o marco regulatório que fortalece a defesa de direitos humanos e o enfrentamento do crime. A experiência jurídica amparou os reclamos por independência funcional e por garantias institucionais.

A instituição assumiu, mais que nunca, estatura constitucional. Por persistência, inspiração e obra dos seus fundadores, a magistratura do Ministério Público hoje ombréia paritária com as três garantias reservadas ao poder Judiciário. São vestes protetoras de nossas atribuições, necessárias para garantir resultados para o serviço público que prestamos e protegem nossa devoção à causa pública. Vestes que nos impelem a estar sempre vigilantes em defesa da democracia e contra qualquer ameaça de retrocesso nas garantias e direitos fundamentais.

Após 30 anos, somos legatários de um patrimônio de altivez, zelo e coragem, construído sob a égide da diretriz de por-se a serviço da nação. O Ministério Público é nossa casa, temos de zelar muito bem dela, com espírito de unidade e de renovação. É preciso ter empatia para agir com sensibilidade sobre os problemas que a população e o país enfrentam. É fundamental que estejamos de acordo sobre o que é importante para a vida desta e das próximas gerações de brasileiros, para balizar nossas prioridades de atuação.

A Procuradoria da República em Santa Catarina notabilizou-se pela firme atuação de todos os seus membros em matéria ambiental, talvez em razão dos predicados notáveis da área sob sua jurisdição, mas certamente por compreender que este bem é fundamental. Tem um conjunto exemplar de iniciativas e resultados que inspiram a atuação institucional em todo o país e merecem o estudo jurídico de pesquisadores e juristas. Na matéria criminal, eleitoral e em outras áreas da tutela coletiva também se notabilizaram pela comunicação com a sociedade civil e pela sintonia com os problemas mais importantes a enfrentar.

Gostaria que a Procuradoria da República em Santa Catarina, nesta celebração, apoiasse a criação do Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente, que estou propondo desde o final de

2017, como foro permanente de membros do Ministério Público de todo o mundo para debater sobre a matéria ambiental, incentivar a internalização de normas internacionais de proteção ambiental e a atuação sincronizada e coerente entre Ministérios Públicos de vários países, com o reconhecimento das melhores práticas. A agenda política internacional clama pela defesa dos recursos naturais. Por meio do Instituto Global, defenderemos que os ministérios públicos atuem com prioridade na proteção das florestas e das nascentes, na proteção do ambiente e na defesa da água como direito humano fundamental. O Ministério Público deve ser ator relevante nessa importante conquista da sociedade mundial. Seria bom fazermos isso no momento em que reverenciamos a memória e os 30 anos da atual configuração de nossa instituição.

Que o espírito de união por justiça e democracia seja permanente entre nós!



## A oportunidade de fazer a diferença

**Darlan Airton Dias**



Procurador chefe da PR/SC

Ingressei no Ministério Público Federal em 2003. Antes trabalhei 15 anos na iniciativa privada e pouco mais de um ano no Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Quando ingressei no MPF a Constituição de 1988 já vigia há muitos anos e o Ministério Público já contava com um amplo plexo de atribuições, incluindo a persecução penal, o controle externo da atividade policial e a tutela dos direitos difusos e coletivos. Mesmo assim, fiquei reticente em trocar o Ministério Público Estadual pelo Federal, pois tinha uma imagem de que o trabalho dos membros do MPF era muito burocrático, cuidando de matérias enfadonhas. Todavia, a prática me mostrou que o MPF é tudo, menos burocrático ou enfadonho. Muito pelo contrário. Ao longo desses anos pude trabalhar em casos emblemáticos e desafiadores, com oportunidade de fazer a diferença em prol da sociedade.

Iniciei minha trajetória na Procuradoria da República em Roraima, onde trabalhei principalmente na matéria indígena e no combate à corrupção. Cheguei lá no auge do conflito envolvendo a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Foi uma experiência marcante interagir com indígenas de diferentes etnias (Yanomami, Macuxi, Wapixana, Wai-Wai, Waimiri Atroari, dentre outros). Além disso,

juntamente com outros colegas, trabalhei na Operação Gafanhoto, uma das primeiras grandes operações de combate à corrupção, num modelo que depois se tornaria corriqueiro em todo o país.

De Roraima fui para Resende, na região serrana do Rio de Janeiro, onde trabalhei principalmente em defesa do Parque Nacional do Itatiaia e em casos relacionados à Academia Militar das Agulhas Negras.

Mas o desejo de retornar à terra natal falou mais alto, até que em 2005 consegui retornar a Santa Catarina, lotado na Procuradoria da República em Criciúma. Eu planejava ficar pouco tempo em Criciúma, removendo-me na primeira oportunidade para Florianópolis, Vale do Itajaí ou Joinville. Mas acabei ficando 11 anos por lá e descartando várias oportunidades de remoção neste período.

Em Criciúma eu e minha família encontramos uma cidade agradável e um povo acolhedor. E ali me deparei com o trabalho mais desafiador e mais gratificante de toda minha vida profissional: a recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração de carvão.

A exploração de carvão mineral em Santa Catarina causou um dano ambiental de grandes proporções, concentrando o maior passivo ambiental do país.

Ao longo de mais de um século de exploração de carvão mineral na região, foram muitos os danos ambientais provocados por esta atividade, especialmente a contaminação dos recursos hídricos, a destruição de vegetação e a perda de utilidade de extensas áreas. Estima-se hoje que existam aproximadamente 5 mil hectares de áreas terrestres degradadas pela mineração de carvão na região, além de mais de 800 bocas de mina abandonadas, contribuindo para a degradação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Tubarão e Urussanga. São rios de água vermelha, devido à contaminação por ferro e outros metais.

O MPF vem atuando neste caso pelo menos desde 1993, quando os procuradores da República Rui Sulzbacher e José Ricardo Lira Soares propuseram a primeira ação civil pública (processo nº 93.8000533-4), que resultou na condenação das empresas mineradoras e da União, a recuperarem este passivo ambiental. Inclusive, esta ação gerou um precedente muito relevante para a defesa do meio ambiente, pois no

juízo do caso no STJ (resp nº 647.493/SC, Segunda Turma, rel. João Otávio de Noronha, DJ 22/10/2007, página 233) firmou-se a validade do princípio do poluidor-pagador, a imprescritibilidade da ação que busca a reparação de danos ambientais e a responsabilidade do Estado em decorrência da omissão no dever de fiscalização. Diversos colegas atuaram – e ainda atuam – neste caso, nos três níveis da carreira. Na verdade se trata de um bom exemplo de atuação coordenada.

Quando cheguei em Criciúma, em 2005, havia uma sentença para executar. O trabalho de propor uma ação civil pública e instruí-la adequadamente para obter uma sentença favorável já estava concluído. O desafio era tirar a sentença do papel e, com ela, transformar a realidade fática. Mas esse desafio parecia impossível de ser vencido. A sentença era ampla: condenou as empresas carboníferas e a União, solidariamente, a recuperarem as áreas degradadas pela mineração de carvão e os recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão, no prazo de três anos. Mas era também vaga: quais eram as áreas a recuperar? Quem era responsável pela recuperação de cada área? Quais os padrões de recuperação que seriam aceitáveis? Como fiscalizar adequadamente o cumprimento da sentença? Essas incertezas levaram a uma paralisia. Passados seis anos, quase nada havia sido feito.

Para superar esse quadro adotamos uma estratégia que combinou quatro aspectos: apoio técnico, cobrança firme dos prazos, diálogo e publicidade.

A PRM Criciúma foi a primeira unidade do MPF fora de uma capital a contar com equipe técnica/pericial. Primeiro um geólogo, depois um engenheiro de minas e atualmente um engenheiro ambiental. Isso graças à procuradora da República Jaqueline Buffon, que me antecedeu no caso. Ela trouxe a então coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, Sandra Cureau, para um sobrevoo na região. Quando a dra. Sandra viu os rios vermelhos, conseguimos a equipe técnica. Esta equipe viabilizou a identificação das áreas degradadas e as respectivas responsabilidades.

O prazo estabelecido na sentença para concluir a recuperação – três anos – era inviável. Ainda que fosse aplicado todo o dinheiro do

mundo – e estávamos muito longe disto – não seria factível recuperar um passivo de tamanha complexidade em tão pouco tempo. Então, chamamos empresa por empresa e renegociamos os prazos para concluir a recuperação de cada uma delas, vinculando a critérios técnicos de recuperação que se tornaram obrigatórios. Os novos cronogramas foram homologados em juízo e, a partir daí, a fiscalização dos cronogramas foi rigorosa. Eventuais atrasos implicaram na aplicação de multas milionárias, cujos recursos foram revertidos para projetos de pesquisa relacionados à técnica de recuperação, desenvolvidas por universidades da região.

O estabelecimento de critérios técnicos para recuperação foi um passo muito importante, construído com base no diálogo. Até então era altíssimo o grau de litigiosidade na execução, pois cada divergência técnica gerava recursos em juízo e também no tribunal de revisão (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Em 2006 criamos o Grupo Técnico de Assessoramento do Juízo, composto por representantes técnicos (engenheiros, geólogos, biólogos, etc) das partes, incluindo MPF, União, empresas, DNPM, Fatma, Ibama e Comitês de Bacia Hidrográfica. Neste grupo construíam-se consensos sobre aspectos importantes para o processo de recuperação, como critérios técnicos de recuperação, indicadores de monitoramento e avaliações técnicas. Com isso a litigiosidade caiu muito e o processo de recuperação avançou a passos largos.

O último aspecto, que é talvez o mais importante deles, foi a publicidade. Passamos a realizar audiências públicas anuais, convidando a população da região sul do estado para acompanhar – e cobrar – a evolução do processo de recuperação ambiental.

Enfim, o que parecia impossível tornou-se perfeitamente possível. Em dez anos as obras de recuperação avançaram. Empresas e também a União executaram obras de recuperação ambiental em centenas de hectares e hoje temos cerca de 40% das áreas terrestres com obras concluídas.

Muitas vezes fui a campo com a equipe técnica, sujando os pés na pirita1, porque acredito que o trabalho do membro do Ministério Público é melhor se ele conhecer a realidade de perto.

Nessas andanças, uma história em particular me marcou muito: a do bairro Cidade Alta, em Forquilha/SC. Ali havia um enorme depósito de pirita a céu aberto, com milhões de toneladas de rejeito depositados a céu aberto, às margens de curso d'água. A recuperação desta área cabia à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que a degradou originalmente. Compelida judicialmente, a empresa apresentou um projeto de recuperação ambiental. No entanto, havia um problema. A área ficou abandonada por anos e sobre o depósito de rejeitos se formou uma favela. Havia 105 famílias vivendo em casebres, sem luz e sem água encanada. Para agravar a situação a CSN não era a proprietária da área, era apenas a responsável pela degradação ambiental e pela consequente recuperação.

Durante anos buscamos uma solução para esta área. Com o decisivo e firme apoio da Prefeitura Municipal de Forquilha, foi construído um condomínio horizontal de casas, do Programa Minha Casa Minha Vida, para onde foram deslocadas as famílias. Os casebres foram todos demolidos e a empresa não tinha mais desculpas para retardar as obras de recuperação ambiental, que por fim aconteceram. As novas casas foram construídas próximas da área degradada, mas fora dela. Todas construídas com muito capricho, com um gramado e um pé de ipê.

Lembro-me como se fosse hoje de uma visita que fiz a esta área, acompanhado do então procurador-chefe da PR/SC, Marcelo da Mota. Perguntei a uma senhora de idade, que havia recém mudado da área de pirita para a nova casa, como estava a vida no novo ambiente e ela me disse: “Meu filho, aqui eu posso tomar um banho quente. Isso não tem preço”.

Em cada dia que vivo no MPF renovo o meu aprendizado e minha crença de que podemos sim fazer a diferença.



# Memórias de quem ajudou a forjar a identidade do MPF/SC



**Ela Wiecko V. de Castilho**

Subprocuradora geral da República

Vivenciei em Florianópolis, na Procuradoria da República, o período pré-constituente e pós-constituente, anterior à promulgação da LC n. 75/93. Entrei em exercício na PR/SC em julho de 1984 e saí de lá, para Brasília, em maio de 1992, promovida a subprocuradora geral da República.

Foi um tempo de muitas mudanças, em todos os sentidos. Quando comecei a trabalhar, a sede era no edifício Emedaux, metade do 10º andar 1, em frente à Praça Pereira Oliveira. Depois, no edifício Marco Polo, na rua Deodoro, 30. Ali eram dois andares (7º e 6º)2. Finalmente, no edifício do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), na Rua Bulcão Vianna, na Prainha. O prédio estava em parte abandonado, desde a extinção do órgão, no governo Collor. Foi uma “ocupação”.

No edifício Emedaux a PR/SC éramos três procuradores, Wagner Mathias, Rui Sulzbacher. Quando cheguei não havia sala para mim e fiquei no almoxarifado, em uma pequena mesa ladeada de fardos de papel higiênico, entre outras coisas. Ali eu recebia as pessoas que vinham me procurar para encaminhar denúncias sobre perseguições

da ditadura, pois fora designada pelo procurador geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence como encarregada do Setor de Direitos Humanos da PR/SC, criado para atuar como longa manus do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que permanecera fechado durante a ditadura civil-militar.

Um dos casos que tomei conhecimento foi o do Campo de Instrução Marechal Hermes, do Exército. Dezenas de agricultores foram desapropriados de suas terras e até hoje não receberam a justa indenização. Por buscarem seu direito e por denunciarem desmandos das autoridades militares foram perseguidos.

No exercício dessa função aproximei-me das organizações da sociedade civil e participava das reuniões que aconteciam na Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC. Foi assim que me inseri no movimento de mulheres. Era 1985, mais precisamente em outubro. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) havia sido recém-criado e iniciava a efervescência da campanha “Constituição para valer tem que ter direitos da mulher”. Fui convidada para coordenar uma mesa no I Encontro Nacional da Mulher Profissional de Direito, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, um dos muitos eventos que foram promovidos com o incentivo do CNDM para colher subsídios para a campanha.

Dessa época também data o meu envolvimento com a defesa do meio ambiente e dos indígenas, especialmente os Xokleng, afetados pela construção de uma barragem em suas terras para beneficiar a população que sofria com as inundações do Rio Itajaí. Outra injustiça: seus prejuízos nunca foram adequadamente indenizados.

Além do diálogo com a sociedade civil a PR/SC passou a estreitar relações com os órgãos federais, estaduais e municipais e a tornar-se presença indispensável em cerimônias de posse e eventos promovidos por esses órgãos.

No prédio da Deodoro, o número de colegas havia aumentado. Se bem me lembro convivíamos Rui Sulzbacher, Carlos Antônio Oliveira, Ana Maria Guerrero, Durval Tadeu Guimarães e eu. Wagner acho que já tinha ido para Vitória.

Quando ocupamos o prédio do DNOS, as instalações estavam deterioradas, havia cocô de rato em toda a parte. Era uma pena ver as plantas de obras, levantamentos, relatórios, fotografias, tudo abandonado.

Isso me faz lembrar que, até 1993, o MPF continuou a fazer a defesa da União, pois a AGU ainda não fora instalada. Era uma dificuldade elaborar as contestações principalmente nas ações relativas a órgãos que haviam sido extintos em 1990, como o próprio DNOS onde trabalhávamos. E também as audiências trabalhistas na Justiça Federal, na capital e no interior.

Nessa época a Justiça Federal já iniciara a interiorização. O MPF não. Fiz muitas viagens bate-volta para audiências em Joinville. Para Chapecó e Joaçaba não dava para ir e voltar no mesmo dia. Eram viagens de ônibus!

Este exercício de puxar pela memória vai trazendo lembranças de lugares, pessoas, conflitos, dificuldades, vitórias. E me dou conta que a identidade do MPF em Santa Catarina, como instituição comprometida em assegurar os valores da Constituição de 1988, foi forjada nesse período por nós procuradores/as e por uma pequena, mas fiel e dedicada equipe de servidores/as, à qual tributo agradecimento e carinho.



## Muitos anos de crescimento pessoal e profissional

### **Amélia Cristina Stahlschmidt Moura**

Técnica administrativa em Florianópolis



No ano de 1986, estava cursando a primeira fase do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, quando prestei o concurso público do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), órgão responsável por selecionar candidatos para os cargos públicos em atendimento às demandas existentes na época.

Com 19 anos de idade, aprovada em 10º lugar, juntamente com outros dois colegas, assumi o cargo de agente administrativo, no dia 10 de novembro de 1986, destinado à Procuradoria da República em Santa Catarina, cuja sede situava-se na Praça Pereira Oliveira.

O regime jurídico era o trabalhista, também conhecido como “celetista”.

Iniciando as atividades no serviço público, comecei a pôr em prática o curso de datilografia que fizera informalmente na adolescência. Registrava as entradas e saídas das correspondências e dos processos, em cadernos próprios e em fichas de papéis arquivadas em móveis metálicos. Todo o controle de documentos e processos era feito de forma manual. Computadores não existiam.

Com o passar dos anos, os equipamentos de trabalho foram evoluindo. Corretivos em pó, líquido, fita... A máquina de escrever que foi se modernizando até a chegada dos primeiros computadores, duas gerações e muitas histórias a contar.

A procuradoria era pequena, com poucos funcionários e procuradores, e dividia-se basicamente em quatro setores: a Coordenadoria Jurídica, a Administração, a Informática e a Biblioteca, além dos gabinetes dos procuradores da República.

Depois de concluir o curso superior em 1990, além das atividades de secretariado (controles judiciais e extrajudiciais, agenda do procurador, entre outras), passei a contribuir com a prestação de serviços de assessoramento jurídico (minutas de ofícios e peças processuais).

No mesmo ano, houve a transposição dos servidores celetistas ao Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Trabalhei em setor jurídico específico em defesa da União, que era representada pelo órgão ministerial até o advento da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (controle processual, acompanhamento de prazos que eram publicados em Diários da Justiça, elaboração de peças).

Extinguindo os trabalhos da União, tive uma rápida passagem pela Biblioteca, onde realizava atividades de indexação.

Em seguida, exerci as atividades na extinta Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos, denominada Codid e, posteriormente, em gabinete com atuação em matéria ambiental.

Participei das mudanças de sede que se seguiram: Rua Deodoro, Rua Bulcão Viana (histórica ocupação de prédio da União, onde ficava a sede do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o DNOS), Avenida Mauro Ramos e, atualmente, em sede própria adquirida em razão da necessidade de ampliação do espaço físico, na rua Paschoal Apóstolo Pitsica.

Recordo-me que a mudança para o prédio do extinto DNOS, na rua Bulcão Viana, deu-se em razão de uma ordem judicial de imissão de posse, requerida pelo procurador-chefe à época. O imóvel da

União encontrava-se desocupado com a extinção do referido órgão federal, não havendo, portanto, motivos para a manutenção de gastos significativos com aluguel da sede do órgão ministerial.

Em 2003, estive lotada provisoriamente na Procuradoria da República em Joinville, acompanhando a transferência de cônjuge militar, e lá permaneci por cinco anos. Foi um período de muito aprendizado, trabalhando na assessoria de gabinete, onde se concentravam todas as matérias de atuação ministerial.

Em 2009, retornei à capital em definitivo e com um novo desafio, participando da assessoria de um gabinete criminal e de combate à corrupção.

Em 2015, aceitei o convite para assumir a chefia de gabinete da PR/SC. Foi a primeira e gratificante experiência na área administrativa, que perdurou até o ano de 2017. Após, retornei à assessoria criminal, velha conhecida pela qual tenho profunda admiração e na qual permaneço atualmente exercendo as atividades de secretariado e assessoramento.

Foram muitos anos de crescimento pessoal e profissional, dos quais me orgulho em fazer parte da história do MPF em SC e de integrá-lo à minha trajetória de vida.



# Minhas memórias do MPF



**Analúcia de Andrade Hartmann**

Procuradora da República em Florianópolis

Foi-me solicitado esse texto pela Assessoria de Comunicação da PR/SC, para compor um bem-vindo projeto de perenização da memória do MPF em Santa Catarina.

Ao mesmo tempo honrada com a solicitação e preocupada com a necessidade de deixar gravada uma lembrança o mais fidedigna e justa, pensei e repensei no que poderia escrever. A tarefa não é fácil, especialmente porque já passei no MPF – na PR/SC – quase metade de minha vida. Mais especificamente 26 anos, desde a posse em abril de 1992, em Brasília, após um concurso bastante longo e difícil.

Mas meu primeiro contato com o MPF é um pouco mais remoto, sendo necessário esclarecer as razões de meu ingresso.

Decidi pela carreira jurídica muito cedo, mas com o objetivo específico de advogar. Sou da geração da ditadura militar no Brasil; meus heróis eram os advogados que lutavam para libertar os presos políticos, para defender os direitos dos desaparecidos e de suas famílias, pela volta da democracia ao país.

Na universidade, o contato também com a política estudantil, timidamente retornando aos espaços públicos, acabou por me indicar uma urgência de um ramo jurídico novo: o Direito Ambiental. Assim, minha militância ecologista foi, mais tarde, o elemento que me levou a

ingressar no MPF. Explico: nas idas e vindas do encaminhamento das representações do movimento ecológico, com o advento da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), conheci a dra. Ela Wiecko V. de Castilhos, então procuradora da República em Santa Catarina. Foi Ela que me sugeriu fazer o concurso para o MPF, onde, segundo ela, poderia trabalhar pela proteção do meio ambiente de maneira mais plena e especializada, já que o órgão ministerial havia passado por seu divisor de águas – a Constituição Federal de 1988 – que lhe moldara não mais como mero acusador penal, mas também como promotor de direitos humanos, dentre estes o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Como disse a princípio, tomei posse em 1992, recebendo minha carteira do MPF das mãos do então procurador geral da República Aristides Junqueira. Apenas eu e o então colega Vitor Laus (hoje desembargador federal) havíamos sido aprovados no concurso em Santa Catarina. Ele foi lotado em Criciúma, eu em Chapecó, ambos também designados procuradores da República em Santa Catarina.

Eram tempos do início da interiorização da Justiça Federal, de poucos procuradores, de máquinas de escrever – as elétricas eram as mais modernas (!! ) – de Codid e Secodid. Havia uma grande sala com vários funcionários, que datilografavam nossas minutas escritas a mão!

A sede da PR/SC ficava em um prédio pequeno na Rua Bulcão Vianna, de costas para o então palácio do Governo de SC, em pleno centro da cidade. Um térreo, mais dois andares, uma sala dividida com Vitor, já que as PRMs em nossos locais de lotação ainda não haviam sido implantadas.

Assim, respondia pela demanda de Chapecó e pela metade do trabalho junto à Justiça Federal de Joaçaba (a outra metade era assegurada por Vitor), já que nessa cidade não havia procurador. Também recebi, voluntariamente, alguns “dossiês” (assim chamávamos os inquéritos civis na época) de tutela coletiva, na temática de meio ambiente. Foi assim que ingressei com minha primeira Ação Civil Pública em Florianópolis, versando sobre uma pretensão de instalação de marina com alteração negativa em manguezal, unidade de conservação federal e remanescente de mata atlântica, em Jurerê Internacional. Primeira ação e primeira vitória, inclusive inaugurando um longo embate pelo

afastamento da validade da legislação urbanística municipal em face das regras gerais federais (art. 24 da CF).

Mas sem dúvida esse meu primeiro ano no MPF foi especialmente marcado em minha vida profissional e pessoal pelo meu encontro com a temática e com a população indígena, muito mais do que pelo impeachment do presidente Collor de Melo em setembro de 1992 (curiosamente os defensores desse ex-presidente também usavam as cores verde e amarelo em suas passeatas).

Até 1992 meu conhecimento do Direito indígena era apenas teórico, já que a defesa dos direitos e interesses indígenas é uma das funções constitucionais do MPF e, portanto, matéria para o concurso de procurador. Aliás, função exclusiva do MPF, não partilhada – como outras, como o meio ambiente – com o parquet estadual.

Mas o que eu não sabia era que a região oeste de Santa Catarina contava com mais de dez mil indígenas e que trabalharia sozinha pelos direitos e interesses dessas comunidades, sem sequer possuir a PR uma sede em Chapecó. Felizmente obtive ajuda e conselhos dos procuradores Ela (já em Brasília, promovida a subprocuradora geral), Ana Maria Guerrero e Rui Sulzbacker, os dois últimos já aposentados. E contei com o auxílio essencial do professor e antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que se tornou um grande e saudoso amigo (faleceu em 2008).

Com o professor Sílvio e com seus alunos e pesquisadores associados, que sempre muito auxiliaram a PR/SC, conheci pessoalmente todas as áreas indígenas de Santa Catarina. Algumas em companhia do então secretário de Justiça, durante o período do ex-governador Paulo Afonso Vieira, que coincidiu com o processo de demarcação da Terra Indígena do Pinhal, no município de Seara, e com a retomada de outros, como o do Toldo Umbu e do Chimbangue II. Foram muitas reuniões com indígenas, com lideranças políticas e empresariais, com antropólogos e com funcionários e dirigentes da Funai.

Normalmente fazia coincidir a agenda indigenista com as audiências judiciais em Chapecó. Trabalhava em uma sala da própria Justiça Federal, com o auxílio dos seus funcionários, também recebendo e encaminhando os processos – que evidentemente eram físicos, naquele

tempo – via malotes do correio. Fazia reuniões na Funai e na sede do Incra, pelo menos em duas ocasiões na Prefeitura de Chapecó, na TI Chimbangue, na Reserva Xaçecó, no acampamento da comunidade do Pinhal, na Câmara de Vereadores de Seara.

Jovem e mulher, houve muitos momentos em que fui subestimada ou tratada sem deferência, mas nada que minha experiência anterior como advogada (durante nove anos) não tivesse me ensinado a combater. Demonstrando firmeza, contando com colaboradores preciosos – dentre tantos o então advogado da Funai Derli Fiúza, os representantes do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi (casal Capucci, pais da querida colega Maria) e o inesquecível dom José Gomes, bispo de Chapecó – e com a confiança de fazer um trabalho importante.

Em 1993 obtive remoção para Joinville, assim conseguindo ficar mais próxima da minha família: meus grandes apoiadores, Jean-Marie e Thomas Farines (minha Marie viria mais tarde). Mas mesmo do outro lado de Santa Catarina continuei a trabalhar nos processos envolvendo os Kaingang do oeste, além de ter assumido a tarefa de promover os direitos indígenas no norte do Estado (aldeamentos e acampamentos Guarani) e na região Xokleng (atual Terra Indígena la Klãño).

Em Joinville trabalhei lado a lado com mais um grande colega, Rubens José de Lima, em uma PRM com poucos funcionários, requisitados de outros órgãos. Um maravilhoso ambiente de trabalho, onde procuradores e funcionários se desdobravam para dar conta de centenas de processos. Muita solidariedade, apfelstrudels e amizades. Em Joinville ingressei com a primeira ação civil pública do MPF em Santa Catarina com base na novel legislação de proteção à Mata Atlântica, o Decreto 750/93, o que resultou na primeira decisão de um Tribunal (o da 4ª Região) reconhecendo a especificidade e validade da legislação sobre a Mata Atlântica.

Foi a oportunidade de conhecer mais essa região de Santa Catarina, como anteriormente havia feito com a região oeste. Tantas ações ambientais sobre a zona costeira, o patrimônio histórico de São Francisco do Sul – as primeiras parcerias com o Iphan – as ações que

eu e Rubens fizemos contra o tráfico de drogas na região e contra os crimes fiscais.

Em 1994 vim para Florianópolis, em remoção, com o compromisso de continuar a responder provisoriamente por parte dos processos de Joinville, até a chegada de um novo procurador (três varas federais e cinco juizes na época em Joinville).

Ainda em 1994 veio o primeiro esboço de especialização na PR/SC. A capital, então, já contava com Rui, Ana Maria, Durval, Carlos Antônio, Maria Soares, Roberto Thomé, Marco Aurélio, Vitor e eu. Outros foram chegando e saindo, procuradores e funcionários. Já não respondíamos mais pela defesa da União (com a criação da AGU, em 1993), os equipamentos tornavam-se mais modernos (chegaram os primeiros computadores!!!), as Câmaras e a PFDC foram criadas pela Lei 75/93 e organizadas. Começaram as reuniões nacionais temáticas e os grupos de trabalho; havia muito mais procuradores.

A PR/SC nomeou a primeira perita técnica do MPF, a bióloga Cláudia Santos, ideia de Thomé adotada pelo Rui, então procurador-chefe. Mais tarde a 4ª CCR e outras começaram a nomear e a requisitar vários peritos, já que um concurso específico só aconteceria muitos anos depois.

Com a instalação de mais procuradorias nos municípios e a chegada de novos procuradores, nosso trabalho tornou-se mais eficiente, a PGR passou a coordenar o trabalho nas diversas matérias (através das Câmaras e da PFDC), foi criado o curso para novos procuradores (particpei da primeira edição e de algumas outras, ministrando aulas especialmente sobre direito ambiental e direito indígena). Assumi funções de procuradora Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) em mais de uma ocasião, fui vice e procuradora chefe, contando com o apoio de funcionários fantásticos.

Difícil falar do carinho e da dedicação de tantos funcionários da PR/SC. E são tantos! Lembro dos primeiros que conheci, dos amigos que deixei em Joinville, de minha equipe maravilhosa na chefia, dos motoristas que nos levam em segurança por todo o Estado, das responsáveis por uma biblioteca sempre disponível, dos assessores periciais, das amigas/secretárias, dos assessores jurídicos, da

assessoria de comunicação e dos estagiários. Vou pedir perdão por não citar nomes, para não correr o risco de esquecer alguns. São muitos e moram para sempre em meu coração.

Das decepções com colegas e com a dificuldade da instituição em adotar providências justas vou deixar apenas um registro genérico. A hora não é de lembranças tristes.

Lá se vão 26 anos. Hoje estamos em um prédio com uma vista linda, temos salas amplas, computadores e outros equipamentos modernos. A falta de equidade de gênero e raça no MPF está sendo enfrentada, mesmo que de maneira ainda tímida. A equipe de assessoria, especialmente pericial, ainda é muito pequena e a burocracia é um obstáculo a vencer, mas estamos evoluindo, apesar das ameaças e dos tempos difíceis que o país atravessa (mais uma razão de trabalharmos com afinco e resistir à barbárie).

O MPF consolida-se como uma instituição essencial à sociedade brasileira. Em Santa Catarina conseguimos construir um sólido trabalho, bastante reconhecido. Hoje somos vários a nos dedicar à causa das comunidades indígenas, que tanto precisam do MPF.

Minha aposentadoria está próxima e assusta. O MPF passa a ser uma parte indissociável da vida de um procurador. Com críticas ou não (e as minhas não são poucas), a verdade é que encontrei nesta casa um segundo lar, e na maioria dos colegas e funcionários, minha segunda família.



## Um pouco da história em Chapecó

**Arno Reis**



Chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte (Disot)

Nasci em Itapiranga, no oeste de Santa Catarina, cidade de colonização alemã, filho de agricultores. Aprendi a falar português com praticamente 7 anos. Antes, em casa, só falava alemão. Estudei até o ensino fundamental numa escola do interior, onde um professor atendia as quatro classes, ou seja, do primeiro ao quarto ano, todos na mesma sala. Depois disso, fui estudar numa escola distante cerca de 20 km. Caminhava 3 km por estradinhas de roça até chegar na rodovia e dali pegar um ônibus de linha, para chegar na escola.

Terminei o ensino médio e passei no vestibular. Fui cursar Matemática em Chapecó. Mas depois de cursar o primeiro período, troquei para o curso de Administração.

Morando em Chapecó, fui nomeado depois de ter sido aprovado no concurso do MPF. Fazia dois anos que morava na cidade. Comecei a minha atividade em 14 de abril de 1997, em Chapecó, no cargo de assistente de transporte. Na época, éramos em sete servidores, quatro nomeados em novembro de 1996 e três comigo, em 1997. O procurador da República na PRM na época era Cláudio Dutra Fontella.

No início não havia uma rotina de trabalho já desenvolvida. Embora fosse assistente de transporte, a unidade não tinha nenhum veículo. Muitos vezes fiquei o dia todo lendo o Diário Oficial. Após uns 14 dias

de trabalho, consegui que me fossem repassadas algumas atividades. Com uma máquina de escrever emprestada da Justiça Federal, comecei a fazer as correspondências, despachos de ciente em processos e outros trabalhos. A unidade tinha um computador, que era usado pelo assessor, e outro para o procurador da República.

Antes de ingressar no MPF, trabalhei como auxiliar de escritório, vendedor e caixa em uma empresa de automação industrial, onde o dia era corrido, com muitas atividades. Ao assumir no MPF, sem uma rotina de trabalho já definida para os novos servidores, não havia praticamente nada nas primeiras semanas. A decepção foi grande, me sentia um inútil. Ficava o dia todo procurando serviço entre os colegas. Mesmo eles não podiam repassar, porque também não tinham serviço.

Com essa vontade de ajudar, de trabalhar, fui conquistando espaço, auxiliando em todas as atividades solicitadas. Era muito raro recusar algo, independente do que fosse. A PRM sempre foi uma grande família, colegas que se ajudavam muito.

Depois de trabalhar uns 30 dias no MPF, o colega de serviço Kennedy me convidou para alugarmos um apartamento no mesmo prédio da PRM. Fomos residir no andar superior ao da procuradoria. Toda vez que saía de casa, passava na frente da PRM.

Na época, não havia serviço de limpeza, nem copeira e a servidora Luciane Santin ficou responsável pela limpeza. Ela chegava às 7 horas da manhã, fazia toda a limpeza da procuradoria. Quase todo dia descia para tomar café da manhã com ela e ainda cozinhava uns ovos. Hoje ela é concursada como analista contábil da Justiça Federal.

Também não havia serviço de vigilância. O último que saía fechava tudo, apagava as luzes e trancava as portas. Em duas oportunidades, entraram na sala e furtaram as carteiras da colega. Só anos depois foram contratados os serviços terceirizados.

O primeiro carro oficial do MPF em Chapecó só chegou em dezembro de 1997. Era um Gol sem ar condicionado e sem direção hidráulica. Antes deste período, usava o meu Fusca 1972 para fazer os serviços mais distantes, inclusive transportar o procurador da República. O MPF reembolsava parte do combustível.

A maioria dos serviços externos era feita a pé, inclusive o transporte de processos, que eram levados em um carrinho, tipo de supermercado, a uma distância aproximada de 500 metros. O colega Kennedy e eu saíamos andando pelas ruas do centro da cidade com o carrinho abarrotado de processos até a Justiça Federal. O transporte, posso garantir, era altamente seguro. Mesmo sem backup, nunca faltou qualquer processo e jamais alguém tentou algo contra nós. Caso sumisse/extraviasse um processo, o procedimento a ser instaurado era de recuperação dos autos. Cada órgão fornecia o que tinha de cópia guardada e tentava-se reconstruir os autos.

Um dos acontecimentos mais tristes que vivi na PRM Chapecó foi a morte do companheiro de trabalho, colega de apartamento e amigo Kennedy. Ele morreu em um acidente de trânsito no dia do casamento da colega Andréia, em setembro de 1997. Além de perder um amigo e companheiro, ficou um vazio no serviço que abalou todos os colegas. Éramos uma família.

Todo esse aprendizado não é adquirido do dia para a noite. Com o passar do tempo, é preciso investir em treinamento, na convivência com pessoas mais experientes e no seu crescimento constante. Depois que concluí o curso de Administração, fiz uma pós-graduação e mais tarde a graduação em Direito.

O ideal é você encontrar algum lugar no qual se sente bem e valorizado, e partir para a próxima quando sentir que há oportunidades melhores ou já aprendeu o que podia aprender.

Em todos os anos trabalhei sempre em colaboração com a coordenadora da PRM, a servidora Fátima Rosane Ilha, que atualmente está lotada na PR/SC. Ela sempre apoiou e teve muita influência na minha trajetória no MPF, me proporcionando oportunidades diversas, ações e atividades, sempre reconhecendo o trabalho desempenhado.

Vários procuradores passaram por Chapecó, todos de uma ou outra forma contribuíram para o bom desempenho das minhas funções.

Em 2011, quando o procurador da República Renato de Rezende Gomes designou-me para a função de coordenador da PRM, vários servidores novos tinham sido chamados para o trabalho. A unidade tinha sede própria, mas não tinha espaço físico. Servidores e estagiários

se revezavam nas mesas de trabalho. Não havia espaço suficiente para todos trabalharem ao mesmo tempo.

Com a vinda do procurador da República Carlos Humberto Prola Júnior em 2013, não havia gabinete e ele dividia uma sala com analista. O desafio era achar uma saída, que foi a locação de uma sede nova, inaugurada em 2014.

Trabalhei por mais de 20 anos na PRM Chapecó. Atualmente, a pedido, fui removido para assumir a Divisão de Segurança Orgânica e Transporte (Disot), da PR, em Florianópolis, um novo desafio.

O que apreendi em toda essa trajetória é que a posição onde a gente está, onde acaba ficando, depende muito da opção que fazemos.

Sempre acreditei no MPF, que seria a instituição na qual poderia ser útil para a sociedade. Assim, também, questionei muitos procedimentos. Tudo o que fazia precisava ter uma utilidade. A preocupação era fazer da melhor forma o meu procedimento para que o próximo pudesse dar continuidade na ação da melhor forma.

Atualmente vejo que o MPF tem uma estrutura física melhor. Trabalho num órgão que conquistou o respeito na sociedade. Todos admiram esse trabalho, precisamos dar sequência nessa condição.

Talvez tenha sido por esta forma de trabalhar que pude ter várias oportunidades de assumir funções diversas na instituição. Tudo que faço precisa ser útil a alguém, caso contrário, meu trabalho é em vão. Por isso agradeço todas as oportunidades e a vivência que tive todos esses anos e reafirmo minha convicção de continuar na batalha.



# Tenho saudade, vontade de trabalhar, receber processo

**Carlos Antonio Fernandes de Oliveira \***

Procurador da República aposentado



Vim de Juiz de Fora (MG) para assumir o cargo de diretor de secretaria em janeiro de 1982. Tinha um professor de Processo Penal que era muito meu amigo, Nelson Vila Verde, e também muito amigo do então procurador-chefe, Wagner de Castro Mathias Netto. O Wagner perguntou para o Nelsinho se ele conhecia alguém que pudesse indicar para assumir a direção da secretaria, porque ele não queria só um diretor burocrata, uma vez que a parte da burocracia o pessoal do administrativo dava conta.

O diretor de secretaria equivaleria hoje ao cargo de secretário estadual, apesar da estrutura ter mudado muito. Na época comandava toda a parte administrativa, uma função exatamente abaixo do procurador-chefe. Mas aqui tinha um corpo funcional que pegava junto. Tinha o Rogério, que fazia a parte jurídica de entrada e saída de processos, controle de prazos, essas coisas todas. E a dona Ronilda fazia a parte administrativa, empenhos, pagamentos, suprimentos de fundos. O procurador-chefe queria alguém para ajudar mais na parte processual, alguém bacharel em Direito e de confiança. Na época, ele tinha aqui indicações políticas, mas ele não queria indicações políticas. Ele pegou meu nome, me convidou, e aceitei.

Aceitei porque o meu sonho era ser procurador da República. E começar a trabalhar na Procuradoria da República poderia ser um caminho. Trabalhar com a matéria, conhecer a matéria, estar por dentro da matéria para o concurso. Fui indicado em mais ou menos 1979. O processo ficou amarrado até 1982, ano em que fui nomeado. O Wagner me ligou dizendo que tinha saído a nomeação, perguntou se eu ainda queria assumir o cargo. Eu quero assim mesmo, disse. Larguei o escritório de advocacia em Juiz de Fora, fechei as minhas coisas, fiz as malas e vim para cá.

Cheguei aqui e começamos a trabalhar. Na época eram apenas dois procuradores da República. O procurador-chefe Wagner e o Rui. Além das tarefas administrativas, auxiliava o Wagner na parte processual. Fazia pesquisas, pois não existia informática, não tínhamos computadores, não existia internet. Detalhe: nenhum procurador tinha máquina de datilografia. Tínhamos apenas três máquinas de datilografia, uma com a Ronilda, para fazer os empenhos, e as outras duas com a Sônia e o Rogério, ambas para digitar petições.

As petições todas eram manuscritas e gravadas para datilografia. Eram datilografadas com papel carbono, porque não podia errar. Se errasse, tinha que datilografar tudo de novo. Tempos depois chegou na procuradoria uma máquina elétrica com tecla corretiva. Ela era um sucesso. E provocava a briga entre os datilógrafos para escolher quem ia trabalhar com a IBM elétrica.

Era desumano o trabalho. E a estrutura irrisória. Nós fazíamos execuções fiscais, toda a advocacia da União e todo o trabalho de Ministério Público. Naquela época, era feito o trabalho do MPF, AGU e Secretaria da Fazenda.

Trabalhavam na procuradoria na época a dona Ronilda, a Sônia, depois chegou a dona Elia, o Rogério. O seu Luiz, que buscava e levava processos. O seu Mello, que era motorista. Depois veio outro motorista, o Elcio. Depois foi chegando mais gente.

Logo no início, quando eu cheguei aqui, o Rui foi removido para o Maranhão e o Wagner ficou sozinho. Para complicar a situação, Wagner teve um problema de pneumotórax e foi internado. A procuradoria ficou sem procurador. Então, o estado indicou um promotor de Justiça

para substituí-lo. Veio o Gustavo Neves Filho. Uma pessoa maravilhosa! Era bom promotor, era tradicional no estado, era da velha-guarda, trabalhava na rádio em telenovelas. Era boêmio! Amabilíssimo. Ele dava muita liberdade para a gente trabalhar.

Em meados de 1983, quando fiz o meu concurso, chegou aqui o Durval Tadeu Guimarães e a Ana Maria Guerreiro Guimarães (marido e mulher), nomeados procuradores. E o José “Zé” Carlos Duarte. Daí as coisas começaram a melhorar. O trabalho foi dividido. Aquele sufoco durou cerca de um ano. Eles eram muito bons. Me ajudaram muito para o primeiro concurso. O Duarte me chamava para o gabinete dele e me cobrava. Fazia mais ou menos uma prova oral. Perguntava sobre assuntos que poderiam cair no concurso.

O resultado saiu em 1983 e a nomeação em julho de 1985. Fui nomeado para Campo Grande (MS). Fiquei lá uns dois meses por aí. Aí já peguei uma remoção para Curitiba, fiquei uns dois anos em Curitiba e voltei para cá. E olha o destino, vim para cá na vaga do Wagner, que foi quem me trouxe para cá. Ele pegou uma remoção para Vitória antes de aceitar a promoção para subprocurador-geral.

Naquela época, ninguém tinha muita pretensão para vir para Florianópolis. Havia sido muito bem recebido em Curitiba, fiz uma amizade muito grande com os procuradores de lá. Tanto que decidi sair de lá apenas quando fizessem um novo concurso para procuradores, para que eles pudessem ter alguém no meu lugar. Então, eles seguraram a vaga em Florianópolis para mim até o final do concurso que estava em andamento naquela época.

Quando cheguei, a procuradoria funcionava na Praça Pereira Oliveira, no edifício Emedaux. Eram três salas alugadas. Chegou uma época em que estavam o Durval, a Ana, o Duarte... Uma procuradora, a Ela, chegou a montar um gabinete provisório ao lado da cozinha para conseguir trabalhar. Fazia café e processo ao mesmo tempo. Não havia espaço.

A mudança para a sede da rua Bulcão Viana foi naquele período que o governo Collor extinguiu uma série de órgãos federais. Os fundos dos mesmos deveriam ser repassados apenas para outros órgão federais. Encontramos em uma nota no jornal a informação de que um prédio

na Bulcão Viana seria destinado para uma secretaria do estado. Então, os procuradores decidiram não deixar isso acontecer.

Não deveria esquecer essa data, pois o fato foi importante para mim. Passei a noite em claro redigindo a ação. E o Durval passou a noite em claro redigindo a ação na casa dele. Os dois fazendo a mesma coisa! No outro dia de manhã cedinho, disse para o Durval que havia feito a ação. O Durval respondeu: eu também fiz. As ações estavam praticamente iguais. Daí eu rasguei a minha e disse para ficarmos com a dele, pois ele era o chefe. Estava pronta a ação: vamos protocolar. Era um final de semana.

Nós fomos na casa do juiz federal Fernando Camargo, no Sambaqui. Conseguimos dele uma liminar para impedir a transferência do bem para outro órgão público estadual ou privado, porque ele era necessário para a União, uma vez que a procuradoria pagava aluguel e estava manifestando interesse no imóvel. Na segunda-feira de manhã, fizemos a mudança. Chegamos lá e havia dois servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), dois engenheiros, fazendo o processo de extinção do órgão. Eles ainda trabalhavam no local. Nós concedemos uma sala para eles e ocupamos o resto. Quando ocupamos, chegou a notícia que o imóvel foi repassado para o Ministério da Agricultura. O Durval pediu para que eu fosse a Brasília resolver essa situação.

Cheguei em Brasília no momento em que havia terminado o mandato do procurador-geral da República Aristides Junqueira, que estava nos Estados Unidos. Afonso, que estava substituindo ele, disse o seguinte: estou sentado nessa cadeira para que nenhum outro aventureiro tome esse lugar, pois o Aristides vai voltar. Agora, tens todo o apoio para retomar esse imóvel para a gente. O que você precisa? Peça, fale com o chefe de gabinete Roberto Batista, que ele dará todo o apoio necessário.

Fui ao Ministério da Agricultura. Cheguei lá. Quem era o chefe do departamento jurídico do ministério? Fávila Ribeiro, procurador da República e amigo meu. Tínhamos um relacionamento muito bom. Ele era procurador eleitoral. Todas as obras que ele publicava me mandava autografadas, havia assistido a muitas palestras dele.

Conhecíamos o Wagner. Falei dele e da Procuradoria da República em Santa Catarina. Comentei sobre o prédio e contei que já estávamos lá. Disse para o Ribeiro que o prédio não aliviaria os problemas do Ministério da Agricultura, que seria uma medida paliativa. No entanto, para a procuradoria seria de grande ajuda. Acabou que fizemos um acordo, em que uma parte ficaria para o ministério e outra para a procuradoria. Deixamos para eles, então, uma parte. Depois, com o passar do tempo, conseguimos um acordo para transferir todo o imóvel para a procuradoria. Uma novela com final feliz. Mas deu trabalho!

Outro marco veio depois da Constituinte, um divisor de águas no Ministério Público. Daí nasceu outro Ministério Público, com outra visão, outra ótica, outra maneira de trabalhar. Antes era mais voltado para a defesa da União. Era um órgão acusador e *custus legis*, fiscalização da lei, mais burocrático. Não tinha todas as áreas de atuação que tem hoje, tutela coletiva, direitos humanos, meio ambiente. Até tinha, mas não com a visão de proatividade que o MPF tem hoje. Comparando ao que era antes, melhorou muito! O Sepúlveda Pertence foi o homem do Ministério Público. Foi uma das principais cabeças da Constituinte para criar o MPF na forma que ele tem hoje, com os contornos de atuação que tem hoje.

O MPF não está correlacionado com nenhuma instância de poder. É um órgão independente. Foi uma criação muito inteligente, muito bem feita. Antes era um órgão do Ministério da Justiça, ligado ao Executivo. Hoje quem nomeia os procuradores da República é o procurador-geral da República. Isso a partir de 1988, com a nova Constituição, uma conquista para a nação. Pois foi criada uma instituição independente com um poder e uma importância muito grandes, sem estar relacionada com os poderes.

Vocês me pedem para lembrar de algum fato marcante como procurador eleitoral e me recordo da ação contra o Paulo Afonso. Ele foi o primeiro candidato a governador à reeleição no país que teve a candidatura cassada por abuso de poder político. O abuso foi a distribuição de benefícios para agricultores. Ele ia distribuir sementes para agricultores como governador. É algo até meio irrisório. Subia no palanque de terno, ao lado de bandeiras e sacos de milho. Fazia

a distribuição e o discurso enaltecendo o trabalho como governador. Ressaltava a importância da Secretaria de Agricultura. Nesse meio tempo, ele descia do palanque, tirava o paletó, colocava uma camisa xadrez e subia no palanque de novo. Eles trocavam as bandeiras do estado por bandeiras do partido político, banner do candidato. Era o segundo ato da peça. Daí ele fazia o discurso de candidato à reeleição. Os adversários fotografaram tudo, gravaram. Depois levaram tudo, um pacote, uma montoeira de material de meses e meses desses abusos.

Sempre tive uma ótima convivência com os servidores. Quem mais trabalhou comigo foi a Vânia Gorges. A que mais sofreu ainda. Na época em que era tudo escrito, tínhamos um problema com a letra do Rui, que era horrível. A minha, nem se fala. Nasci canhoto e fui obrigado na escola a escrever com a mão direita. No meu tempo, era proibido escrever com a mão esquerda, diziam que era a mão do demônio. Então, não tenho muita habilidade em escrever com a mão direita. Minha letra é um garrancho. Escrevia as minutas e ia para a Vânia datilografar. Mais que ler, ela sabia adivinhar a letra. Se escrevesse um texto e passasse dois dias sem vê-lo ou lembrar do assunto, não saberia mais o que estava escrito. Daí eu recorria a Vânia. Porque se ela não lesse, aí só Deus. Essas meninas sofriam. E a Vânia, por incrível que pareça, trabalhou comigo em Mato Grosso do Sul e depois veio trabalhar comigo aqui na PR/SC.

Sobre estagiários, servidores, sempre tive uma turma boa trabalhando comigo. Raramente passou por mim um estagiário daqueles que vinha para cá atrás da bolsa. Daqueles que vem, só quer a bolsa no final do mês e não está nem aí para a hora do Brasil. De servidores a estagiários, peguei uma turma muito boa.

Cheguei a pegar uns estagiários meio malandros. Mas botei no eixo. Teve um que não queria nada com nada. Quando chegou, já sabia que era meio enrolador. Meio mandrião. Peguei um processo meio volumoso, havia estudado o processo e estava pronto para trabalhar nele. Entreguei o processo para o estagiário e disse: Examina isso aí e faz a minuta de um processo para mim. Era um inquérito. Ele levou, depois de uns dois dias trouxe. Disse: Deixa aí que vou olhar. Depois chamei ele no gabinete e perguntei: É o melhor que você pode fazer?

Ele disse que poderia melhorar. Mandei levar e trazer uma versão melhorada. Ele trouxe no outro dia. Aí disse o mesmo de antes. Ele levou para refazer. No outro dia, eu perguntei mais uma vez: É o melhor que você pode fazer? Ele disse que era sim, o melhor que ele poderia fazer. Respondi: Então agora vou ler. Ele, em seguida, questionou: O senhor não havia lido? Disse a ele que ia ler apenas o que ele havia feito de melhor.

Não quis aceitar a promoção para subprocurador, porque a minha família está toda aqui. Se eu fosse, iria sozinho. Meus filhos sempre falaram: Pai, a gente mora onde os outros vêm passar as férias, né? Mudar para Brasília não dá, né? Então, iria sozinho. E aí seria aquele negócio: viver em ponte aérea.

Me aposentei em 2010 ou 2011, se não me engano. Dá saudade, sim. A vida de aposentado não é o que a gente pensa. Quando me aposentar, vou viajar, fazer isso, fazer aquilo. Faz nada! No início você fica parado em casa, daí bate um desânimo. Não tem paciência nem para ler um livro. Daí virá o “já que”. A mulher diz: “Já que” não está fazendo nada, vai fazer aquilo. E vêm os problemas de saúde também, o salário diminui e você não conta com isso. Mas dá saudade, vontade de trabalhar. Vontade de estar na mesa, recebendo processo

\* Depoimento a Adauri Antunes Barbosa e Humberto Eckhard



## Trabalho sério, dedicado e honesto

**Carlos Augusto de Amorim Dutra**



Procurador da República em Florianópolis

Por opção, fui o último procurador da República do concurso a assumir o cargo, em 21 de fevereiro de 1997, tendo sido lotado na PR/SC, em Florianópolis, vaga que foi aberta ainda no prazo de validade do certame.

Antes de ser procurador da República, além de estagiar na área jurídica e conseguir me formar em Direito, Comunicação e Licenciatura Plena em História (já em Santa Catarina, pude terminar mestrado em Relações Internacionais / Direito – Mercosul), exerci diversos cargos, todos por concurso, no Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (neste último, exerci os cargos de defensor público, promotor de Justiça substituto, promotor de Justiça e procurador de Justiça convocado). Além disso, escrevi para cadernos jurídicos de jornais e revistas especializadas, participei de programa de rádio na área jurídica e de vários eventos jurídicos, tais como congressos, seminários e outros, na condição de preletor ou estudioso.

Cheguei em Florianópolis com o objetivo de fixar residência com a minha família e com toda a energia para o trabalho, já que o meu propósito de ser do Ministério Público Federal tinha se concretizado com esforço, empenho e estudos.

De início, fui surpreendido com a total falta de estrutura do órgão ministerial, visto que, pensava, no estado de Santa Catarina encontraria um MPF estruturado. Mas a realidade era bem diferente: prédio velho, sala (não ousou chamar de gabinete) com armários cheios de cupim e ar condicionado com mofo e fungos, equipamentos obsoletos, veículos oficiais sucateados, inexistência de rotina de trabalho e divisão de tarefas e, o pior, total falta de perspectiva para que mudanças ocorressem em médio prazo, caso não se mudasse, inclusive, a forma de pensar o que deveriam ser as condições de trabalho para os procuradores e servidores do MPF em Santa Catarina.

Importante consignar que, em certos momentos, chegamos a acumular todas as atividades desenvolvidas na PR/SC (criminais, cíveis, cidadania, ambiental, patrimônio público, moralidade administrativa, conselho penitenciário etc.), mesmo com a total falta de estrutura organizacional nas atividades-fim e meio.

Os anos se passaram e já em 2007, quando assumimos a chefia administrativa da Instituição no estado, procuramos equacionar todas as questões e problemas ainda existentes (sedes, materiais, veículos, atuação proativa de todos, reestruturação administrativa e de pessoal, criação de rotinas de trabalho).

Nos anos em que passamos à frente da chefia, às vezes em um trabalho solitário, conseguimos com afino colocar o MPF/SC no orçamento do MPF (estávamos sem o apoio orçamentário devido, pois Brasília imaginava que o MPF em SC era o “MPF da Magia”).

Vencemos várias batalhas, em especial a de integração da PR-SC às PRM do estado, visto que havia notório desprezo pelo trabalho dos colegas e servidores nas sedes municipais.

Hoje temos um MPF/SC integrado, onde os colegas e servidores interagem em prol dos trabalhos institucionais que desenvolvemos, situação que dá a certeza de que valeu a pena lutar por dias melhores.

Nas atividades-fim, concretizamos o Ofício do Consumidor e Ordem Econômica, cujas matérias não eram objeto de atuação do MPF em SC, bem como integramos as questões da infância e juventude nas nossas atuações, com o apoio de colegas do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e de outras unidades do Ministério Público Federal, sempre que solicitado.

Já poderíamos, quem sabe, estar no exercício do cargo de subprocurador-geral da República. Todavia, decidimos continuar em Santa Catarina para que retrocessos não ocorressem, bem como por entender que aqui continuaríamos sendo úteis para a instituição, sempre motivados pelo único interesse que deve pautar a conduta de um membro do Ministério Público: o interesse público.

Mesmo com as lutas e dificuldades não me arrependo de ser um membro do Ministério Público Federal, tendo a esperança de que, se dias ruins existem, nada impede que os bons resultados ocorram, diante de um trabalho sério, dedicado e honesto, e o bem prevaleça.



## Entrei com uma festa e saí com uma festa

**Cida Sell\***



Servidora aposentada

Vim para o Ministério Público em 1987 a convite da procuradora Ela Wiecko Volkmer de Castilho. Era do Ministério das Comunicações e a procuradora Ela já pensava em um bibliotecário para o acervo que já existia na época. Fui requisitada e como a proposta era boa, o Ministério Público naquela época tinha um salário diferenciado do Executivo, como hoje ainda é, para mim valia a pena.

Pedi demissão do Ministério das Comunicações, onde era bibliotecária arquivista, e vim para o MPF. A sede era na praça Pereira Oliveira. A biblioteca ficava em uma antessala dos procuradores Ela e Durval. Os outros procuradores, Rui e Maria, ficavam no outro andar. Comecei organizando o acervo. Para a época, era megamoderno, porque como bibliotecária não usei fichinha. Nós implantamos um sistema que era bem em voga na época, que era o Microisis.

O meu cargo era uma assessoria de gabinete, mas atuando como bibliotecária sempre. Quando teve o primeiro concurso para bibliotecário, me inscrevi e passamos eu e Cynthia. O concurso é o primeiro, a prova deve ter sido em 1991, porque a minha nomeação é de 1993. Acredito que seja de 1991, a chamada de 1992 e assumi em 1993. Então, na casa estou desde 1987 e na carreira desde 1993.

Na chegada, tinha um desafio muito grande, que era organizar uma biblioteca do zero. Isso é muito instigante. Não existia nada. Para dizer que não existia nada, o Rogério, que também fez Biblioteconomia, durante um estágio obrigatório, ele deu uma organizada no acervo. Ele organizou o acervo de acordo com as áreas.

Mas para mim, o desafio era dar uma cara de biblioteca mesmo. Como era uma unidade pequena, era fácil de tratar com os procuradores, atender as pesquisas. As demandas deles eram fantásticas. Para você ter uma ideia, ainda me lembro de pesquisas que fiz para a Ela. Eram tão instigantes, era um desafio novo, pesquisas intensas. Não era como hoje. Hoje, a maioria dos assessores faz a pesquisa. O que chega para a biblioteca é o que eles não acharam e pedem para procurar, porque o que é do dia a dia, o beabá, eles já tem.

Naquela época, eles tinham só os códigos. E um fato muito curioso eram as manhas dos procuradores. Aliás, do ser humano. Cada ser humano tem as suas manhas. E uma delas era que tinha que ler, uma das atividades minhas era fazer os releases dos jornais. Então, recebíamos o Diário Oficial, seção dois e três, Diário de Justiça, um e dois. Cabia a mim, como bibliotecária, fazer o release. E o procurador Rui Sulzbacher não suportava abrir um jornal que alguém já tivesse aberto. Chegava o dele, mas não podia mexer no jornal. E levei alguns pitos dele. Não sabia se ele viria. Duas da tarde e a gente entrava ao meio-dia, então precisava trabalhar. E o jornal não chegava todos os dias, ele chegava algumas vezes na semana.

A infraestrutura era boa. Não tínhamos muita perspectiva além daquilo. Tinha todos os instrumentos que precisava para trabalhar. Como bibliotecária fui atrás de alguns, como os códigos. Era tudo muito restrito e limitado, mas era bem administrado. Talvez pelo limite de pessoas que trabalhava na época. Acredito que nós éramos em torno de 20. Então, fica fácil de administrar. Era realizada. Participava de todos os eventos na minha área. Nunca me foi negado participar de algum evento.

Fiz muitos trabalhos também pela instituição, divulgando o que fazíamos. Nosso trabalho foi modelo em nível nacional. Havia um momento em que a informática de cada unidade desenvolvia algo na

área, então ficamos com a parte de biblioteca e de jurisprudência. A gente contribuiu com o todo. Fomos destaque na jurisprudência, com pareceres. A biblioteca na época era vinculada à Coordenadoria de Informática e Documentação Jurídica. Começamos com esse sistema, eu e meu chefe, o Tarcísio, já na sede da Rua Bulcão Viana, acho que em 1998.

Com a Constituição de 1988, a comunidade veio mais ao MPF. Nós éramos um órgão muito desconhecido e ele passou a ser conhecido com essa mudança, essa abertura. Quando você dizia que trabalhava na Procuradoria da República, as pessoas não sabiam que ela existia. Na Bulcão Viana, a biblioteca funcionava como uma primeira recepção de quem chegava. Como a recepção era pequenininha, as pessoas aguardavam na biblioteca. Então a gente percebia como as comunidades vinham. Os índios, quilombolas, pescadores. Vejo que essa mudança abriu as portas do MPF.

A história da ocupação da sede da Rua Bulcão Viana é fantástica. A biblioteca foi a última a ir, porque não tinha ainda o espaço delimitado. A biblioteca foi ocupar a garagem e o setor de rádio do DNOS. Por conta de obras necessárias, a biblioteca ficou por último. Me lembro de uma ocasião em que os índios invadiram o MPF. A biblioteca tinha só o buraco do ar condicionado, fechado por um papelão que dava para a rua. E os índios entraram por aquele buraco. Pensa no nosso susto! Gritamos: Corre, corre!

Tinha dormitório no prédio, porque o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o DNOS, que funcionava antes lá, atendia quem vinha de fora também. Então metade era administrativo e metade era dormitório. Depois viraram os gabinetes dos procuradores. Mas a gente ouvia histórias macabras, que as portas rangiam, que tinha um ser sobrenatural... Não sei se veio a falecer alguém ali. Parece-me que alguém se suicidou, então... Diziam que ficava lá, assombrando. A gente trabalhava até mais tarde e ficava aquele silêncio. Então, quando batia um ventinho qualquer, batia uma porta, tu sabes que só está você e mais duas ou três pessoas na procuradoria e ouve barulhos nos andares superiores. Como pode isso? Então, dava medo. Como estava embaixo, no térreo, eu saía. Algumas vezes fiz isso, por segurança mesmo, vai

que era um ladrão. Os guardas ficavam lá na guarita, poucas vezes ficavam na recepção. Saía para o estacionamento, pegava meu carro e ia embora. Esses prédios velhos são esquisitos.

Os eventos, aniversários, churrascos eram divertidos. Por se tratar de um número pequeno de pessoas, ficava mais fácil reunir todo mundo. Festas juninas, fim de ano, sempre estávamos muito próximos. E muito próximos dos procuradores também.

A vinda para a sede atual, na Avenida Beira-Mar Norte, foi abrupta. Foi terrível. Lá nós víamos as pessoas todos os dias. Aqui não, verticalizou e você mal encontrava as pessoas no elevador. Então ouvia comentário das pessoas dizendo: Nossa, não te vejo há uma semana. E ela está trabalhando no andar de cima! Isso afastou as pessoas. Houve um rompimento. Essa relação de trabalho e amizade rompeu-se aqui. Então, hoje, aqui, ficaram muito as panelinhas.

Trabalhei na sede da Beira-Mar até 2016. Nós viemos em 2012. Nesses quatro anos, eu passei por modificações também. A biblioteca era no primeiro andar e, por conta de espaço, foi para o térreo. E depois o Memorial. Nesse período, já estava me preparando para a aposentadoria e foi bem interessante a forma como eu saí. Sou muito apegada, aqui dentro tudo era meu, a minha biblioteca, os meus livros. Muito por causa dessa relação de amor que tive com a instituição. De amar demais o meu espaço.

Já tinha avisado o procurador-chefe Marcelo da Mota que estava me aposentando e ficaríamos sem bibliotecário. Em um encontro nacional, coincidiu de conhecer a Janaína. Disse que era de Santa Catarina e ela falou que queria vir para cá. A maioria dos bibliotecários dizem que querem vir para Santa Catarina. Anos antes, disse que só haveria duas hipóteses disso acontecer. Uma era eu falecer – e não estou pretendendo! E a outra era quando eu me aposentasse. Eu sabia o quanto é difícil de trazer alguém de fora para cá. E isso passou. Mais tarde, soube que Janaína havia pedido licença sem vencimento e estava acompanhando o marido em Balneário Camboriú. Ele trabalha com construção civil na iniciativa privada. Algum colega de Itajaí, não lembro qual, comentou comigo que ela havia ido lá se informar da possibilidade de ser removida para aquela PRM. Fiz o contato,

chamamos ela aqui, ela conversou comigo e depois com o procurador-chefe Marcelo, e deu certo. Ele a chamou, num cargo de comissão e a gente fez essa transição. Eu me preparando para a aposentadoria, porque eu fiquei em abono permanência durante três anos, já tinha idade e tempo de serviço suficientes, só estava me preparando para o momento certo de sair. Porque naquela época não tinha, hoje parece que existe um plano de preparo para a aposentadoria, eu não cheguei a ser atingida. Eu mesma, por conta própria, fui participar de eventos fora. No INSS, no IFSC. Com as minhas colegas eu fui participar de palestras para saber como era o outro lado (aposentadoria), né?

Com a vinda da Janaína, fiquei mais voltada ao Memorial, que era onde sempre quis trabalhar. Por iniciativa própria, sempre fui arrolando documentos e objetos museológicos. E a gente comprou toda essa parte vermelha que está na biblioteca, que é lindíssima, e não tinha mais espaço porque eu estava com os móveis, mesas antigas, aquelas que hoje estão no Memorial. Estavam todas na biblioteca. Daí ela falou: Cida, não está dando mais. Nós temos que organizar. Achei fantástico. Pedi ao procurador Maurício Pessutto para ocupar a sala 102, que a gente dividia com a PRDC. Ele cedeu e levei todo esse material para lá. E saí da biblioteca. Fiz aquele rompimento com a biblioteca: Jana, a partir de agora, você vai se dedicar à biblioteca. Vou ficar focada no Memorial. A forma que achei de me preparar para a aposentadoria era cortando relação com a biblioteca. Imagina, vinte e poucos anos, sempre à frente da biblioteca... Tinha chegado o momento. Até hoje agradeço a ela.

A aposentadoria foi no momento certo. Parece-me que saí em um momento que o Ministério Público também mudou com relação a algumas questões internas. Alguns cortes. Então, não tive esse sofrimento. Saí no auge. Bem tranquilo.

Celebrei a minha aposentadoria, coisas que as pessoas não fazem. O que mais me irritava era quando a gente perguntava: E fulano? Fulano já se aposentou. Falava: Não acredito. Como é que você sai de uma instituição assim, sem dizer que está saindo? Poxa, a gente faz parte da instituição, né? Como é que fecha a porta? A instituição não existe sem as pessoas. Como que saio dessa forma? Digo: Gente, não, vou sair com

festa! Como entrei eu vou sair. Entrei com uma festa eu vou sair com uma festa. E foi legal que isso também estimulou. Algumas pessoas já saíram com festa. A Vera Rejane, lá na Bulcão Viana, ela deu uma festa maravilhosa. A gente também a presenteou. Depois de mim, o Paulo Damázio fez festa saindo. A Celita fez festa saindo.

Mas não é legal quando você volta para a instituição. Porque você é barrada. Não tem crachá e e-mail. O e-mail foi uma das questões. Ainda bem que fui avisada e fui salvando, porque tem muita história da gente ali. Joguei tudo para um e-mail pessoal, o que achava que ia precisar. Algumas coisas eu deixei com a Jana na biblioteca. A parte chata de voltar para a instituição é isso. Ainda bem que a recepção é a mesma, mas os seguranças não são: O que você está fazendo aí? Quem é você?

Não perdi o vínculo com a instituição, porque fico envolvida com as coisas daqui. Ainda sou voluntária no grupo Bem Viver, na horta e com o procurador Eduardo Barragan em uma comissão. Gosto de manter o vínculo, me faz bem. Me aposentei da instituição, mas não me afastei. Mas acho que em alguns casos as pessoas saíram magoadas, rejeitadas, ignoradas, críticas. Daí entendo os motivos de não festejarem a saída. Mas acho que é melhor não guardar esse rancor.

Uma coisa que sinto falta na instituição é nós não termos uma certidão de nascimento. A maioria das instituições tem uma portaria designando. Nós não temos. Não tem uma portaria dizendo que a partir deste momento existe a PR/SC. Nas histórias que levantamos sobre os procuradores foi a mesma coisa. Nós achávamos nomeação para atuar no estado. Diferente das PRMs. Todas foram criadas por lei. As PRMs todas têm a legislação de criação. Como bibliotecária sinto falta dessa certidão de nascimento, para termos o nosso marco. No entanto, desde 1946 temos registros de nossa atuação no estado.

Esse documento de criação de uma PR existe em outros estados. Sempre é uma alteração de lei federal, assim como no caso das PRMs. Uma alteração da Constituição do Ministério Público, que modifica a atuação em tal região.

No Memorial, a gente fazia o acompanhamento das portarias. Tanto que temos lá livros de portarias. De servidor temos todas as portarias. Hoje elas estão no sistema e você consegue uma lista de nomeações

a partir de tal data. As portarias eram físicas, no papel, assinadas pelo procurador-chefe ou PGR, quando é nomeação de concurso. As publicações em Diário Oficial. E também no sistema nacional.

Conforme o levantamento que fizemos no Memorial, a história da Procuradoria da República em Santa Catarina começa em 1946, com a nomeação do Abelardo da Silva Gomes como procurador da República. Antes tinha outra denominação, uma vez que eles faziam os papéis de acusar e defender.

A ideia do Memorial é de um espaço de visitação. Um local de memória. O procurador João Marques Brandão Néto, que também gosta de coisas velhas como eu, me sugeriu procurar uma foto do gabinete do Abelardo da Silva Gomes. Não conseguimos, mas ele me trouxe uma foto de um gabinete da época, para a gente ter uma noção de como era a estrutura. Quando chegamos na procuradoria, a gente tinha mesas maravilhosas, lindíssimas, que não temos mais. Foram para doação. Objetos hoje de peça de museu. Mesas enormes eu, Zé Roberto, Celso, Tarcísio, todos nós tínhamos. A minha tinha gaveta com tinteiro. Com a modernização, a procuradoria tinha que entrar em um padrão. Como sou um pouco rebelde, fui a última a entrar. Tive de me adequar, me desapegar dessas peças maravilhosas.

\* Depoimento a Adauri Antunes Barbosa e Humberto Eckhard



# Minha história no MPF



**Cynthia de Moura Orengo**

Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

Minha história no MPF iniciou antes mesmo de eu tomar posse, em 1994.

Sou da primeira nomeação, do primeiro concurso para carreira do Ministério Público da União e a primeira analista a entrar em exercício no Ministério Público Federal em Santa Catarina, quase 25 anos de história. Como eu era muito jovem, a história da minha vida anda em paralelo com a da procuradoria.

Gaúcha, rata de praia, mergulhadora, meio “revolucionária”, com ideias de mudar o mundo e com o sonho de morar na praia, fiz a inscrição para o concurso, concorrendo à vaga de Florianópolis, sem grandes pretensões. Eis que um dia recebo a notícia de que havia saído o resultado e de que havia sido aprovada em primeiro lugar. Era uma única vaga. Muita alegria, comemoração e o primeiro problema à vista: contar para a família que havia sido aprovada, mas que a vaga não era em Porto Alegre, como todos imaginavam. Entre infartados e feridos, salvaram-se todos. Única filha mulher e caçula entre três marmanjos, meu pai teve um princípio de infarto ao saber da mudança e que, principalmente, não me casaria formalmente. Iria morar com o namorado em Floripa e trabalhar no MPF.

Na preparação para o concurso, ao estudar a Lei Complementar 75/93 e a Constituição Federal, tive conhecimento das funções constitucionais e muita alegria ao saber que o órgão tem entre seus princípios a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático. Para alguém que, desde os 13 anos, atuava em movimentos sociais, foi muito significativo.

Estava em férias em Floripa, quando fui nomeada. No dia 31 de janeiro de 1994, saiu a tão esperada nomeação. Literalmente saí da praia, tinha mergulhado nas cavernas do Pântano do Sul, e fui até o prédio da procuradoria, que era na Bulcão Viana, para buscar informações. Cheguei de bermuda, havaianas nos pés. Apesar do olhar meio atravessado, recebi a indicação do local e fui até lá. Quando entrei na sala onde estava a Coordenadoria de Administração, no primeiro andar do prédio, fiquei com o trinco da porta na mão. Assim foi minha chegada, entre risadas e vergonha. Dois meses depois, em 28 de março de 1994, tomei posse no cargo de Técnico em Documentação. Anos mais tarde, a nomenclatura passou a ser de analista.

Minha primeira lotação foi na biblioteca, meu cargo era específico e lá fiquei por seis anos. Nesse tempo a biblioteca era a única fonte de pesquisa. Utilizávamos o Prodasen, base de dados do Senado Federal, para as pesquisas de jurisprudência e havia várias bases de dados locais, de legislação, jurisprudência e doutrina. Um trabalho pioneiro, desenvolvido em rede e que era coordenado em nível nacional pela bibliotecária da PR/SC Maria Aparecida Sell.

Trabalhávamos muito, montamos as bibliotecas das PRMs, além das inúmeras consultas que eram feitas para todo o estado. Também realizávamos a indexação dos atos legislativos publicados no Diário Oficial da União, período em que eram publicadas diversas medidas provisórias. As medidas tratavam teoricamente de um único assunto, porém, lá no meio, apareciam um ou dois artigos que não tinha nada a ver com o contexto da medida. Tivemos um procurador, que hoje é desembargador federal, que pedia justamente para encontrarmos os assuntos desses artigos, que estavam “escondidos”. Gostava de mandar mensagens à Garcia, para que decifrássemos. Nunca vou esquecer da medida provisória do Cade, o Conselho Administrativo de Defesa

Econômica, MP 750/94, que lá no meio tinha um artigo que falava que o servidor público possuía fé pública e ele queria que encontrássemos a legislação que falava isso. Eu e o Mário César D´Agostini, que foi nomeado junto comigo e trabalhava na biblioteca, lemos todas as MPs, que às vezes eram um jornal inteiro e conseguimos encontrar a informação. Não sei se isso foi bom ou ruim, porque ele ficou estimulado a pedir mais informações complexas. Foi um tempo muito bom, equipe excelente. No tempo em fiquei na biblioteca, perdi meu pai e nasceu minha filha. Meus colegas, que viraram amigos, choraram de tristeza e de alegria junto comigo. Na biblioteca trabalhei por mais tempo com a Cida Sell e com o Marinho, que se tornaram amigos da vida.

Em 2001, quando a procuradora Analúcia Hartmann assumiu a chefia, fui convidada para integrar o gabinete do procurador-chefe. Relutei um pouco em aceitar, pois achava que não teria perfil. Sou movida a desafios, o novo me instiga e me motiva, então aceitei. Ela queria trazer alguns eventos da PGR para a PR/SC e conhecia meu perfil como organizadora de eventos. Fui para o gabinete da procuradora-chefe e lá fiquei por cinco anos, trabalhando com os procuradores Analúcia, Marco Aurélio Dutra Aydos, Walmor Alves Moreira e Carlos Augusto de Amorim Dutra. Foram anos de grande aprendizado, de superação de limites, crescimento profissional e de profundas mudanças. Na gestão da procuradora Analúcia, realizamos grandes eventos, como o Encontro Nacional da 6ª Câmara, 1º Encontro Regional Sul da 4ª Câmara, Audiência Pública sobre Discriminação Racial da PFDC, da qual participou a atual PGR, Raquel Dodge, além do apoio aos eventos da ESMPU, que era coordenada pela procuradora Samantha Chantal Dobrowolski.

Na gestão do procurador Marco Aurélio, a PR/SC deu apoio ao Encontro Nacional dos Procuradores da República, realizado no Costão do Santinho, em outubro/novembro de 2003. Participei, juntamente com a diretoria da ANPR, da captação local de recursos, bem como fiquei responsável pelo cerimonial do evento, que foi um grande desafio, com a participação do PGR e do governador na abertura. No segundo dia do evento aconteceu o famoso “apagão” na Ilha. O evento tinha passeios programados, que obviamente deixaram de acontecer, uma vez que

ficamos ilhados por 55 horas. Tivemos que ter bastante jogo de cintura e humor para driblar os problemas decorrentes da falta de luz.

De programações exclusivas do MPF, na gestão do procurador Walmor, tivemos a experiência da realização do evento internacional “Cidades Costeiras Sustentáveis: Intercâmbio Brasil e Austrália”. Apresentamos um projeto para a ESMPU, que foi aprovado. Não contávamos que no meio do caminho trocaria a diretoria da ESMPU, que até então estava coordenando a captação de recursos e que nós teríamos que coordenar essa parte também. Como já comentei antes, sou movida a desafios, esse foi um dos maiores, em todos os sentidos. Organizamos todo o evento aqui, da captação à prestação de contas. A empresa de eventos éramos nós, planejamos todos os detalhes do início ao fim. Foi um grande aprendizado. Nesse evento tivemos a apresentação da Blue Flag, pela primeira vez no Brasil, além de grandes nomes do Direito Ambiental brasileiro. No gabinete, trabalhei com grandes amigos e excelentes profissionais, a Piri e o Guilherme Medeiros Domingos.

Em 2006 o MPF passou pela primeira reestruturação. Foi quando saí do gabinete e assumi a chefia da Divisão de Recursos Humanos, que recém havia sido criada. No gabinete, por conta do trabalho, iniciei o contato com a área de recursos humanos, pela qual me apaixonei, onde estou até hoje.

Como sou movida a desafios, criar algo novo, resolver problemas complexos me motivam, não gosto da rotina, gosto de movimento. A Lola, colega que já está aposentada, costumava falar que eu sou ligada não em 220 W, mas em 500 W, que eu não paro e coloco todo mundo em movimento. O meu bordão é “Gente, tive uma ideia!” A DRH, depois transformada em Coordenadoria de Gestão de Pessoas, foi e é uma fonte de aprendizado constante, uma área apaixonante, que vai muito além da burocracia. Amo trabalhar com pessoas e poder auxiliar em suas necessidades pessoais e profissionais. Aqui não temos rotina, todo dia surge algum problema para resolver, alguns fáceis e outros extremamente complicados. E quando conseguimos auxiliar alguém na resolução de alguma questão complexa, sabemos o quanto vale a pena trabalhar aqui. Somos muito críticos e procuramos fazer nosso trabalho com excelência, por conta disso somos referência nacional em nossa área. Aqui tive a oportunidade de fazer especialização em Gestão

de Pessoas, pela Escola Superior do Ministério Público da União, e de construir muitas pontes.

O Programa Bem Viver, que considero um filho de duas mães, meu e da Cléria Nunes, surgiu a partir de um desejo, de um sonho em conjunto, de tornar o trabalho da Gestão de Pessoas menos burocrático e mais humano. O Projeto Bem Viver, programa de qualidade de vida no trabalho e bem estar, foi nosso trabalho de conclusão de curso, o TCC em Gestão de Pessoas. Da ideia à ação, foi tudo muito rápido. Quando penso o que já fizemos em quatro anos, fico muito grata e orgulhosa. Agradeço ao procurador-chefe na época, Marcelo da Mota, por acreditar e permitir que implantássemos as ações no MPF/SC, tendo em vista que o programa era pioneiro no país, na forma em que foi concebido, e aos procuradores-chefes Roger Fabre e Darlan Airtons Dias, que mantiveram e deram apoio às ações do programa.

Tantas ações lindas, só para citar algumas: curso de bijuteria para as mulheres da Frei Damião, oficina de macramê e reciclagem para as terceirizadas, horta Semeando Bem Viver na PR/SC, Praça Cidades Invisíveis na Frei Damião, Horta Comunitária na Frei Damião, limpeza de praia com os Jovens Aprendizes, Natal para os filhos dos terceirizados, projeto Sou Mulher, Sou o que eu Quiser, com as servidoras terceirizadas, debates Não é Não: Violência e Estupro, Mulheres – Batalhas do Cotidiano, Inspiração e Ação: Transformando mundos e pessoas e Violência Obstétrica, Pedal Humanitário em prol da população refugiada, mostra Talentos Inativos na Ativa, as ações do Vida Ativa de incentivo às atividades físicas na PR/SC e em algumas PRMs, como trilhas, programa de corridas, caminhada, canoagem, rafting, TEAL, ufa! Além dessas, foram tantas outras atividades, tudo isso enche meu coração de alegria. Aqui, além de colegas, formamos uma família, a Família CGP: Ana Cristina Rolim, Andrea Mosqueta, Cléria Nunes, Cleverson Martins, Ewerton Martins Ribeiro, Fábio Delvizio, Joselha Morelo, Maria Valéria Oliveira, Osemar Braga e Vanessa Xavier Sguario e a Loraines Dal Pont Lodetti, que já está aposentada, mas continua conosco.

Um capítulo à parte da minha trajetória no MPF são as festas das quais participei da organização – foram muitas ao longo dos 24 anos, algumas memoráveis – e a criação da Associação dos Servidores

do MPF em SC. Quando cheguei, logo fiz alguns amigos que me acompanham até hoje. Juntos organizamos muitas festas que até então não existiam. Na comissão de todas as festas, sempre estávamos eu e o Davi, meu amigo por 23 anos e depois elevado ao posto de namorado. Começamos pelas festas juninas, antes fora da procuradoria e depois no estacionamento da sede da Rua Bulcão Vianna, passando pelas festas de final de ano e as de fantasia. No início não havia aporte financeiro de nenhuma entidade, até que fundamos a ASMPPF aqui no estado. Fiz parte do grupo de nove servidores que iniciou a associação. Passei por diversas diretorias, até hoje.

Na minha juventude fui líder estudantil, participei de grêmios estudantis, diretórios acadêmicos e, consequentemente, de vários movimentos. Aqui fui uma das organizadoras da primeira paralisação dos servidores do MPF/SC, em 2001. Participei, com outros colegas, das lutas pela aprovação dos nossos planos de cargos e salários e recentemente fui membro da Comissão Nacional Unificada dos Quintos, formada por oito servidores do Judiciário Federal e MPU, como uma dos dois representantes do MPU.

Só tenho a agradecer os 24 anos de trabalho no MPF. Tive oportunidade de aprender e fiz grandes amigos nessa caminhada, que vou levar por toda vida. Quando cheguei, imaginei que ficaria aqui no máximo três anos, meus planos eram outros, morar num veleiro, o “Finally Free”, mergulhar pelos mares do mundo e viver fazendo charter. Porém, as armadilhas da vida mudaram meus planos e estou aqui até hoje, não menos feliz e muito realizada profissionalmente.

*“O correr da vida embrulha tudo.*

*A vida é assim: esquentada e esfria,*

*aperta e daí afrouxa,*

*sosega e depois desinquieta.*

*O que ela quer da gente é coragem”*

(Guimarães Rosa)



# Construímos juntos a história da Procuradoria da República em Santa Catarina



**Daniele Cardoso Escobar**

Procuradora da República em Florianópolis

Fui convidada a contar minha história para que possa ser escrita a história da Procuradoria da República de Santa Catarina. Contar e escrever a nossa história é ato que exige reflexão. É necessário parar, concentrar nossas atenções sobre nós mesmos, afastar preconceitos e representações e abrir nosso olhar e nosso coração.

Hoje, acredito que tudo tenha começado na minha infância, quando instintivamente observamos e participamos do estabelecimento de regras simples da casa, apreendemos noções sobre o que é certo e o que é errado, e imediatamente tiramos nossas conclusões sobre aquilo que parece ser justo ou não.

De outra parte, cresci no meio de livros jurídicos e códigos. À época, minha mãe prestava concurso para magistratura federal, um concurso então tido como dos mais difíceis e também morosos, com suas diversas fases e sem cronograma definido. Assim, desde muito cedo a Constituição Federal era-me familiar (entenda-se, aqui, a CF de 67), ao ponto de “recitar” seus primeiros artigos de cor, como um poema. Tendo vivenciado aquela árdua rotina de estudos da minha mãe, aliada

ao seu trabalho na Justiça Federal de Porto Alegre, pareceu-me natural a opção pelo curso de Direito na PUC-RS. Ainda durante a faculdade fui aprovada em concurso público para a Secretaria da Fazenda do Estado, onde trabalhei com processos administrativos fiscais, bem como frequentei estágio em escritório de advocacia.

Ilusão básica da maioria dos acadêmicos de direito: mudar o mundo, fazer da nossa morada um lugar melhor. E comigo não era diferente. Sem precisar pensar muito, descobri que a melhor instituição para quem sonhava mudar o mundo era o Ministério Público. Ideais acadêmicos de luta pela igualdade, defesa de hipossuficientes e uma justiça criminal humanizada tomaram forma, transformaram-se em motivação para a aprovação em concursos do Ministério Público.

Curiosamente, minha prioridade era a aprovação no concurso do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, embora fosse servidora do Ministério Público Federal, ocupando cargo de assessoramento superior e atuando junto ao gabinete do procurador regional da República Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, hoje presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A ele agradeço o convite e oportunidade de trabalhar e conhecer o MPF, e com ele muito apreender, não só temas de Direito Criminal e Administrativo, mas também o verdadeiro sentido de ser Ministério Público.

Já em junho de 1996 me vi frente a frente a uma das escolhas profissionais mais difíceis: ter que optar entre Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, meu estado natal, sonho acalentado nos últimos dois anos, ou Ministério Público Federal, instituição que havia me acolhido e me conquistado.

Decisão tomada, decisão acertada. Em 10 de junho de 1996 tomei posse como procuradora da República. Lotação inicial: Foz do Iguaçu (PR). Lá conheci pessoas incríveis e abri os olhos para uma outra realidade, o dia a dia da fronteira internacional, a tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, com vai e vem de pessoas, delitos típicos da região e situações de violação de direitos humanos fundamentais, evidenciadas pela diversidade cultural e civilizacional cada vez mais presentes em qualquer sociedade.

Àquela época os concursos de remoção eram mais frequentes e as vagas disponíveis, mais abundantes. Passado quase um ano, eu voltava pra casa. Nova etapa profissional se iniciava na PR/RS.

O trabalho em Porto Alegre foi uma experiência extremamente prazerosa e gratificante. O ambiente era fantástico, em uma Procuradoria onde todos se conheciam, mantinham uma relação de amizade e laboravam harmoniosamente na construção de um novo Ministério Público Federal, ainda com as novéis atribuições que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988. Foi um tempo muito feliz.

No entanto, depois de oito anos no RS, já era hora de mudar de ares, buscar novos desafios, conhecer novos lugares e pessoas. Era a hora de trilhar um outro caminho.

Aqui, há de se fazer uma consideração importante, e fundamental, para a decisão acerca da mudança de unidade. Gaúchos adoram passar férias em Santa Catarina! Fato. Mas e se, em vez de apenas passarmos férias, tivéssemos uma experiência de fixar residência em Florianópolis? Por que não aproveitar a mobilidade que a carreira de procurador da República propicia e construir um novo caminho, diferente do imaginado?

E aqui cheguei, em julho de 2005, para assumir a vaga existente em um Ofício Criminal. Sempre enxerguei a Procuradoria como um prolongamento do meu lar, um lugar onde, necessariamente, me sentisse bem, produzindo bem e em paz. Aqui coabitam diversas pessoas e culturas, com as suas identidades, princípios, valores, representações e necessidades diferenciados. Conviver em interação harmoniosa, para o bem dos interesses e princípios defendidos pelo Ministério Público, é tarefa que exige mais do que compartilhar trabalho. E essa diversidade de estilos, opiniões e modos de fazer, que tão bem caracterizam esta casa, permitem que nós Procuradores consigamos desempenhar nosso papel de defesa da sociedade, dos interesses dos incapazes e minorias, de combate veemente à corrupção, defesa do meio ambiente e consumidores etc.

Nada disso seria possível sem o apoio de servidores, estagiários e terceirizados, que vestem a camisa do MPF, ou seja, que são o MPF. Na

verdade, somos todos MPF. São essas pessoas que fazem a Procuradoria da República em Santa Catarina. Todos, sem exceção, fazemos parte dessa história que ajudamos a permanentemente a construir.

Mas qual será a nossa história? Qual a nossa contribuição para a construção e desenvolvimento da PR/SC e do MPF em Santa Catarina? Como seremos lembrados no futuro?

Nos últimos anos a Procuradoria cresceu muito, inclusive no número de demandas. E isso ocorre por estar mais presente e atuante perante a comunidade em que está inserida. Creio que é a roda do bem, o círculo virtuoso. Quanto mais, e de forma eficiente, fazemos nosso trabalho, mais trabalho temos por fazer. E a sociedade é quem ganha com a união e esforço de todos servidores e procuradores do MPF.

Me preocupo com as pessoas, com a qualidade de vida pessoal e no trabalho. Acredito fortemente que pessoas felizes e integradas de forma adequada no ambiente de trabalho propagam boas energias para além das paredes institucionais, ao tempo em que desempenham melhor suas atividades laborais. Integração, fortalecimento de laços pessoais, desenvolvimento e valorização de competências e habilidades acabam por refletir diretamente na consecução do produto a ser entregue para a sociedade pelo Ministério Público.

É preciso ter consciência do que fazemos, como fazemos e porque fazemos. É preciso acreditar no nosso trabalho e fazê-lo da melhor forma possível, sabendo que somos partes de uma mesma engrenagem. Entrei no Ministério Público com o ideal de colaborar para um mundo melhor. É sabido que, sozinhos, não conseguimos mudar o mundo, mas é possível fazer bem a nossa parte, lutar pelo que acreditamos, compartilhar nosso trabalho, contagiar pessoas que podem, pouco a pouco, transformar para melhor o mundo em que vivemos.

Ao tempo em que escrevemos nossa história individual de crescimento pessoal, agregamos nossa personalidade à história da PR/SC. Ou seja, as histórias se confundem. Estamos crescendo juntos, construindo a História da Procuradoria da República de Santa Catarina.



# Uma experiência enriquecedora



## **Ercias Rodrigues de Souza**

Procurador da República em Blumenau

Sou casado, moro com minha esposa em Blumenau, estando lotado na Procuradoria da República no município de Blumenau desde dezembro de 2016.

Temos três filhos, todos moços, sendo dois casados e um solteiro. O mais velho é procurador da Fazenda Nacional desde 2008, o segundo é dentista e o mais novo, formado em Direito, estuda para a carreira da Diplomacia.

Temos sido meio nômades, até aqui.

Sou mineiro, mas ainda muito pequeno meus pais migraram para o oeste do Paraná, onde permaneci até a adolescência, vindo depois para Curitiba, onde fiz a primeira graduação, em Economia, terminando em 1984. Durante a faculdade, já casado - casei-me aos 20 anos - fui bancário no Banco do Estado do Paraná, o Banestado.

Exatamente na semana em que coleei grau, fiz meu primeiro concurso mais rigoroso, para auditor da Fazenda do Paraná. Aprovado, fiquei pouco mais de um ano no cargo, tendo sido aprovado em outro concurso público para auditor da Fazenda do estado de São Paulo.

Nessa época já tinha concluído a segunda graduação, em Direito, na Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente, em 1994.

Exerci as funções do cargo inicialmente em Presidente Prudente e depois na capital paulista, tendo sido ali juiz do Tribunal de Impostos e Taxas, órgão de julgamento administrativo tributário e, ainda, tendo sido assessor jurídico-administrativo, no gabinete do secretário da Fazenda daquele estado.

Desde a conclusão do curso de Direito, tinha duas aspirações: o magistério e a carreira jurídica, tendo já predileção pelo Ministério Público.

Fiz especializações em Direito Civil e Processo Civil e mestrado em Direito do Estado, pela PUC de São Paulo. Ainda em orientação do doutorado naquela Instituição, resolvi retomar os estudos para concurso público, o que motivou o trancamento da matrícula naquele “stricto sensu”.

Passei em concurso público para a Procuradoria da Fazenda Nacional em 2005, ao tempo em que lecionava em faculdades em São Paulo e um pouco antes, em Presidente Prudente, neste caso na mesma instituição pela qual colara grau. Assumi o cargo de procurador da Fazenda Nacional em Londrina, lecionando também na Universidade Estadual de Londrina.

No magistério lectionei nas cadeiras de Direito Tributário, Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Como sempre tivera por meta o concurso para o Ministério Público Federal, continuei a prestar os concursos nessa área, mas dadas as constantes e concorrentes atividades - o trabalho na Fazenda paulista e depois na AGU-PFN, além de manter a docência, durante todo aquele período - a aprovação demorou a ocorrer, tendo sido aprovado apenas no ano de 2008, no 24º concurso de ingresso na carreira.

Montei um planejamento de estudos para todos os concursos que fiz. Frequentara um único curso preparatório presencial, dentre os poucos existentes na época, no então Instituto do Professor Damásio de Jesus, numa época em que lá lecionavam o próprio Damásio, Fernando Capez, Luiz Flávio Gomes, Antonio Carlos Marcato, Roque Carrazza, Alexandre de Moraes e José Eduardo Cardoso, dentre outros nomes de prestígio no meio jurídico.

No Ministério Público Federal assumi em Porto Velho, como PRDC, em final de 2008, permanecendo na função até meados de 2012. Essa primeira lotação foi uma verdadeira escola. Por ser uma Procuradoria pequena, permitiu que assumisse quase todas as funções em primeiro grau: fui procurador regional dos Direitos do Cidadão – PRDC, por quase quatro anos. Fui procurador eleitoral auxiliar e procurador eleitoral titular por um mandato, procurador-chefe também por um mandato, compus a equipe que reativou o Conselho Penitenciário Estadual em Rondônia e compus aquele colegiado, no assento destinado ao Ministério Público Federal, até minha remoção para Foz do Iguaçu.

Nessa última função atuei, dentre muitas outras, em situações de crise como em um caso de operação na unidade prisional Urso Branco, com prisões de agentes penitenciários e contenção de motim entre presos. Em outra atuação, também relevante, acompanhei o professor James Cavallaro em inspeção em celas do Urso Branco, em situação em que se investigava possível ocorrência de tortura de presos. James Cavallaro, diretor da Escola Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Stanford, viria a ser Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2016 a 2017.

Além disso, no período, dadas as atribuições de PRDC, era o procurador da República responsável pelas inspeções regulares no Presídio Federal de Porto Velho.

Da experiência na atuação de defesa de direitos fundamentais naquela região amazônica, resultou a seleção e participação em curso de mestrado em Proteção Internacional de Direitos Humanos, na Universidade de Alcalá, em Alcalá de Henares, na Espanha. Ali desenvolvi pesquisas sobre as intervenções do estado brasileiro, em grandes projetos hidrelétricos e a ausência de prévia e efetiva consulta às populações interessadas, com ênfase nos efeitos para a população indígena, derivados das construções da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, e das usinas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. O texto, ainda inédito, foi escrito originalmente em espanhol.

Em seguida removi-me para a Procuradoria da República em Foz de Iguaçu, ficando ali pouco mais de dois anos, atuando em gabinete com atribuições plenas. Naquela Procuradoria, como era de se esperar, as atribuições criminais predominavam e praticamente condicionavam o agir ministerial, não permitindo, dada a ausência de especialização, o melhor desenvolvimento das atribuições ministeriais no âmbito da tutela coletiva de direitos.

Após esse período removi-me para a Procuradoria da República no Espírito Santo, ali sendo lotado em gabinete com atribuições unicamente criminais. Nesse tempo, o Ministério Público Federal levou à sociedade a campanha “10 Medidas contra a Corrupção”, tendo conseguido mais de 2 milhões de assinaturas em todo Brasil, em favor daquele conjunto de alterações legislativas.

Coordenei a campanha no estado do Espírito Santo, tendo viajado por todo o estado, dando palestras e formando parcerias com os Ministérios Públicos Estadual e junto ao Tribunal de Contas do Estado. Além disso, entidades como o próprio Tribunal de Contas Estadual, a Escola Legislativa do Estado e inúmeras outras entidades da sociedade civil, como a Maçonaria, igrejas de diversas confissões religiosas e universidades, foram parceiras importantíssimas nessa empreitada. A experiência foi enriquecedora e demonstrou que a despeito da descrença generalizada nas instituições, as pessoas ainda têm a noção da importância do papel do Ministério Público Federal. Como tristemente sabido, a Câmara dos Deputados terminou desfigurando completamente os projetos de lei, em votação na madrugada de 29 de novembro de 2016, praticamente reduzindo a zero os esforços empreendidos pela sociedade brasileira.

Após cerca de dois anos e meio lotado na Procuradoria da República no Espírito Santo, removi-me para a Procuradoria da República no município de Blumenau. A vinda para Santa Catarina, desde há muito esperada, atendia a anseios profissionais e familiares. Admiradora das belezas do estado, a família mantém desde há tempos um imóvel em Meia Praia, no município de Itapema.

Conciliadas ambas as aspirações, estou desde dezembro de 2016 lotado na Procuradoria da República em Blumenau, com atribuições

em todas as áreas de atuação do Ministério Público Federal. Como instrumento de aprimoramento da atuação institucional, em março de 2018, voltei aos bancos escolares, matriculado em curso de pós-graduação “lato sensu” em Processo Civil, na Univali, campus de Itajaí.

O tempo em que aqui tenho atuado tem sido muito proveitoso. Conhecer mais de perto a realidade catarinense tem sido uma constante descoberta. Mais ainda, tem sido interessante constatar que a despeito do índice de desenvolvimento da região sul, do estado de Santa Catarina e particularmente da região do médio vale do Itajaí, onde atuo, ainda se têm demandas primárias precariamente atendidas, como nas áreas da saúde pública e de outros serviços públicos, notadamente aqueles voltados à população mais carente, como o da Previdência Social, que não atende, a tempo e modo, os mais necessitados, que por aqui também existem.

Tenho, ainda, sentido a existência de uma lacuna no controle mais efetivo dos atos administrativos, principalmente no que toca a atividades preventivas e repressivas aos desvios de recursos públicos, tema multidisciplinar, mas afeto preponderantemente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Finalmente, surgem desafios interessantes na defesa do meio ambiente em vários quadrantes, na região. Primeiro por se ter por aqui, de forma quase onipresente, a figura do Rio Itajaí-Açu, com os desafios de uma ocupação urbana e rural consolidadas, em situações por vezes irregulares se exposta a forma dessa ocupação à luz da legislação ambiental de regência do tema.

Especiais desafios ainda se apresentam, por se ter na área de abrangência da PRM-Blumenau, parte do Parque Nacional da Serra do Itajaí (Parnasi), para cuja efetiva instalação ainda pendem a adoção de medidas administrativas importantes a trazer sérias questões sobre a real proteção ambiental daquele espaço, contra a exploração ilegal de recursos ali existentes e legalmente protegidos.

Os desafios continuam a se apresentar e a se renovar, na Procuradoria da República em Santa Catarina. Agora, sob a forma de regionalização das atribuições, a partir da experiência da regionalização levada a efeito pela Justiça Federal da 4ª Região. No Ministério Público

Federal ainda estamos, nessa quadra, entendendo as implicações dessa regionalização e pensando conjuntamente sobre os melhores modelos e práticas na distribuição das atribuições, de modo a compor um quadro racional a permitir ganhos para a sociedade, destinatária final das nossas ações.

O desafio passa, por óbvio, em construir permanentemente a instituição Ministério Público Federal, de modo a dar a ele organicidade nacional sem, no entanto, se olvidar das características próprias de cada região, a implicar demandas também específicas, ao órgão.

Por todo esse conjunto de fatores tem sido uma experiência enriquecedora a atuação neste estado, em uma região marcada pela presença europeia, que traz ao mesmo tempo uma cultura de trabalho, de seriedade e compromisso, por um lado, e o risco de uma cultura de segregação e de afastamento dos diferentes, por outro, em circunstâncias nas quais o Ministério Público Federal deve atuar firme e decisivamente na defesa de minorias e na promoção do respeito aos diferentes como modo de resguardo da dignidade da pessoa e dos valores multiculturais que marcam o modo de ser brasileiro, atuando como expressamente determina a Constituição Federal, em seu artigo 127, como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.



## De São Paulo a Jaraguá do Sul



**Evaldo Rodrigues Rosa**

Técnico administrativo em Jaraguá do Sul

Quando ingressei no Ministério Público Federal, em 1º de junho de 1994, em São Paulo, ele já combatia o crime através de suas investigações e da Ação Penal Pública Incondicionada. Também já defendia os interesses da sociedade, os chamados interesses difusos e coletivos, através da Ação Civil Pública, defendendo os mais variados temas como saúde pública, direitos do consumidor, educação e direitos dos indígenas.

Quando cheguei no MPF em 1994, trabalhei no setor de protocolo e nesta época as máquinas de escrever imperavam, pois no meu setor havia apenas um computador, daqueles bem antigos, os chamados XP/XT, cujo sistema operacional não era o Windows, logo não dava para fazer muita coisa. Tínhamos um arquivo gigante onde arquivávamos umas fichas, nas quais constavam os dados dos processos e procedimentos em trâmite.

Quando um advogado ou parte interessada comparecia no MPF solicitando andamento ou dados dos processos em curso, nós tínhamos que procurar no arquivo sempre por ordem alfabética de assunto ou autor da ação. Às vezes levava meia hora ou mais para conseguir encontrar a ficha correspondente ao processo que a pessoa interessada desejava saber. Embora o Windows tenha sido lançado

pela Microsoft como sistema operacional em agosto de 1993, o MPF, pelo menos em São Paulo, não tinha tal sistema, o que dificultava em muito os trabalhos de membros e servidores.

Era responsável também pela entrega dos ofícios e intimações expedidas pelo MPF de São Paulo. Percorria, a pé, toda a região da Avenida Paulista com o intuito de cumprir com todas as entregas que me eram confiadas pelos membros.

Em 1997 pedi remoção para a PRM Londrina, no Paraná, onde fiquei por apenas quatro meses, pois resolvi ir para a PRM Maringá, também no Paraná, onde trabalhei por cerca de 15 anos. Na PRM Maringá atuei no setor administrativo por cerca de cinco anos e em seguida, ao ingressar na faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá, já comecei a trabalhar como assessor dos procuradores da República, tendo exercido essa função por cerca de 10 anos.

Atualmente estou lotado na PRM Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, onde atuo no setor administrativo, embora auxilie diretamente o setor jurídico. Para finalizar, vale ressaltar que, com o advento de novas tecnologias, como o sistema operacional Windows e com a internet, a prestação de serviço do MPF para a sociedade se tornou bem mais célere e sem dúvida nenhuma a impunidade vem diminuindo exponencialmente nas últimas décadas.



## Onde tudo começou



**João Marques Brandão Néto**

Procurador da República em Florianópolis

A história ibero-americana do Ministério Público, da qual somos descendentes, assim como a do Direito, da consolidação das leis em códigos, começa na Península Ibérica em meados do ano 500. Já existia em outros lugares, mas se aborda aqui a Península Ibérica por ser nossa ascendência. Era o tempo de domínio visigótico, povos germânicos que, por volta de 480, conquistaram a península até então sob domínio de Roma. Nessa época foi criado o Código Visigótico, também conhecido por Fuero Juzgo. Ali está o que pode ser um germe do que veio a ser o Ministério Público: no Livro 2 Título III consta que “Os senhores, quanto mais devem julgar as causas, tanto mais devem cuidar para não estorvá-los. Onde o bispo ou o príncipe, num processo contra algum homem, devem nomear mandatários que tratem do processo por eles.”

A partir do século 7, com a chegada dos árabes à Península Ibérica, tem início um novo período, que só termina no século 11. Os mouros, como eram chamados os muçulmanos, são expulsos daquele território pelos descendentes dos visigodos ao longo de muitas batalhas. Enquanto países de origem germânica faziam cruzadas na Terra Santa, os ibéricos lutavam contra os sarracenos (outra denominação dos mouros) na própria península. Durante o domínio dos mouros, valia a lei revelada por Deus. O direito era uma ciência religiosa e era aplicado

pelo cádi, um juiz nomeado pelo governante para aplicar a Lei Santa, a “sharia”. O cádi, pelo menos teoricamente, era um juiz independente do poder executivo, fundamentando suas decisões nos ensinamentos da religião.

Quando os muçulmanos invadiram a Península Ibéria, em 711, os cristãos visigodos se refugiaram nas Astúrias, que ficavam ao norte da Península. De lá organizaram a resistência e começaram a reconquista. No reinado de Alfonso 3º, o Magno (rei das Astúrias que reinou de 866 a 910), a reconquista chega ao norte de Portugal, sendo tomada a cidade do Porto (868). A zona compreendida entre os rios Minho e D'Ouro vive um importante processo repovoador, alcançando Coimbra (878). A região portugalense (que viria a ser Portugal) já tinha individualidade política desde 926, quando Ramiro, filho do rei leonês Ordonho II, a recebeu como sua parte na divisão do reino de Leão.

Em 1095 o rei asturo-leonês Alfonso VI (que reinou de 1065 a 1109) concede a sua filha d. Teresa – em decorrência de seu casamento com o nobre francês Henrique de Borgonha – o Condado Portugalense. Ao receber a concessão do condado portugalense, d. Henrique de Borgonha passou a utilizar o título de conde de Portugal. Em 1128, d. Afonso Henriques, filho de d. Teresa e do falecido d. Henrique, reivindicou de sua mãe o governo do território português, sem sofrer contestação de Afonso VII (rei asturo-leonês, sucessor de Afonso VI, reinando de 1126 a 1157). Em 1140 Afonso Henriques passa a usar o título de rei de Portugal.

Para que Portugal fosse reconhecido como nação independente era necessário estar sob a proteção da Santa Sé. Isso porque a sociedade jurídica internacional era formada pela Cristandade, ou seja, restrita aos povos cristãos, e todos os príncipes cristãos estavam subordinados ao Papa. Entretanto, só em 1179 o papa Alexandre 3º toma Portugal sob a proteção da Santa Sé. Desta proteção decorriam obrigações de vassalagem: pagar o censo anual, proteger a Igreja e dilatar a fé cristã, devendo auxílio e conselho ao Pontífice quando solicitado.

Por volta de 1250 o Código Visigótico é sucedido pela Lei das Sete Partidas, na Espanha.

Em Portugal, vão surgindo Ordenações do Rei, que são consolidadas nas Ordenações Afonsinas, por volta de 1460. As Ordenações Manuelinas sucedem as Afonsinas em 1520 e em 1609 há nova codificação, sob o espanhol d. Felipe, quais sejam as Ordenações Filipinas. Nelas já está consolidado a instituto da acusação criminal, na figura do promotor da justiça. O cargo (na época chamado ofício) era exercido por um desembargador da Casa da Suplicação ou de outras relações. Talvez por isso até hoje se designe, erroneamente, em alguns juízos, o Ministério Público pelo nome “Justiça Pública”.

As Ordenações Filipinas são formadas por cinco livros: o primeiro livro tem por objeto o regimento dos funcionários encarregados da administração da justiça e fazenda; o livro 2 versa sobre as relações da Coroa com a Igreja, os nobres e os direitos e bens da Coroa; o livro 3 trata do processo judicial; o 4 dos contratos e sucessões; o 5 dos crimes, penas e processo penal. Além da legislação escrita, havia uma organização estatal que compreendia toda a organização judiciária (“A Justiça”) e a administrativa (“A Fazenda”). A Justiça compunha-se de duas instâncias (juízes de vintena, ordinários e de fora e desembargadores), além de ter outros ofícios (tabeliães, corregedores, ouvidores, meirinhos, promotores da Justiça etc). Em última instância poderia haver recurso para o rei. A Fazenda tinha todo um corpo de encarregados (chanceleres, almotacés, escrivães, tesoureiros, vereadores, quadrilheiros, alcaides etc).

Na sua abrangência e no seu detalhamento, comenta Victor Burton, este código foi um poderoso instrumento para a ação política do monarca, tanto em Portugal como nas terras colonizadas pelos portugueses, que era o caso do Brasil. Muitas disposições tiveram vigência no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916. Os títulos dos capítulos das Ordenações Filipinas dão uma boa ideia de como, na época, a lei escrita tornava visível todo o ordenamento social, o funcionamento da economia, aquilo que se poderia considerar como “vida privada” etc. Alguns exemplos: “Dos mercadores que quebram; e dos que se levantam com fazenda alheia”; “Dos mouros e judeus que andam sem sinal”; “Das coisas que se não podem levar fora do Reino sem licença del-Rei”; “Quando os menores serão punidos pelos delitos

que fizerem”; “Dos partos supostos”; “Dos que dão música de noite”; “Dos que molham ou lançam terra no pão que trazem ou vendem”; “Das coisas que não se podem fazer por dó [isto é, por luto]”; “Que não se imprimam livros sem licença del-Rei”.

Algumas disposições ficaram no costume por muito tempo, como é o caso do Livro 5, Título 38: “Do que matou sua mulher por achá-la em adultério: Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão e o adúltero fidalgo, ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade.”

A parte criminal das Ordenações foi revogada pelo Código de 1830 e, no Código de Processo Criminal de 1832, as funções do promotor público estavam nos artigos 36 a 38.

Aqui se abordam os antecedentes do direito escrito, facilmente verificável. Mas o direito não é só a norma escrita, de modo que os costumes indígenas e africanos, povos ágrafos, pela forte miscigenação que tivemos, acabaram influenciando nossas práticas: mesmo que para negar o direito escrito, mesmo que para introduzir costumes contra a lei ou mesmo para gerar o que concebemos como informalidade.

Em 1890, proclamada a República, o decreto 848 regulamenta a Justiça Federal e cria o cargo de Procurador da República, cujas atribuições aparecem no artigo 24: “a) promover e exercitar a acção publica, funcconar e dizer de direito em todos os processos criminaes e causas que recaiam sob a jurisdicção da justiça federal; b) solicitar instrucções e conselhos do procurador geral da Republica, nos casos duvidosos; c) cumprir as ordens do Governo da Republica relativas ao exercicio das suas funcções, denunciar os delictos ou infracções da lei federal, em geral promover o bem dos direitos e interesses da união; d) promover a accusação e officiar nos processos criminaes sujeitos á jurisdicção federal até ao seu julgamento final, quer perante os juizes singulares, quer perante o Jury.”

A Carta de 1937 extingue a Justiça Federal (artigo 185). Mas o cargo de Procurador da República subsiste, como se vê pela lei nº 1.341, de 1951. Essa lei atribuía à Procuradoria da República somente funções civis: “zelar pela observância da Constituição Federal, das leis

e atos emanados dos poderes públicos”. A Lei Orgânica do Ministério Público não prevê atribuições criminais, mas determina que os órgãos do MPU “junto à justiça comum, à militar, à eleitoral e a do trabalho são independentes entre si, no tocante às respectivas funções”. E que os cargos do Ministério Público da União, “salvo os de Procurador Geral, serão providos em caráter efetivo e constituem carreira, nos termos desta lei”, com ingresso nos cargos iniciais das carreiras mediante concurso de provas e títulos, entre bacharéis em Direito “de comprovada idoneidade moral e que tenham mais de quatro anos de prática forense”

Como se viu, em 1937 Getúlio Vargas instala o Estado Novo e extingue a Justiça Federal. Em dissertação apresentada na Fundação Getúlio Vargas em 2012, Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer defende a ideia de que, mais do que questões de cunho administrativo ou doutrinário jurídico, foi o ideário que envolveu a concepção do denominado Estado Novo que criou condições ideológicas e políticas autorizadas, não consolidadas em momento anterior, e que resultou a não inclusão da Justiça Federal de Primeira Instância entre os órgãos do Poder Judiciário na Constituição de 1937.

Em novo período ditatorial, a partir do golpe militar de 1964, a Justiça Federal é recriada com o Ato Institucional nº 2, o AI-2, e os procuradores da República voltam a ter atribuição criminal. O artigo 92 da lei 5.010/66 determina que “enquanto não for promulgada a nova Lei Orgânica do Ministério Público Federal, compete aos subprocuradores-gerais e aos procuradores da República, conforme o caso, e na forma determinada pelo Procurador-Geral da República, promover ação penal e intervir em todos os feitos criminais sujeitos à jurisdição da Justiça Federal”.

Os militares também estendem a atribuição da Polícia Federal para todo território nacional. Curiosamente, ter atribuição nacional era um dos motivos da criação da Gestapo na Alemanha de Adolf Hitler.

Com a Constituição de 1988, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal recebem seu batismo democrático.



# Sobre como errei o caminho até me encontrar

**Humberto Eckhard**



Analista de Comunicação Social em Florianópolis

Meu futuro profissional sempre foi uma obsessão pra mim. Desde cedo, eu quis ter muito prazer no meu trabalho e sonhava com sucesso e reconhecimento. Por isso, quando tive que fazer a escolha por uma carreira, antes de decidir que curso fazer na universidade, apostei alto: queria ser diplomata. Na época, eles indicavam os cursos de Direito e Economia como os mais adequados pra quem queria seguir essa carreira. Como eu tinha pressa de realizar o meu sonho, escolhi a Economia, pois o vestibular para Direito era bem mais concorrido e as chances de passar sem um cursinho preparatório, bem menores.

Em 1992, comecei o curso de Ciências Econômicas na federal do Rio Grande do Sul e não demorou muito pra perceber que tinha me metido numa cilada. Na primeira aula do curso, fui informado pelo professor que a profissão de economista não valia nada. Não havia mercado de trabalho. O curioso é que ele gostava de elogiar uma colega que fazia também Jornalismo, como se ela tivesse realmente futuro. Mal sabia ele que, vinte e seis anos depois, na era das redes

sociais, quando o Facebook tem mais valor que o New York Times, o Jornalismo também estaria ameaçado de extinção.

Foi um balde de água fria. E foi só o primeiro. O massacre mental começou pra valer, quando tive que encarar disciplinas como Microeconomia, Econometria, Contabilidade Pública, Estatística. Sinceramente, pra mim era mais fácil aprender Mandarim. Nesse meio tempo, recebi um material do Instituto Rio Branco, que trazia, além de cópias das provas aplicadas na seleção para diplomata, uma lista das turmas formadas ao longo do tempo. Reparei que os sobrenomes dos candidatos aprovados eram do tipo “Dantas Coutinho Simões Serapião de Carvalho do Rego e Silva”. Os sobrenomes tinham muitas palavras e uma aparente conexão com a nobreza portuguesa. O meu só tinha uma e de pronúncia difícil. Não ia dar certo. Era melhor desistir.

Larguei a Economia e o sonho da diplomacia e fui procurar orientação vocacional. Antes disso, meu pai, que já tinha me mantido em Porto Alegre por três anos e com razão não queria mais desperdiçar dinheiro, me deu um conselho, uma pequena pílula de realidade: “por que tu não faz um concurso qualquer pra garantir uma renda e, com o tempo, decide o que realmente quer fazer?” Essa dica ficou guardada no fundo da memória e acabou se mostrando muito útil.

O resultado da orientação vocacional foi que eu deveria trabalhar com alguma coisa que envolvesse arte ou criatividade: Arquitetura, Publicidade, Teatro, Design. Na época, a Publicidade era uma profissão em alta. Caras como o Washington Olivetto eram tão celebridades quanto um ator da novela das oito. Além disso, a Publicidade parecia uma profissão divertida. Algo que só alguém que não trabalha numa agência de propaganda é capaz de pensar. Pois, no final das contas, a gente descobre que quem manda é o cliente, que geralmente acha que entende mais de propaganda do que o publicitário. E, no final do dia, o teu trabalho tão criativo virou uma porcaria.

O currículo do curso de Publicidade tinha disciplinas como Introdução ao Cinema, uma das minhas grandes paixões. Se eu não me tornasse um grande publicitário, poderia ser pelo menos um grande cineasta. Meus sonhos continuavam grandes. Fiz cursinho pré-vestibular e passei na federal novamente. Não foi um curso de todo

ruim. As disciplinas de Cinema eram realmente boas. Mas comecei a pensar que não fazia muito sentido a Publicidade ser um curso de nível superior. A literatura sobre o tema era muito escassa. Havia muito poucas teorias e teóricos que abordavam a propaganda como um objeto de investigação científica. E as disciplinas específicas de Publicidade pareciam apenas oficinas de criação. Pensando bem, qualquer moleque com uma mente fértil e um bom domínio do Photoshop poderia ser publicitário.

Apesar da frustração com o curso, segui em frente. Graças ao Rafael, meu companheiro, que me indicou para um amigo dele, um diretor de arte de uma agência de propaganda, consegui meu primeiro emprego na área, como redator. Foi um período divertido. Apesar da insistência dos clientes em arruinarem as nossas campanhas, a equipe de criação era muito unida e tinha um prazer genuíno em compartilhar e executar ideias. O problema era que o salário era miserável. E, a não ser que tu tivesse nascido filho do dono da agência ou fosse muito amigo dele desde a época em que ele também recebia um salário miserável, era muito difícil chegar a uma agência de grande porte, que pagasse um bom salário, pois elas eram poucas.

Decidi então seguir o conselho do meu pai e comecei minha vida de concurseiro. A primeira oportunidade que apareceu foi a Caixa Econômica Federal. O salário não era muito maior que o da agência, mas havia a perspectiva de fazer uma carreira dentro do banco. Como se costuma dizer em cidades pequenas como aquela em que eu nasci, as autoridades são o prefeito, o delegado, o padre e os gerentes da Caixa e do Banco do Brasil. Era uma instituição de prestígio.

Fui nomeado para o cargo de técnico bancário da Caixa em 2001, para uma agência no município de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, onde continuei morando e de onde saía todos os dias, de manhã cedo, o ônibus que me levava até lá. A agência ficava no bairro Scharlau e a gente conseguia avistá-la antes de chegar no ponto do ônibus, pois ele passava sobre um viaduto que permitia ver o entorno da agência. Tinha dias, portanto, em que era possível saber antes de chegar no trabalho o quão caótica seria a jornada. No período do mês em que a Caixa pagava o PIS, a fila de pessoas na porta da

agência, antes de ela abrir, dava umas duas voltas na quadra. Pra quem não gostava de trabalhar com atendimento ao público, era a visão do inferno.

O técnico bancário da Caixa é um faz-tudo: libera o PIS e o FGTS, cuida dos contratos habitacionais, abre conta, fecha conta, libera e nega empréstimos, vende cartão de crédito, seguro de vida, de carro, de residência, título de capitalização, atende os velhinhos e velhinhas que vão pra agência em busca de atenção e não pra falar de investimentos, e até aquele cliente que é dono da metade da cidade e que insiste em entrar na agência depois que ela já fechou, só pra mostrar pros outros que ele pode.

Além de tudo isso, um dia me disseram que eu tinha que fazer curso pra ser caixa da Caixa. É uma atividade tensa: depois de um dia inteiro fazendo saques, descontando cheques, pagando boletos, chega a hora de fechar o caixa. A gente cruza os dedos e torce pra que aquela fita que registra todos os lançamentos do dia não chegue no fim com uma diferença negativa de milhares de reais. Com medo disso, eu nunca contei dinheiro rapidamente, pois podia pular uma nota ou mais. Certo dia, eu estava no caixa, contando as cédulas no meu ritmo antes de entregar pro cliente e fui obrigado a ouvir: “olha só, o que que tá fazendo aí, se não sabe nem contar dinheiro?”

Como eu não podia jogar o maço de dinheiro na cara do cliente, resolvi desabafar de outra forma: fui procurar a ajuda de um psicólogo conveniado com a Caixa. Uma das primeiras coisas que ouvi dele foi que a Caixa era um manicômio e que eu deveria sair de lá o quanto antes. Além de não estar interessado nos meus problemas com o banco, ele acabou demonstrando que na verdade não se interessava por nada que eu dissesse, pois na sessão seguinte, ele pegou no sono enquanto eu falava. Foi realmente constrangedor. Eu não sabia se gritava, pra ver se ele acordava, se dava um beliscão nele ou se saía de fininho. Como eu era uma pessoa demasiadamente controlada e evitava conflitos, esperei ele acordar e continuei falando. Ele não disse nada a respeito, nem eu. Terminamos a sessão como se não tivesse acontecido nada. Saí do consultório naquele dia, sabendo que não ia voltar lá e que não queria mais voltar pra Caixa também.

O concurso que fiz na sequência foi para o cargo de técnico do tesouro do estado do Rio Grande do Sul. O salário era melhor que o da Caixa e eu tinha a expectativa de não precisar mais atender o público, apenas fazer um serviço burocrático de bastidor. Os setores que atendiam o público na Secretaria da Fazenda eram realmente poucos e eu tive o azar de ir parar em um deles: a Unidade de Cobrança.

Meu trabalho lá consistia basicamente em cobrar os cheques sem fundos que os contribuintes emitiam para pagar impostos. Era um problema fácil de resolver: eu emitia uma nova guia do tributo pra ser paga no caixa do banco do estado que funcionava dentro da Unidade de Cobrança, o contribuinte me trazia a guia paga e eu liberava o cheque pra ele. Simples assim. Pra algumas pessoas, no entanto, nada pode ser tão simples. Certa vez, uma mulher insistiu em levar o cheque sem pagar o imposto na hora. Eu disse que isso não era possível, mas ela continuou insistindo. Muito nervosa, ela tirou o celular da bolsa, ligou pro pai dela e disse que eu não estava deixando ela sair de lá. De um minuto pro outro, eu passei de servidor cumprindo seu dever pra sequestrador. Passaram-se mais alguns minutos de tensão. Ela meio chorosa, falando com o pai, e eu constrangido, porque nessas horas os teus colegas fazem de conta que continuam trabalhando, mas não desgrudam o ouvido da confusão. De repente, ela me alcança o celular pra eu falar com o pai dela. De sequestrador, passei a psicoterapeuta. No início, ele soava um pouco agressivo, como se eu fosse realmente a pessoa mal intencionada naquela situação. Com toda a paciência do mundo, eu expliquei que não podia e nem queria mantê-la presa lá. Que aquilo não era uma delegacia, eu não era policial e a única transgressão que ela tinha cometido era me torrar a paciência, quando eu tinha dezenas de outras tarefas pra fazer naquele dia (isso eu não disse realmente, mas deu vontade). Devolvi o celular pra ela e o pai, que me deu a entender que aquela situação não tinha sido a primeira, conseguiu finalmente convencê-la a pagar o que devia.

Na hipótese de o contribuinte não aparecer pra pagar o tributo e resgatar o cheque, eu tinha que montar um processo e levar o cheque sem fundos pra Delegacia Fazendária abrir um inquérito. Um dia, minha chefe me chama e diz que eu teria que prestar depoimento

no Fórum de Porto Alegre, num desses processos. O juiz queria saber como funcionava o trâmite do cheque dentro da Secretaria da Fazenda. Ao chegar na sala de audiência, no dia marcado, pra minha surpresa, o emissor do cheque sem fundos estava lá. O cara tava sendo processado, correndo o risco de ser preso, e quem tinha ajudado a levá-lo pro banco dos réus era eu. Eu não lembrava dele. Afinal, eu tinha que lidar com muitos processos e muito tempo tinha se passado entre o dia em que eu o atendi e o dia da audiência. Ele, no entanto, devia lembrar de mim. E teve bastante tempo pra memorizar cada traço do meu rosto, enquanto eu tentava me concentrar nas perguntas do juiz. Sinceramente, eu ganhava muito pouco pra ter que passar por aquilo. E decidi que não queria mais ser técnico do tesouro.

A essa altura da minha vida, eu já estava um pouco cansado de tentar encontrar um trabalho que me desse satisfação e ao mesmo tempo uma boa renda. Já estava dando meu futuro profissional como um caso perdido, até que, no segundo ano do governo Lula (quando o serviço público federal era realmente valorizado), o Ministério Público da União abriu um concurso para servidores com impressionantes 2.089 vagas. Além disso, a visão estratégica da administração do MPU à época criou o cargo de analista de comunicação, a fim de profissionalizar a relação da instituição com a imprensa e com seu público interno.

Era uma oportunidade de ouro e eu me joguei de cabeça nela. Seria a chance de trabalhar na minha área de formação e receber um bom salário. Foram quatro meses de estudos intensos, pra disputar uma das 22 vagas abertas em todo o país. No final da seleção, fiquei classificado na 27ª posição e, graças a algumas desistências, consegui ser nomeado em outubro de 2005, mais de um ano depois da realização do concurso. Fazia muito tempo que não me sentia tão feliz, mas tinha um porém: a vaga era em São Paulo e nós morávamos em Porto Alegre. Eu e o Rafael estávamos juntos há mais de oito anos. Ele não tinha chance de pedir remoção pra São Paulo, pois era servidor público do estado. Foi um período desgastante: ao mesmo tempo em que eu queria muito entrar no MPU, também não queria que nossa relação fosse prejudicada por uma convivência à distância, mesmo que temporária. No final das

contas, decidi que não podia perder a oportunidade, mas também que não abriria mão da nossa relação, nem que eu tivesse que gastar quase todo o meu salário em passagens pra poder revê-lo nos fins de semana. E, no fundo, eu sabia que um dia haveria uma solução.

Fiz a mala e voei pra São Paulo, pra começar minha carreira no MPF no dia 19 de outubro de 2005. Não conhecia a cidade, a não ser por fotos ou na tevê. Sentia um misto de alegria por realizar um sonho, de tristeza por ter que sair de casa e de ansiedade pelo desafio de trabalhar na Assessoria de Comunicação do MPF, na maior cidade do país. Nunca tinha trabalhado com a imprensa e a minha principal tarefa seria atender alguns dos maiores veículos de comunicação do Brasil. Foi um aprendizado e tanto, com momentos em que me senti um peixe fora d'água. Talvez por saberem o tamanho do esforço que eu teria que fazer pra me adaptar, fui muito bem recebido tanto pelos colegas da Comunicação, o Marcelo (assessor-chefe) e a Lidiane (analista que estava em remoção para Brasília), quanto pela chefia da PR/SP, a dra. Adriana (procuradora-chefe) e a Adriane (assessora dela).

Eu já tinha tido a sensação de estar no lugar certo, quando trabalhei na agência de propaganda em Porto Alegre. Eu me identificava com aquilo, pois tinha estudado pra ser publicitário e tinha desenvolvido as habilidades necessárias à profissão. A identificação com o MPF não foi tanto pelo trabalho em si. Tinha mais a ver com a causa. Eu percebi isso, quando, em novembro de 2005, a Justiça Federal em São Paulo suspendeu a exibição do programa *Tardes Quentes*, da RedeTV!, por 60 dias, depois de ajuizada uma ação da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. O programa era apresentado pelo João Kleber e exibia “pegadinhas” com atos de discriminação contra homossexuais e humilhações a mulheres, idosos e pessoas com deficiência. A Justiça também determinou que, durante a suspensão do *Tardes Quentes*, deveria ser exibida uma programação educativa, como direito de resposta das entidades de direitos humanos, e que a RedeTV! deveria pagar a produção de dez programas, ao custo de R\$ 50 mil cada um.

Pra minha satisfação, o PRDC à época, Sérgio Suiama, me designou para acompanhar a produção dos programas, chamados de “Direitos de Resposta”, que trataram dos direitos dos imigrantes, diversidade

sexual, direito ao esporte, dificuldades e conquistas das mulheres brasileiras, direitos dos povos indígenas, pessoas com deficiência, acesso à justiça, direito ao trabalho, pobreza e desigualdade, e humor no Brasil. Os programas foram apresentados pela Anelis Assumpção e produzidos a partir de uma parceria entre seis organizações da sociedade civil, entre elas o Coletivo Intervezes. No dia em que foi ao ar o primeiro programa, fomos todos para um bar no centro da cidade, pra comemorar. Era uma grande vitória contra a baixaria que costuma ser exibida na tevê brasileira, que, aliás, não tem qualquer tipo de controle sobre o conteúdo veiculado, mesmo se tratando de uma concessão pública.

Em fevereiro de 2006 saiu o edital de um concurso de remoção, com uma vaga de analista de comunicação para Florianópolis. Era a oportunidade que eu precisava pra poder ficar mais perto do Rafael. Não era o ideal, que seria uma vaga em Porto Alegre, mas já diminuía bastante a distância e eu poderia vê-lo com mais frequência (um ano depois da minha chegada em Santa Catarina, ele foi nomeado para o cargo de técnico da Justiça Federal e, a partir daí, nossa vida entrou nos eixos de novo).

Ao chegar na sede da PR/SC, na Bulcão Viana, pela primeira vez, percebi que a estrutura do MPF tinha dimensões bem diferentes de um estado para outro. Em São Paulo, a sede da procuradoria ocupava um prédio de 12 andares (fora um outro prédio no centro com alguns setores da administração), próximo do agito incessante da Av. Paulista. Em Floripa, eram apenas dois singelos andares, numa ruazinha pacata. Não vou lembrar o número exato de procuradores da PR/SP à época, mas eram em torno de 40, alguns a mais que o estado inteiro de Santa Catarina. Quanto ao número de servidores, seria covardia fazer a comparação.

Por outro lado, encontrei aqui algo que eu quase não tinha lá, e que acabou se revelando um dos aspectos mais importantes da minha vida profissional. Como aqui a sede era pequena, os procuradores e servidores se encontravam quase todos os dias. Víamos muita gente circulando pelos corredores e áreas externas da sede, e podíamos parar de vez em quando pra um papo rápido ou pelo menos pra dar

bom dia. Essa dinâmica permitia que cultivássemos nossas amizades e pudéssemos fazer novos amigos a cada servidor, estagiário e procurador que chegasse. E isso não é pouca coisa. Com o tempo, percebi que não existe nada mais importante que o bom relacionamento entre os colegas. Não há grande satisfação com o trabalho, prédios exuberantes e equipamentos de última geração que compensem um ambiente em que as pessoas não se entendem, não se respeitam. No início do meu relato eu disse que sonhava com sucesso e reconhecimento, mas hoje eu sei que uma carreira brilhante, mas solitária, na verdade não tem tanto brilho assim.

Vou encerrar agradecendo o carinho e o apoio dos grandes amigos que fiz aqui, como a Cléria, a Cynthia, o Lucênio, a Marta, o Aduari, a Vânia, o Ewerton e muitos outros, com quem eu não compartilho tanto a minha intimidade, mas que também têm um lugarzinho reservado no meu coração.



## Mais de 16 anos de MPF em Chapecó

**Lairdes Zanchet**



Técnica administrativa em Chapecó

Meu nome é Lairdes Zanchet. Entrei no MPF em 21 de novembro de 2001. Atualmente sou a servidora com mais tempo em Chapecó. Meu colega Aderlei tomou posse no mesmo dia, mas iniciou o exercício em 2 de dezembro de 2001. Na época residia em Coronel Freitas, cidadezinha distante 25 km da Capital do Oeste. Durante quase oito anos percorri o trajeto para dividir o meu tempo entre minha família, a faculdade de Direito que decidi cursar e a Câmara de Vereadores, na qual fui vereadora no período de 2001/2004, tendo sido presidente da Câmara entre 2003 e 2004.

Quando fiz o terceiro concurso do MPU em maio de 1999, mal sabia direito a importância do Ministério Público Federal para a sociedade. Minha amiga, que era servidora do MPF, foi quem me orientou a fazer a inscrição. Hoje ela é juíza na Comarca de Palmitos.

Nesses mais de 16 anos de MPF em Chapecó, pude conhecer e conviver com diversos colegas e procuradores, cada um com sua importância e valor. Posso dizer que nunca tive dificuldade de relacionamento com qualquer colega que fosse. O meu jeito comunicativo e muitas vezes até expansivo demais acredito que me ajudou com os procuradores titulares e até mesmo com os substitutos que passaram pela PRM.

Gostaria de relatar o meu orgulho de fazer parte do MPF. Não almejo realizar outro concurso ou tentar outro cargo, porque estou imensamente satisfeita com o cargo que ocupo e com as atividades que estão sob minha responsabilidade. Atualmente contamos com dois procuradores, 22 colegas, quatro estagiários, mais os terceirizados. Somos uma equipe comprometida com objetivos comuns, atuando em benefício da sociedade e do bem público.

Tenho saudade e admiração por aqueles colegas que nos deixaram. Queria registrar que, dos 46 ex-colegas, 30% estão atualmente em Florianópolis e 24% saíram da PRM Chapecó, porque passaram em outro concurso, colegas estagiárias que são servidoras. Os demais estão espalhados pelo Brasil. Vejam:

Do Oeste para a Capital: Ana Paula Borges Santos, Andressa D'Ávila Cunha Turnes, Arno Reis, Cleber Machado, Cleidy Godoy C. Franzen, Cristiano Borba dos Santos, Fatima Rosane Alves Ilha, Flávia Carolina P. R. Alloy, Heloísa Brascher Goulart, Ivanir Sant' Helena, Juliana Kehl (de estagiária do MPF a colega), Marcelo Freeze Miguel, Raphael Rollin Oliveira e Roberta Ferrari Guizzo.

Da PRM/Chapecó para outros concursos: Andréia Soares Pinto Fávero – Promotora Balneário Piçarras/SC, Andreza Borinelli – promotora em Gaspar/SC, Célio Alexandre John – defensor público da União em SC, Cesar Augusto Vivan – juiz em Coronel Freitas/SC, Edisson de Melo Menezes – promotor em Pinhalzinho/SC, Eloi Zatti Facioni - procurador da República, Felipe Nery Alberti de Almeida – promotor em Concórdia/SC, Fernando Wiggers - promotor em Campos Novos/SC, Marisete Aparecida Turatto Pagnussat – juíza em Palmitos/SC, Nilmar Manfrin da Silva – delegado Pato Branco/PR e Paulo Guilherme Soares, auditor de Controle Interno/RS.

Da PRM/Chapecó para as PRs do Brasil: Alessandra Trindade dos Santos – PRM Canoas/RS, Álvaro Antônio dos Santos Azevedo – PRM Pelotas/RS, Aline Gelain – PRM Joinville/SC, Ana Carolina Santos de Amorim – PGR, Ana Paula Moreira da Silva, Carolina Gehlen Constella – de estagiária a colega PRM/Concórdia/SC, Cecília Balaban – PRR/5ª Região, Diego Messina Felisbino – atualmente analista no TSE, Divanir Rodrigues Foppa – MPT Chapecó/SC, Eduardo Libardoni – RS, Elaine

Framento – PRM Criciúma/SC, Elisa Cesa Quintans – PR/RS, Gustavo Henrique Ferreira Dantas – PR/RN, Kenia Bernardes Borderes – PRM Itajaí/SC, Lauro Cantalício Gonçalves – aposentado, Luis Gonzaga Borges Lima Júnior – PR/PI, Marcello Augusto Gomes Fernandino – chefe de gabinete no STF, Michelle da Cunha Torres, Ronei Crocetta Feltrin – PRM Tubarão/SC, Rosinei Analu Simon Faistel – PRM Piracicaba/SP, e Victor Hugo Garcia – PRM Joinville/SC.

Chapecó é uma cidade de quase 200 mil habitantes, que foi conhecida mundialmente pela tragédia da Chapecoense. Aqui não temos praia, mas temos indígenas Guarani e Kaingang. A maior população do estado está na nossa região.



# No Ministério Público Federal em Santa Catarina todo dia é Dia do Índio!



**Lucyana Pepe**

Procuradora da República em Blumenau

Era uma vez um povo livre, que gostava de percorrer quilômetros com o vento no rosto, montando sua moradia junto à natureza. Era uma vez o homem branco que, vindo lá da Europa, tentava reconstruir a vida em um lugar distante, no interior de Santa Catarina. Nenhum certo nem errado, cada qual querendo sobreviver. Mas dois tão diferentes no mesmo lugar não foi possível. E a luta aconteceu. Massacres, bugreiros (caçadores de índios patrocinados pelo Estado ou por empresas de colonização), muita tensão e tristeza.

Daí colocaram aquele povo guerreiro em um pedacinho de terra, em José Boiteux, dizendo que assim não atrapalhariam mais o desenvolvimento da região. Resilientes, reconstruíram sua vida à beira dos rios Hercílio e Plate, onde plantavam, pescavam e juntos prosperavam. Foi quando apareceu a gigante barragem, para não inundar o pessoal lá de Blumenau. Tudo se alagou e não tinham mais suas casas, suas plantações, seu rio amigo. Cada um foi para um lado, para cima das montanhas, para não morrer afogado. Onde está meu

vizinho? Onde está minha horta? Onde está meu peixe? Não sobrou terra fértil e as casas estão desmoronando.

Mas aquele povo era corajoso e seguiu lutando contra todas essas injustiças. E alguém lutou junto com eles, um tal de Ministério Público Federal, com uns tais procuradores bem legais. Esse povo livre, guerreiro, resiliente e corajoso tem um nome: são os Xokleng!

No Ministério Público Federal em Santa Catarina, todo o dia é Dia do Índio! Aos que não sabem, existem mais de 2 mil indígenas só na região da Procuradoria da República em Rio do Sul, os valorosos Xokleng. Na época da colonização, foram perseguidos e caçados, inclusive pelo próprio governo, em episódios sangrentos.

Após muita luta tiveram para si demarcada a Terra Indígena (Ibirama-Lã-Klãnõ), ainda que infinitamente menor que seu território tradicional. Quando estavam se adaptando a essa nova realidade, reconstruindo sua vida e sociedade à beira do rio, veio a construção da Barragem Norte. Esta trouxe e ainda traz inúmeros benefícios para toda a população do Vale do Itajaí, prevenindo cheias, mas tornou imprestável para qualquer tipo de agricultura 95% das terras demarcadas.

Tiveram que, mais uma vez, deixar o local onde viviam, agora para subir as montanhas e, ainda assim, suas novas residências e estradas/acessos ficam constantemente sujeitas a grandes inundações e deslizamentos de terra. Mais uma vez, muitas vidas se perderam e se perdem, sem falar nos laços de comunidade, pois tiveram que se espalhar em inúmeras aldeias para fugir das inundações, modificando por completo seu modo de viver. E isso sem qualquer compensação minimamente justa! Por isso eles protestam, até a barragem ocupam, na esperança de serem ouvidos.

Já ouvi mais de uma vez que os índios de José Boiteux não são mais índios, que já se misturaram ao homem branco. Não poderiam estar mais enganados!

Antes de vir para este lindo estado, trabalhei por mais de três anos no norte do país, em Rondônia, onde havia ao menos 52 etnias diferentes de indígenas, cada uma com seus costumes, linguagens e idiossincrasias, de grupos isolados a grupos de contato mais antigo.

Os Xokleng em nada diferem de seus irmãos da Amazônia. Antenados que são com as tecnologias atuais e com tudo o que se refere à sociedade envolvente, ao mesmo tempo fazem questão de preservar sua língua, sua cultura e tradições, seu modo de viver e pensar. Em suma, resistem, a despeito de todas as adversidades.

Meus três anos em Rio do Sul proporcionaram um rico contato com essa comunidade, que procura no Ministério Público Federal apoio constante a seus pleitos e lutas. Buscam uma educação de qualidade, almejando conhecimento e oportunidades, mas na qual sejam respeitadas as suas tradições e sua língua materna. Buscam terra para poder crescer e prosperar (lembrem-se que a esmagadora parte da área da reserva é montanhosa e dentro da zona de alagamento da barragem, portanto imprestável para viabilizar a moradia e o sustento da comunidade). Mas não qualquer terra. Querem terra com a natureza preservada. Buscam respeito junto à população e aos órgãos públicos, muitas vezes eivados de histórico preconceito contra esses povos. Querem ser ouvidos e considerados. Almejam acesso a saúde de qualidade, com respeito a seus costumes.

A presença do procurador da República nas aldeias é fundamental, proporcionando um contato direto com a comunidade, sentindo na pele sua realidade e seus anseios. Ouvir os jovens e os anciões, que tanto têm a nos relatar e ensinar, é essencial. De suma importância também é o procurador manter sempre abertas as portas de seu gabinete. As comunicações com a comunidade e suas lideranças são intensas e contínuas, e as reuniões ocorrem nos mais variados cenários. Seja por troca de mensagens de Whatsapp, na aldeia embaixo do sol, na Câmara de Vereadores, por telefone, em uma sala de aula da escola indígena, na Procuradoria da República, na Funai, embaixo da árvore, em gabinetes de secretários de estado e mesmo na Presidência da República.

Muitos momentos marcantes ocorreram nesses três anos que estive em Rio do Sul, como a assinatura de acordo, em Brasília, prevendo uma série de compensações, por diversos órgãos, em decorrência da construção da barragem, cujo cumprimento é acompanhado de perto pelo MPF. Outro foi a realização do primeiro concurso público para

a carreira de professor indígena, com discussões, na Secretaria de Educação, fomentadas e intermediadas pelo MPF.

Destaco também a realocação dos alunos e professores de escola da Terra Indígena, que apresentava risco de deslizamento, por recomendação do MPF, assim como a intermediação de graves conflitos entre indígenas e agricultores da região.

A conciliação entre indígenas e a Secretaria de Defesa Civil para permitir a operação da barragem nos períodos de risco de enchentes do Vale do Itajaí, sem desmobilização do movimento de protesto, talvez tenha sido a ação de maior destaque regional no período.

Outras lembranças da mesma forma marcantes são da equipe da procuradoria junta, dentro da viatura, sacolejando pelas estradas sinuosas da Terra Indígena, as reuniões lotadas, repletas de homens, mulheres e crianças, a comunidade unida buscando influenciar o seu destino, a mexerica tirada do pé ao final dos trabalhos, os olhares, às vezes de descrença, mas quase sempre de esperança. Ao final de tudo, a sensação de dever cumprido.

Muitos que me antecederam e muitos que me sucederão, além de todos os incansáveis procuradores e servidores que atuam com a temática da 6ª Câmara em Santa Catarina e em Brasília, cada um, à sua maneira, contribui para que, cada dia mais, os povos indígenas necessitem menos do apoio do MPF, que conquistem sua autonomia plena, uma vida digna, com possibilidade de proverem seu sustento em harmonia com a natureza, com segurança e paz para viver.

Que o poder público olhe por eles, pois invisíveis não são e, se depender da luta diária do MPF, ao lado desses maiores defensores da natureza brasileira, jamais o serão!



# 17 anos de Ciências Sociais e cidadania através das ações do MPU



**Marcos Farias de Almeida**

Analista em Antropologia em Florianópolis

Era janeiro de 2001. Cheguei à cidade de Manaus para ingressar no Ministério Público da União (MPU). Foi durante o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense que tomei conhecimento das ações do Ministério Público Federal numa das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em Niterói /RJ, que teve a participação de um dos procuradores da República vinculados à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal (MPF).

Nós, alunos do curso de Ciências Sociais, ficávamos animados com as notícias apresentadas pelo membro do Ministério Público Federal, no esforço de defender e fazer cumprir os direitos e interesses dos povos indígenas, quilombolas e das chamadas minorias. Era o que pretendíamos fazer. Esse primeiro contato mais aproximado com as ações do MPF se distendeu com o acompanhamento que fiz do trabalho realizado por um colega de curso, Ivan Farias, junto ao povo indígena Yanomami, quando ele já era antropólogo do MPU.

A partir do encontro da ABA, em Niterói, com as informações trazidas por Ivan, trabalhar no MPF se tornou um objetivo. No meu

entendimento, era o lugar onde poderia melhor enfrentar as tensões entre Antropologia e responsabilidade social. Tinha ido fazer Ciências Sociais, porque entendia que através do curso poderia potencializar a atuação que realizava no Movimento Negro, na Associação de Moradores e nas outras atividades em que tinha me envolvido desde a minha história social na Baixada Fluminense. A partir do que pretendia com o curso de Ciências Sociais e as relações que fazia do curso com minha história, com a atuação do Ministério Público Federal, com os direitos constitucionais e os interesses dos povos e comunidades tradicionais, é que tomei a decisão de fazer Ciências Sociais como servidor do MPU. Assim, fiz o concurso e ingressei na carreira.

Embora tivesse um conhecimento prévio da atuação do Ministério Público Federal, não tinha a noção precisa do que significava fazer Ciências Sociais numa instituição coordenada por profissionais do Direito. Quando comecei a trabalhar no Amazonas, era o único analista pericial do MPU lotado naquele estado. Minha atuação se constituiu desde o início no campo transdisciplinar diretamente coordenado pelo Direito e eventualmente com as atividades de pessoas de outras profissões e instituições mobilizadas nas ações do Ministério Público Federal.

Através do trabalho na Procuradoria da República no Amazonas conheci muitas pessoas, instituições e lugares. Aprendi a trabalhar trabalhando, sem bússola, com faíscas produzidas na relação com os colegas da instituição e na luta diária. No início das atividades, foi muito importante ter trabalhado na Secretaria Regional dos Direitos do Cidadão. Lá diariamente ouvia as pessoas que procuravam o Ministério Público Federal e realizava atividades para além daquelas atribuídas à função de analista pericial em Antropologia. Aprendi muito.

Em 2005 deixei o Amazonas e passei a trabalhar em Santa Catarina. Quando cheguei aqui a realidade era bem diferente do Amazonas e não somente por conta das especificidades dos lugares, mas pelas próprias condições de trabalho apresentadas: no Amazonas era o único analista pericial no estado. Aqui já encontrei um corpo pericial e uma série de procedimentos diferentes que me fizeram exercitar o trabalho transdisciplinar dentro de uma perspectiva ampliada por outras profissões.

Na Procuradoria da República em Santa Catarina já não estou lotado na Secretaria Regional dos Direitos do Cidadão, o que me distanciou do contato direto e diário com o atendimento ao público e com os mais diversos problemas trazidos por nossos interlocutores. Agora meus esforços se desenvolvem através de uma especialização e uma concentração nas atividades de analista pericial em Antropologia. Continuo aprendendo coisas novas e contando com a generosidade dos meus colegas servidores, das pessoas que prestam serviço na nossa instituição e com os encontros através das nossas ações.

No Amazonas tinha um leque extenso de possibilidades de atuação que me levava, conforme dito anteriormente, para além das atividades de analista pericial. Em Santa Catarina, com a especialização do trabalho pericial, com as mudanças na organização da instituição, com a necessidade de trabalhar com um grupo maior de procuradores e servidores, me mantenho firme no propósito de fazer Ciências Sociais em trabalho transdisciplinar, objetivando a defesa dos direitos e interesses do cidadão e, mais especificamente, os direitos e interesses dos povos e comunidades tradicionais.

Depois de 17 anos de experiência sinto que há sempre algo novo acontecendo e que é necessário estar pronto ao aprendizado. Percebo também que se torna cada dia mais difícil a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos e, conseqüentemente, a defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Sei que essas dificuldades estão ligadas às mudanças nas relações de força que inventaram os registros legais que nos orientam e que, inclusive, produziram a própria Constituição Federal de 1988. Sendo uma invenção das tensões históricas comprometida com a defesa de uma república democrática, precisamos estar vigilantes.



## Um pedacinho de minha história no oeste



**Paulo Henrique Correa de Moura**

Coordenador da Coordenadoria Jurídico e de Documentação (Cojud)

Iniciei minhas atividades no MPF Santa Catarina na PRM de São Miguel do Oeste, em novembro de 2007. Depois de passados aproximadamente 10 anos de serviços prestados à Aeronáutica brasileira, assumi as funções de servidor do Ministério Público Federal.

Lembro-me muito bem de toda a empolgação e o orgulho de saber que, a partir de então, estaria trabalhando nessa tão importante e respeitada instituição.

Na época, a PRM São Miguel do Oeste tinha pouco tempo de vida. Fora criada por meio de lei promulgada em 2003, que também criara outras PRMs no estado, mas havia sido efetivamente implantada em 2005. Quando cheguei, a PRM funcionava em um imóvel residencial no centro da cidade.

O quadro de pessoal era bem enxuto. O colega André Caleyá, hoje lotado na PR/SC, era o coordenador de administração; Piero Albuquerque, hoje auditor da RFB, era, se não me equivooco, chefe do setor administrativo; Márcio Mello, o único que permanece lotado em São Miguel, era o técnico em transporte (atualmente técnico em

segurança e transporte), e a colega Priscila Ribeiro era a analista processual que trabalhava na área-fim.

Ainda tínhamos dois estagiários que, atualmente, trabalham no Judiciário estadual, André Chitó e Janyara De Gasperi.

A procuradora era a querida amiga, hoje lotada na PRM de Caraguatatuba (SP), Maria Rezende Capucci, com quem muito aprendi e que muito me influenciou a ter um olhar mais sensível sobre questões sociais como, por exemplo, os direitos das minorias. Antes da Maria, o procurador lotado em São Miguel, acredito que foi o Gustavo Moyses da Silveira, atualmente lotado em Araçatuba (SP). Gustavo ficou aproximadamente um ano lá lotado até que Maria assumisse, em meados de 2006.

Ainda tínhamos a Lenita, funcionária terceirizada que era uma espécie de “faz tudo”, mas que ficou pouco tempo conosco, devido a motivos de saúde, sendo sucedida pela Silvana, que também ficou poucos meses na PRM e deu lugar a Salete Pacheco, criatura de uma gentileza e alegria marcantes, e que continua até hoje fazendo a alegria, principalmente nas quintas-feiras, dia em que tradicionalmente prepara um lanche da tarde especial para todos.

Em dezembro de 2007, completava-se o quadro com a contratação dos colegas terceirizados que fariam o serviço de vigilância armada. Foram admitidos quatro vigilantes. Três deles até hoje trabalham na mesma função na PRM, criando laços fortes de amizade com todos os colegas. Luiz, Gilmar e Jackson já estão há praticamente 11 anos na PRM. Com eles fora admitido Aurélio, que teve que ser substituído pelo Flávio Weigel, este último uma figura folclórica da procuradoria.

Flávio tinha um divertido sotaque alemão, pois aprendera a falar português na escola. Em casa ele só falava alemão. Vez por outra era comum encontrar o Flávio, logo após o almoço, cochilando em pé, próximo ao balcão de atendimento, momentos em que o colega Piero pegava um processo bem pesado e largava com força no balcão, acordando-o e assustando-o. Era uma pequena maldade, mas muito divertida. Flávio dava pulos de mais de metro de altura. Infelizmente perdemos o Flávio para um câncer fulminante, que o levou poucos meses após ser diagnosticado. Em seu lugar foram admitidos, ainda, dois vigilantes, Pelissari e Arlindo, que ficaram relativamente pouco

tempo, até ser contratado o colega Clair, que continua até hoje integrando a equipe.

Posteriormente foi contratada mais uma pessoa para trabalhar no serviço de limpeza. A senhora Alice Weigel, esposa do Flávio que, como ele, tinha um sotaque alemão muito forte, muitas vezes difícil de ser compreendido. Aproveitava a situação para, de vez em quando, aprender uma ou outra palavra ou expressão em alemão com eles. O Flávio, claro, só me ensinava bobagens e algumas coisas que, pelo objetivo desse texto, não seria adequado reproduzir aqui.

Na data da minha nomeação a colega Priscila havia sido relotada para outra unidade. Ficávamos, portanto, sem analista processual.

Logo na minha chegada na cidade comecei a perceber as peculiaridades de se viver no interior. O apartamento que aluguei era, até então, ocupado pela colega Priscila, e cujo contrato com o proprietário fizemos de forma verbal, por telefone. Priscila telefonou para ele explicando que estava indo embora, que eu havia sido nomeado e que gostaria de morar no apartamento. O Arlindo Casaril, proprietário do imóvel, concordou, me informou os dados para depósito do valor do aluguel e disse que passaria na PRM para levar o contrato para eu assinar. De fato, ele levou o contrato, mas só uns dez meses depois de conversarmos por telefone. Coisas que só encontramos no interior.

São Miguel do Oeste é um município bem próximo da fronteira com a Argentina, no extremo oeste de Santa Catarina. A cidade tem um dos melhores IDHs do país, com excelente qualidade de vida e considerada uma das 10 melhores cidades de Santa Catarina para se viver. Não obstante todos esses atrativos, por estar muito próximo da fronteira – aproximadamente 30 km – faz parte do chamado corredor internacional do tráfico, ou seja, a rodovia que atravessa a cidade é rota de passagem para o tráfico nacional e internacional de drogas, cigarros, pessoas, armas etc.

A consequência disso é que o “prato do dia” de PRMs com essa característica sejam incontáveis casos de contrabando e descaminho, além de diversas operações relacionadas ao tráfico em suas mais diversas formas.

Lembro de algumas grandes operações em que trabalhamos em São Miguel do Oeste: a Alcatrão (tráfico de cigarros), Impunis (tráfico de drogas, armas e munições), Messalina (tráfico nacional e internacional de pessoas para fins de prostituição), entre outras, todas amplamente divulgadas pela mídia. Na época, não obstante meu cargo ser de técnico administrativo, devido à escassez de pessoal, bem como ao fato de possuir conhecimento jurídico, acabei por trabalhar também na área-fim, assessorando por meio de análise processual e confecção de minutas.

Eram outros tempos, não havia sido implantado ainda o sistema Grifo, de ponto eletrônico. Me lembro de, em determinadas ocasiões, fazermos força-tarefa na unidade e ficarmos quase até a madrugada trabalhando. Pedíamos uma pizza ou algum outro lanche e seguíamos firmes. Houve operações em que precisávamos ouvir algo próximo a mil horas de áudios até entendermos bem o funcionamento das organizações criminosas e formarmos o “desenho” completo de todos os subgrupos para posteriormente decidir se a melhor estratégia para redigir a denúncia seria por grupo ou por “projeto/ação criminosas”, por exemplo.

Nos oito anos em que estive em São Miguel do Oeste fiz muitas amizades. Tínhamos (e ainda temos) um grupo de amigos com os quais criamos fortes laços, inclusive fizemos algumas viagens nacionais e internacionais juntos. Nos encontrávamos todas as quintas-feiras, normalmente no aeroclube de São Miguel, para o que chamávamos de “Noite do pôquer”. Ficávamos comendo, bebendo um pouco e jogando. Eu, particularmente, ficava mais comendo e bebendo, nunca aprendi a jogar bem. Mas, acima de tudo, era um momento de confraternização e amizade, onde não havia diferença de nível intelectual ou classe social, apenas bons amigos. Começávamos às 18h e finalizávamos às 24h. Nessas quintas-feiras, a cada semana um amigo era escolhido para fazer um jantar para os demais. Acabei aprendendo alguns truques de culinária nesse processo.

Foi justamente num desses jantares que um querido amigo, Sergiani, me fez uma pergunta que, de início, me deixou atônito. Ele me perguntara se não era decepcionante trabalhar no MPF, pois fazíamos um grande trabalho, nos dedicávamos para instruir bem um processo, este era julgado e, no decorrer do tempo, muitas vezes

devido a subterfúgios jurídicos utilizados por hábeis advogados, o nosso trabalho ia por água abaixo. Perguntou-me se não era frustrante ver todas aquelas inúmeras horas de trabalho indo pelo ralo. Fez ainda um comparativo, dizendo: Eu, por exemplo, com as minhas lojas (ele é empresário), consigo ver o que ganhei no período de um ano, basta pegar o balanço patrimonial do início do ano, analisar as demonstrações de resultado do exercício e pronto! É matemático! Mas vocês, como é que medem o ganho pelo trabalho que fazem?!

Pensei um pouco sobre seu questionamento, mas me veio de imediato uma imagem à mente. Naqueles dias estava por sair a sentença de uma operação em que trabalhamos, a Messalina. Essa operação começou por meio de denúncia de um pai argentino, que foi comunicado da morte da filha em um município do Vale do Itajaí, se não me engano era Rio do Sul. Pois bem! Esse pai veio buscar o corpo da filha e, quando chegou ao local do velório, percebeu que era um bordel.

Segundo ele, a filha fora aliciada na Argentina para trabalhar como babá no Brasil. De fato foi constatado no decorrer das investigações que esse era o modus operandi da organização criminosa: aliciar jovens no nordeste da Argentina, uma região paupérrima daquele país, oferecendo empregos como domésticas ou babás – algumas até sabiam que o trabalho seria de prostituta, mas nem todas. Quando as meninas chegavam ao local tinham seus documentos apreendidos e eram obrigadas a se prostituir e pagar por tudo o que utilizavam, de comida a papel higiênico, criando uma dívida com a “casa” que só aumentava. Em resumo, ficavam em regime de escravidão, e sendo ameaçadas de espancamento e, em alguns casos, até de morte, caso fugissem.

Saber que o trabalho que realizávamos fora responsável por ajudar outros pais a terem suas filhas de volta me fez perceber – talvez por ter uma filha linda por quem sou apaixonado – que nosso trabalho estava muito bem pago, ainda que talvez não tivéssemos o montante financeiro calculado pela nossa produção, como era o caso do meu querido amigo, os valores aplicados a ambos os casos são bem distintos.

Outro evento que considero marcante e que ocorreu no meu período de “cidadão oestino” foi um tornado que aconteceu em setembro de 2009, em Guaraciaba (SC), município vizinho a São Miguel do Oeste. Foi um evento

que causou comoção nacional. Centenas de casas e plantações foram destruídas, animais mortos, pessoas feridas e pelo menos três pessoas mortas durante a ventania ou em decorrência de ferimentos sofridos.

Logo que soubemos do desastre, lembro que Maria, procuradora titular na época, solicitou autorização à Secretaria Geral do MPF para utilização de um veículo da instituição, uma caminhonete Mitsubishi L200, para auxiliar na remoção dos feridos e no transporte de remédios, roupas, água e colchões para os atingidos, pois o município havia conclamado a todos que pudessem ajudar de qualquer forma. Durante mais de uma semana, alternando com nosso horário de trabalho, passávamos várias horas do dia percorrendo todo o interior de Guaraciaba, levando pessoas e materiais para todos os distritos atingidos. Guardo até hoje um arquivo com mais de 300 fotografias, algumas delas beirando o inacreditável, tiradas durante essas andanças.

Lembro da Maria em cima de uma pilha de uns 15 colchões na carroceria da nossa caminhonete, tentando amarrar a carga. Nós passaríamos por estradas em que só alguns tipos de caminhonetes, nem todos veículos com tração nas quatro rodas, conseguiam passar. Me lembro de ver uma igreja construída de madeira, cuja única parte que restara era o assoalho, que se encontrava a uns 80 metros de onde deveria estar e de cabeça para baixo. Me lembro também de ver um pequeno bezerro morto em cima de uma árvore. E de um enorme tronco de madeira, de uns cinco metros mais ou menos, que servira como base do alicerce para uma pequena capela, e que, no meio do temporal, havia sido arrancado do chão e desprendido do alicerce, voador por uns 50 metros e estava cravado no meio de um campo próximo. Enfim, muitas lembranças impressionantes.

A cada parada gostávamos de conversar com as pessoas. Era um misto de curiosidade e uma forma de oferecer conforto e atenção às pessoas que estavam tão carentes naquele momento. As histórias eram mais impressionantes ainda que as fotografias.

Um senhor dos seus 60 anos nos contou que, ao retornar da missa, percebeu que estava “se armando um temporal”, fechou a casa e sentou-se com a família em um sofá próximo de uma janela da sala. Ouviu um grande estalo, olhou pra trás e já não tinha janela, correram para debaixo

de uma mesa. De repente não tinha mais mesa, não tinha mais teto. Só deu tempo de correr para uma despensa da casa, único cômodo construído em alvenaria, para se abrigarem enquanto durasse o tornado. Ao saírem, perceberam o desastre, a propriedade estava praticamente toda destruída.

Outro relato interessante foi de uma família que morava muito próximo da fronteira com a Argentina, bem no “corredor” por onde o tornado entrou. Fomos entregar-lhes água, alimentos, escova, creme dental e alguns colchões. Essa família contou que a primeira coisa que perceberam foi um vento muito forte e barulhento. Correram imediatamente para dentro de casa e fecharam tudo. Depois, a única coisa de que lembravam era da destruição, os animais berrando, a casa toda destruída e o pai gritando para encontrar o resto da família – esposa e mais dois filhos – no meio do temporal. Por sorte, o pai havia amarrado no seu pulso o cordão de uma lanterna. Percebeu que a esposa e um dos filhos tinham sido arremessados até um açude próximo da casa, a uns 40 metros. Estavam chorando e chamando uns pelos outros. O segundo filho só achou os demais familiares por causa da lanterna que o pai trazia no pulso e estava ligada, que era o único ponto de luz no meio de um breu total. Encontraram-se no açude e, entenderam que era o local mais seguro pra ficar até passar o caos. Uma história simplesmente de tirar o fôlego.

Foram dezenas de histórias como essa, dignas de um filme. Mas duas coisas me surpreenderam: a primeira foi a solidariedade imediata e incondicional manifestada por pessoas de todo o país. Essa solidariedade veio de diversas formas, desde auxílio com transporte até doação de roupas, colchões e alimentos, ou voluntariado para reconstruir os imóveis. A segunda característica que me marcou foi o trabalho árduo para a reconstrução iniciado logo após o desastre. Foi impressionante ver que, em poucos meses, estava tudo reconstruído. O povo de Santa Catarina, em especial o do oeste, é muito trabalhador e disciplinado. O sentimento que tenho por eles se resume em uma palavra: admiração.

Por volta de 2010 a PRM de São Miguel ganhou mais um ofício, passando a ter dois procuradores atuando. O primeiro procurador

lotado no segundo ofício foi o Carlos Humberto Prola Júnior, antes lotado em Corumbá (MS) e atualmente lotado em Chapecó (SC).

Em 2013 a PRM ganhou uma nova sede, cujo desenho arquitetônico ajudamos a definir. A sede funciona até hoje na mesma localização, na Rua Santos Dumont, 55. Dentre tantos colegas, servidores e procuradores que passaram pela PRM de São Miguel do Oeste no período em que lá estive, gostaria de registrar mais alguns nomes importantes de queridos amigos. São os procuradores Carlos Humberto Prola Júnior, um sujeito de compromisso e responsabilidade profissionais notáveis; Felipe Camargo, atualmente lotado em Joaçaba (SC); Mário Roberto dos Santos, lotado em Tubarão (SC); e Edson Restanho, ainda lotado em São Miguel. Quanto aos servidores, as queridas amigas Elisane Wailand, pessoa muito comprometida e meticulosa, que qualquer um gostaria de ter em sua equipe, e Michele Mariani, ambas desde 2008 lotadas na PRM; Louise Kuchenbecker, talvez a colega mais jovem a ser nomeada no MPU, aos 17 anos, e que se mostrou uma profissional incomum, atualmente lotada em Tubarão (SC); o querido amigo e colega de sinuca Paulo Galard Barros, atualmente na PRR4; o amigo Leonardo Souza, atualmente lotado na PR/SC, e o Rodrigo Higino, como eu, outro oriundo da caserna que optou pelo MPF, está sempre rindo e aparentemente não se abala com pouca coisa.

Em outubro de 2015, após ter trabalhado por oito anos no oeste, passando em todos os setores, trabalhando como assessor de gabinete, chefe de setor administrativo, de setor jurídico e, por fim, coordenador de PRM, fui convidado pelo então procurador-chefe da PR/SC Roger Fabre a compor a equipe daquela gestão. Assumi o cargo de coordenador jurídico e de documentação, o qual atualmente ainda exerço.

Esse novo período tem sido de constantes desafios, tanto relacionados a questões eminentemente técnicas de trabalho quanto a gestão de pessoas, tarefa que me tem exigido e ensinado muito.

Mas essa é uma história para ser contada em outro momento.



# Precisamos nos reinventar e encontrar novos caminhos

**Rafaella Alberici de Barros Gonçalves**



Procuradora da República em Blumenau

Sempre tive uma ligação muito forte com Santa Catarina, em especial pela sua natureza. Sou gaúcha, nascida em Bento Gonçalves, mas desde criança muito pequena veraneava nas praias de Santa Catarina. As praias de Jurerê e Canasvieiras, naquela época muito pouco urbanizadas, foram cenário de boa parte das melhores lembranças da minha infância. Lembro-me, também, do encantamento que tomou conta de mim ao subir pela primeira vez o Morro dos Conventos e de lá de cima avistar o Rio Araranguá, fazendo uma curva para se encontrar com o mar: era uma das paisagens mais belas gravadas em minha memória.

Quase por acaso fui parar na faculdade de Direito. Entretanto, os dois últimos anos de minha graduação na PUC/RS foram marcados por uma experiência decisiva para a minha carreira: fiz estágio na Procuradoria Regional da República da 4ª Região. No dia 15 de agosto de 2003, ao concluir meu estágio, no mesmo dia em que coleei grau, tinha um sonho: de um dia ser membro do Ministério Público Federal. A independência funcional, aliada ao protagonismo na defesa dos interesses coletivos e individuais indisponíveis, o tornavam, em meu ideário, uma instituição sem paralelo. Além disso, tendo sido criada

em uma cultura patriarcal, extremamente conservadora, tinha o sonho de fazer do meu trabalho uma missão de vida por um mundo menos desigual.

Um ano depois, prestei o IV Concurso para servidores do MPU, no qual fui aprovada e tive a felicidade de retornar, em janeiro de 2005, à Procuradoria Regional da República da 4ª Região, onde já havia testemunhado o trabalho de colegas tão inspiradores. Sete meses depois, tomava posse, em Brasília, como procuradora da República.

Minha primeira lotação foi na Procuradoria da República no município de Bagé, na fronteira do Brasil, no Rio Grande do Sul, com o Uruguai. Embora tivesse apenas 25 anos, percebi que teria de abrir mão de diversos privilégios que nos são dados pela juventude, principalmente a leveza e a liberdade. Quando ajuizei minha primeira ação civil pública, o fato causou polêmica na imprensa local e logo fui percebendo que a vida de procuradora da República em cidade pequena não seria nada fácil.

Acabei percebendo que, quanto mais odiados somos, melhor estamos fazendo nosso trabalho. Situações de assédio também não faltaram. Certa feita, num episódio envolvendo um advogado que tinha escritório no mesmo prédio da PRM, não fosse o pensamento e reação rápidos do técnico de transporte, não gosto nem de pensar no que poderia ter ocorrido. Como nunca tive o desejo de portar arma de fogo, algumas noites, por medo, cheguei a trancar a porta do meu quarto, escondendo uma faca de cozinha embaixo da cama.

Nos dois anos e meio em que trabalhei em Bagé, tive a oportunidade de conhecer um Rio Grande que nunca havia imaginado. Uma população com cultura e história riquíssimas, porém que sofria com a carência, com o descaso na saúde e com a corrupção de seus governantes. Embora possuísse atribuição plena, pois se tratava de uma PRM de um membro apenas, a atuação criminal era muito intensa, tornando escasso o tempo para aprofundamento nas questões da tutela coletiva. Naquela época, tive o primeiro contato com uma comunidade quilombola, bem como com as questões de licenciamento ambiental de usinas termelétricas.

No dia 18 de fevereiro de 2008, me mudei para Santa Catarina. Removida para a PRM Criciúma, logo me identifiquei com a cidade, de colonização italiana, com hábitos e costumes muito mais parecidos com os da cidade onde nasci. Na primeira reunião estadual de que participei, fiquei surpresa ao constatar que em todo o estado havia apenas quatro procuradoras da República.

Quando lá cheguei, éramos apenas dois membros do MPF em Criciúma, cidade conhecida por suas diversas problemáticas na área ambiental. A fim de melhor atender a demanda, que possui diversas vertentes: zona costeira, mineração de carvão, argila, areia, seixo rolado, um rio federal e ainda três unidades de conservação federais, decidimos fazer uma especialização de nossas atribuições. Foi assim que comecei a trabalhar com a zona costeira, um rio federal e as unidades de conservação federais: os parques nacionais dos Aparados da Serra e da Serra Geral, e a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

Nessa época estava concluindo o curso de especialização em Direitos Humanos, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a UFRGS. A fim de reunir melhores condições de lidar com as novas questões que surgiam em meu horizonte, decidi escrever, na monografia de conclusão do curso, sobre o conflito de direitos fundamentais na zona costeira, abordando formas de solucionar o aparente choque entre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à moradia.

Trata-se de conflito muito latente no litoral sul de Santa Catarina, onde se situam municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixíssimos, em que muitos moradores acabam por fixar sua residência em áreas de preservação permanente de dunas e restinga. O trabalho rendeu frutos, servindo de base para o ajuizamento de ações civis públicas que buscavam uma nova solução ao problema, sem que a corda estourasse no lado mais fraco, ou seja, as comunidades carentes.

Um ano mais tarde, com a chegada de mais uma colega na unidade, especializamos ainda mais nossa atuação. Assim, além da atuação na área das 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> Câmaras, passei a me dedicar exclusivamente

à zona costeira em matéria ambiental. A quantidade de ameaças ao ambiente costeiro é simplesmente esmagadora, começando pela falta de consciência da população sobre a necessidade de respeitar-se as áreas de preservação permanente e a praia como bem de uso comum do povo.

Foi um período de muito trabalho, porém de muita motivação. Afinal, acreditava profundamente na importância de nosso trabalho para a preservação do meio ambiente. Foram anos brigando, subindo e descendo dunas, em intenso trabalho de campo e constante vigilância.

Uma das frentes de guerra era pela preservação da paisagem e da comunidade de pescadores vizinha ao Morro dos Conventos, que estavam sendo ameaçadas por um projeto de fixação da barra do rio Araranguá. O projeto, impulsionado pelas ondas dos Programas de Aceleração do Crescimento do governo federal, apresentava como finalidade a diminuição das cheias daquele rio, porém sem qualquer comprovação de sua eficácia.

Outra inacreditável situação, que muito lembrava o filme Mad Max, era a realização de um quilômetro de arrancada de caminhões em plena praia, no Balneário Arroio do Silva. Na grande maioria das questões ambientais da zona costeira, lutar pela preservação do meio ambiente equivalia a tornar-se um inimigo público. Como explicar para uma comunidade que realiza este evento há décadas que não é aceitável fazer uma corrida de caminhões em plena orla do mar? Pode-se imaginar como a imprensa local me “adorava”...

Felizmente esses dois casos tiveram final feliz. O licenciamento da obra da fixação da barra do rio Araranguá foi feito pelo Ibama, que acabou negando qualquer licença ao empreendimento e a inusitada corrida de caminhões passou a ser realizada em local mais adequado.

Por outro lado, também foram anos muito difíceis da minha vida, em que precisava me dedicar ao trabalho, a meu companheiro que na época vivia no Rio Grande do Sul e acompanhar a luta de minha mãe contra um câncer em estágio metastático.

Infelizmente, após quase oito anos de luta contra o câncer, minha mãe faleceu, em abril de 2011. Menos de três meses depois, em junho, nascia a minha primeira filha, trazendo de volta a luz para minha vida.

Após um período de nove meses me dedicando exclusivamente aos cuidados com minha bebê, retornei ao trabalho. Havia o receio de não conseguir voltar a trabalhar com a mesma garra, porém me surpreendi, pois retornei com maior foco.

Em maio de 2013 nos mudamos para Blumenau. A remoção foi motivada pela existência, nesta unidade, de duas vagas. Finalmente eu e meu marido poderíamos trabalhar na mesma cidade! Isso já era uma grande alegria, porém acreditávamos que o sonho de voltar para Porto Alegre não tardaria muito a se realizar. Nem imaginávamos que acabaríamos nos apaixonando por essa cidade e o sonho de retornar à capital dos gaúchos, dando lugar aos projetos de aqui permanecer e criar nossas filhas. Filhas no plural, pois no final desse mesmo ano descobrimos que eu estava esperando mais uma menina. Em 15 de agosto de 2014, nascia minha filha mais nova, blumenauense.

Em 2016 coordenei em Blumenau a campanha “10 Medidas contra a Corrupção”, apresentada pelo Ministério Público Federal à sociedade com a finalidade de promover alterações legislativas em prol de um sistema mais eficiente de prevenção e combate à corrupção. Foram diversas palestras, inclusive em Florianópolis. A campanha encontrou forte apoio na comunidade local, tendo Blumenau sido responsável por grande parte das assinaturas colhidas no estado. Apesar do infeliz desfecho dado à campanha pela Câmara de Deputados, a experiência foi positiva na medida em que pude testemunhar o potencial da comunidade local em termos de união e espírito cívico. Este, aliás, é um dos motivos que me fez amar o povo de Blumenau, por não se deixar esmorecer pelas tragédias, uma comunidade com um senso de engajamento e solidariedade como jamais havia testemunhado.

Os quatro ofícios da PRM Blumenau têm atribuição universal. Em razão disso, tenta-se dar conta de demandas em todas as temáticas que nos são trazidas diariamente, o que dificulta o aprofundamento do trabalho investigativo em uma área específica. Sem dúvida, os maiores desafios até este momento foram na área da saúde. Foram muitas e muitas ações civis públicas ajuizadas para garantir tratamento adequado a pacientes sem alternativa. Uma vitória nesta área foi a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o principal

hospital da cidade a fim de garantir às famílias de pacientes falecidos o fornecimento do seu prontuário médico completo.

Em razão de peculiaridades locais, em especial a ocorrência de tragédias decorrentes de enchentes e desmoronamentos devido a eventos climáticos, Blumenau foi pioneira na construção de condomínios pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a fim de dar guarida aos desabrigados. A situação trouxe consigo diversos problemas, na gestão de obras, de acessibilidade para pessoas com deficiência, e também de segurança aos moradores desses condomínios, que são ameaçados pelas investidas de grupos criminosos, especialmente pelo tráfico de drogas.

A tutela do meio ambiente também apresenta imensos desafios, em especial sob duas vertentes. A primeira é a tutela do Rio Itajaí-Açu, que é atingido por áreas urbanizadas, com inúmeras construções irregulares com influência em terrenos de marinha e inúmeros pontos de poluição em razão da falta de um adequado sistema de coleta e tratamento de esgotos. A segunda é a regularização fundiária do Parque Nacional da Serra do Itajaí, que constitui a maior área contínua de Mata Atlântica do estado de Santa Catarina. Esta unidade de conservação, de extrema relevância ambiental, sofre ameaças oriundas de diversos fatores: pela caça, pelo extrativismo de palmito juçara (“euterpe edulis”), bem como pela invasão de espécies exóticas e ocupações irregulares.

Atualmente o Ministério Público Federal está em franca transformação, precisando se reinventar e encontrar novos meios de fazer frente à sempre crescente demanda, ao mesmo tempo enfrentando adversidades de diversas ordens que vêm surgindo pelo caminho. Não poderia ser diferente, já que no cumprimento de nossa missão institucional desagradamos a tantos. Sigo engajada, buscando dar o meu melhor a esta instituição que tanto orgulho sinto por integrar e em cuja história se entrelaça a história da minha vida.



## Não foi bom trabalhar na Procuradoria, foi ótimo

**Rogério Silveira \***

Servidor aposentado



Comecei a trabalhar na Procuradoria da República em 1º de março de 1974, quando o procurador-chefe era Augusto Cotrim Moreira de Carvalho Netto, carioca, uma sumidade. Ele veio depois do Volney Collaço de Oliveira. E antes do Volney, era o Abelardo da Silva Gomes. Essa é a ordem cronológica, não sei bem as datas. Depois veio Evaldo Fernandes Campos, sergipano. Na época os procuradores eram advogados notórios que eram nomeados. Isso até o Volney. Até o Volney, eles eram cargo de confiança do procurador da República. Porque até 1988, antes da nova Constituição, o Ministério Público era um apêndice, um braço, do Ministério da Justiça. Então o procurador geral era cargo de confiança do ministro da Justiça. E pertencia, evidentemente, ao Executivo.

A primeira sede da Procuradoria da República em Santa Catarina em que trabalhei foi na Praça Pereira Oliveira, no centro de Florianópolis, no quinto andar do edifício Ipase, onde hoje é o INSS. A procuradoria tinha duas salas, não tinha nem banheiro. As duas salas eram do advogado Abelardo da Silva Gomes, que foi nomeado procurador da República, e da biblioteca.

O primeiro procurador concursado foi o Augusto Cotrim. Ele foi o primeiro concursado. Apesar do concurso ter virado instrumento oficial a partir da Constituição de 1988, para procurador já existia antes. E depois do Evaldo foi Delza Curvello Rocha, subprocuradora geral aposentada. Pessoa de uma conduta ilibada. Ela saiu daqui e foi ser chefe da procuradoria no Piauí. Enquanto ela estava chefe, fez um acordo com o chefe da Receita Federal, que estava construindo uma sede nova para a RF, e um ou dois andares ele prometeu para ela. Quando chegou o dia, ela foi na inauguração, foi o presidente, foi muita gente. O chefe da Receita chamou a procuradora e disse: Olha, não vai ter espaço para a senhora aqui, não. O que é que ela fez? Acho que era sexta-feira, ela não saiu lá de dentro. Passou três dias lá dentro. Só tinha um funcionário. O Hilton, que levava comida e café para ela. Porque ela não pegava comida de mais ninguém. Aí no final de semana se reuniram em Brasília a presidência da República, o Ministério da Fazenda, o procurador geral! E ela ganhou o espaço. Delza Curvello Rocha!

Depois dela foi Wagner de Castro Mathias Netto, que morreu recentemente. Era subprocurador geral. Outra sumidade! O procurador Carlos Antonio, que é de Juiz de Fora (MG), veio a ser diretor de secretaria dele.

Em seguida, depois do Wagner, veio a procuradora Ela Wiecko Volkmer de Castilho. Vieram com ela o procurador Durval Tadeu Guimarães e a procuradora Ana Maria Guimarães. Ela primeiro, depois o Durval. Os dois são subprocuradores gerais. Depois do Durval teve o Rui Sulzbacher, hoje aposentado. Depois ainda teve Maria Soares. Mas depois do Rui foi a procuradora Analúcia de Andrade Hartmann. E teve o Marco Aurélio, que também foi procurador-chefe.

Trabalhei diretamente com todos. Isso foi um ensinamento de vida. Tinha muito trabalho! Isso porque até 5 de outubro de 1988 o Ministério Público Federal tinha um duplo patrocínio. Era o advogado da União e o Ministério Público Federal. Tinha que acusar e defender. No estado todo não tinha Justiça Federal, só tinha na capital. Todas as ações vinham para cá. O volume de trabalho naquela época era infinitamente maior do que o de hoje.

Só a defesa da União era uma coisa astronômica. E mais: tinha que se fazer a defesa na Justiça do Trabalho. Não existia o MPT. Até 1988 não existia.

Por muitos anos fiquei fazendo a execução fiscal, federal. Muitos anos. Hoje tem a fazenda nacional. É o trabalho de fazer a ação de execução dos impostos federais. Cobrar de quem está devendo. Isso eu fiz até 1988. Mas também tinha a parte do usucapião, que se fazia no estado inteiro. A União tinha que ser científica e quem fazia isso era a gente. E eram só dois procuradores. Depois é que passou para quatro, depois de muitos anos.

Outro fato importante é que até 1990 a gente recebia complementação do salário mínimo. Porque o nosso salário não alcançava o salário mínimo. Essa situação perdurou por muitos anos.

O nosso primeiro plano de cargos e salários foi no começo da década de 90, quando o procurador geral era o Sepúlveda Pertence. Ele que deu toda essa abertura para o Ministério Público, uma pessoa ilustre. Dos procuradores mais antigos ele é um dos mais respeitados, porque ele deu essa figura que o Ministério Público tem hoje. Ele foi o primeiro, inclusive, a ser escolhido pelo presidente Tancredo Neves.

Naquela época usávamos máquinas de escrever. A gente usava muito o mimeógrafo também, para fazer os formulários. A gente fazia execução fiscal do estado inteiro. Para propor ação era tudo igual, mandávamos até imprimir a petição inicial. Mas depois, se tivesse defesa do devedor ou embargos de execução, a coisa mudava. Tinha que resolver isso tudo do estado. Mas não lembro de ter perdido um prazo, um único prazo. Não era nem questão de dar tempo de fazer tudo. Tinha que fazer! Trabalhei muito final de semana, por amor à camisa mesmo. Mas não era só eu, não. Muitas pessoas que passaram por aqui também trabalharam. Nós tínhamos um relacionamento de cooperação, éramos uma família.

A gente dividia o trabalho no começo de cada semana. Eu fazia usucapião em uma semana e a Sônia fazia outra coisa. Daí a gente trocava. O pior era que a gente não tinha nem carro e tínhamos que levar os processos para a Justiça Federal nas costas. Cada semana ia um servidor. Ia buscar no começo da tarde e levar no final da

tarde. E levava no braço, nas costas. Não tinha nem um carrinho, nada. Daí na semana em que eu fosse levar os processos a Sônia fazia a limpeza. Na semana que ela levava eu fazia a limpeza da procuradoria. Até limpeza a gente fazia! A primeira sede, no quinto andar do edifício Ipase, não tinha nem banheiro. A gente pedia emprestado ao andar de baixo.

Em 1974, quando entrei, quatro pessoas trabalhavam na procuradoria. Quatro, comigo. Fui contratado como terceirizado. E como o Ministério Público pertencia ao quadro do Ministério da Justiça, o concurso que a gente fazia para ingressar era geral. Todo o Executivo fazia o concurso. Fiz o concurso para agente administrativo. Passei. Ai quando a procuradoria foi me contratar, eles se deram conta: Não, tu não poderias fazer o concurso de agente administrativo porque estás contratado como terceirizado, como escriturário. Então tu não podes. Embora eu preenchesse com os requisitos, não poderia pular um cargo, tinha que primeiro ser datilógrafo. Na época me conformei, depois fiz outro concurso para datilógrafo, passei e fiz mais um para agente administrativo.

Aí as pessoas podem achar que a situação foi melhorando. Só que não. As coisas foram piorando. Até que chegou 1978, que começou a ficar bom. O governo resolveu fazer uma revisão no serviço público federal e concedeu um aumento de cinco ou seis anos para trás. Naquela época trabalhávamos eu, Sônia e o meu pai, Dilmo Solão da Silveira. Era ele que fazia a Voz do Brasil, que foi extinta na época. Daí colocaram ele no Ministério Público Federal. Ele era técnico, não locutor. Ele era radiotelegrafista. No nosso primeiro plano de cargos e salários, se eu não estou enganado, ganhávamos 42,3 salários mínimos. Era muito bom. Mas isso durou pouco, até 1982. Por causa da inflação tudo ficou pior, até 1990.

Para o nosso primeiro plano de cargos e salários foi constituída uma comissão com representantes de Santa Catarina, do Paraná, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e do Piauí para elaborar o anteprojeto de lei. Estivemos reunidos várias vezes em Brasília. Não era o que queríamos, ficou bem diferente. Chegou no Congresso e eles mudaram muito. Mas já foi um avanço, porque saíamos do Executivo.

Me lembro que o procurador Wagner fazia ofício para o procurador geral comparando o salário dele com o salário de domésticas em anúncios de jornal. O salário não era igual, claro, mas ele falava que era só três ou quatro vezes o que ganhava uma doméstica.

As condições de trabalho nesse tempo foram melhorando aos poucos. Do edifício Ipase fomos para o edifício Emedaux, na mesma Praça Pereira Oliveira. Dali fomos para a Rua Deodoro. E da Deodoro para a Rua Bulcão Viana. O prédio na Bulcão Viana era do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o DNOS, extinto no governo Collor. O DNOS deu o prédio para a Secretaria de Segurança do Estado. Saiu a matéria no jornal, acho que no final de semana, daí os procuradores Durval e Carlos Antonio ingressaram com uma medida cautelar no final de semana. E nós invadimos aquela sede. E ficamos lá até o dia em que viemos para a atual sede, na Avenida Beira-Mar Norte.

Para a invasão do prédio do antigo DNOS, entramos com Polícia Federal e tudo, com ordem judicial. Não saímos de lá. Aos poucos fizemos as mudanças. O prédio já estava todo montado, os gabinetes, eram várias salas. Não precisava carregar muitas coisas, só os arquivos. Na segunda-feira de manhã, quando nós entramos lá, com a Polícia Federal e tudo, chegou o secretário de Segurança e não deixaram ele entrar. Porque legalmente não poderia. Primeiro, o prédio era da União e tinha que ver qual órgão da União teria interesse. E eles queriam ali porque o palácio do governo era ao lado.

Um dos momentos que mais me marcou no MPF foi o episódio conhecido em Florianópolis como Novembrada. Na sede da Praça Pereira Oliveira, eu e o procurador Wagner éramos muito amigos. Ele me aconselhou: Tu não vai lá, hein! (ver o presidente João Batista Figueiredo, que inauguraria um busto de Floriano Peixoto na Praça 15 de Novembro). Eu disse: Não, não vou, não. Chegou no dia, de manhã, cheguei na procuradoria e resolvi ir. Claro que não imaginava que ia dar confusão. Mas fui.

Era universitário! É claro que fui. Fui até lá no Ponto Chic, na esquina das Ruas Felipe Schmidt e Deodoro. Vi o César Cals lá. Ele

tinha um orelhão. Levou! Vi tudo. Foi na minha frente. Eram todos estudantes que estavam lá.

O presidente Figueiredo foi para o palácio na Praça 15, hoje o Palácio Cruz e Sousa, naquela sacadinha. Quando chegou lá todo mundo começou a vaiar. Aí ele fez assim pra gente (Rogério imita o gesto de Figueiredo, com o polegar e o indicador juntos, sugerindo algo pequeno). Aí nós gritamos em coro (repete o xingamento três vezes). E ele veio! Veio para bater, mas também levou. Levou, mas nós apanhamos muito! Muito! Os cassetetes nas costas! Depois, em entrevista, que hoje a gente assiste no YouTube, ele reclamou: Por que a minha mãe está em pauta? Eles ofenderam a minha mãe! Por que isso? Por que essa baixaza?

Depois que o Figueiredo e as outras autoridades saíram ali no palácio, dessa confusão toda, foram no Ponto Chic tomar cafezinho. E lá a confusão foi maior ainda. Eles não esperavam. Até veio a cavalaria. Depois, eles instauraram um inquérito. O Adolfo, presidente do DCE da UFSC, foi preso. Ele e mais quatro ou cinco estudantes, que eu me lembro, foram presos. Foram julgados com base na Lei de Segurança Nacional. O advogado deles era o Nelson Wedekin, que foi senador por Santa Catarina. De Lages. Absolveu. Era o finzinho da ditadura. Na época estudava Biblioteconomia na UFSC. Depois fiz Direito. Ali foi uma tensão muito grande e ao mesmo tempo um aprendizado que levo para a vida toda.

Depois da aposentadoria, o balanço que faço é que foi bom trabalhar na procuradoria. Bom, não. Foi ótimo. Uma lição de vida. Sei que hoje deve ser mais difícil, porque tem muita gente. Mas antes, como eu disse, éramos uma família. O que sinto é que quando a gente se aposenta precisa de um tempo para cair a ficha. E quando você se aposenta a instituição te deixa de lado. É muito triste. Não precisava tirar o e-mail, por exemplo. Era uma maneira de se comunicar com os colegas. Desvinculação total! E não sou só eu, não. Procuradores também acham isso. É um impacto muito forte. É triste. Nos primeiros meses, principalmente, não é fácil. Até pensei em tentar retornar. Me aposentei entre 2010 e 2011.

E tem outra coisa que eu noto. Vai passando o tempo e o servidor mais antigo vai ficando de lado, antes da aposentadoria, parece que vai ficando inservível. Mas isso não quer dizer que é problema do administrador. É que não aproveitam a experiência dele.

\* Depoimento a Adauri Antunes Barbosa e Humberto Eckhard



# Me apaixonei pelo Ministério Público, entendesse?



**Sônia Quint \***

Servidora aposentada

Vim para a procuradoria em 1973 com o procurador Augusto Cotrim Moreira de Carvalho Neto. Antes dele foram, primeiro, o Abelardo, depois o Volnei Collaço. Quando cheguei éramos só dois servidores. Eram o Dilmo Sólon da Silveira, que é pai do Rogério Silveira, e Iviltem Barreto dos Santos, que era do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o DNOS.

O Augusto Cotrim queria uma secretária e não tinha. Ele tinha muitos processos para fazer. Naquela época ele era sozinho. Aí ele me contratou para o escritório de advocacia dele, através do João José Ramos Schaefer, que era presidente da OAB. Aí fui trabalhar com o Cotrim, no escritório que funcionava na casa dele. Ele me ofereceu o dobro do salário para trabalhar só de manhã. E também com a anuência do Schaefer, pois eu já trabalhava com ele há um ano.

Em 1974 ele conseguiu para mim uma terceirização. Vim para a procuradoria como funcionária terceirizada porque não tinha concurso. Foi pela Audiplan, empresa que contratava funcionários em Brasília para as procuradorias. Ele mandou a minha documentação e consegui ser contratada. No final de 1978 nós fizemos concurso e eu passei em

segundo lugar do Brasil. Poderia escolher para onde ir. Foi muito bom porque naquela época (o concurso) era só para os funcionários que estavam nas repartições.

A dona Ronilda entrou no mesmo ano que o procurador Evaldo Fernandes Campos. Mas não me lembro em que ano foi isso. Ela cuidava do setor de pessoal, depois ela fez o financeiro. Passei por isso tudo também, mas a gente foi revezando.

Continuando a linha do tempo dos procuradores, depois do Augusto foi o Evaldo e, em seguida a procuradora Delza Curvello Rocha. E depois da Delza veio o Wagner de Castro Mathias Netto. E com o Wagner tinha também o Rui Sulzbacher. E aí também vieram em seguida o Durval e a Ana. E depois do Wagner foi a procuradora Ela quem assumiu a chefia.

Trabalhei mais de 10 anos com o Wagner e o Rui. Fazia toda a pauta deles e todos os processos. E o Tarcísio me ajudava. Aí o Tarcísio foi para Brasília com a Ela. Não pude ir porque na época já estava com tendinite.

Depois da Ela o chefe foi o Durval. Ela foi promovida para subprocuradora e o Durval assumiu a procuradoria. E depois do Durval foi o Rui. Me aposentei em 1995 com o Rui sendo chefe.

A aposentadoria? Não foi bom! Chorei muito. Fiquei oito anos me tratando de tendinite e foi piorando. E aí eles me aposentaram sem eu saber. Foi uma briga porque me tratava da tendinite e estava tirando muitas licenças. Tirava licença de dois meses e ficava sem datilografar. Naquela época a gente datilografava muito. Escrevia muito também, porque com o Rui a gente fazia muito processo. Não é como hoje, que tu põe mandado de segurança no computador e todos eles saem iguais. Nós tínhamos que fazer um por um. E também muito inquérito, pedir arquivamento, pedir diligência. O Rui botava aquelas pilhas de inquéritos e nós tínhamos que fazer tudo. A gente trabalhava demais. O dia inteiro! Ele era assim: ele trabalhava de noite e no outro dia à tarde ele trazia aquelas pilhas de processos. Tudo manuscrito. Ele chegava e “boom” em cima da mesa.

A procuradora Ela também escrevia muito. Fiquei mais mal. Porque quando ela chegou, assumiu também o meio ambiente. E ela deu uma

revirada nesta cidade (Florianópolis). Tinha muita coisa para fazer. E depois a Ronilda saiu e tive que fazer o financeiro. E naquela época a gente não tinha nada. Não tinha computador na procuradoria. Tinha que ir lá para o Ministério da Fazenda com aqueles computadores enormes e o ar condicionado muito gelado. Daí fez muito mal para os meus braços. Ficava muito tempo lá, fiquei mal.

A tendinite ficou comigo constantemente. Fiquei bem limitada. No diagnóstico do médico responsável pelo tratamento ele dizia que depois de dois anos, que eu estivesse parado de digitar, voltaria ao normal. Só que não voltou. Ficou tudo a mesma coisa. Fiquei, assim, bem limitada. Não posso fazer os serviços de casa. Acho que nasci para ser madame (risos).

Me apaixonei pelo Ministério Público, entendesse? Sou apaixonada pelo Ministério Público, pela função do Ministério Público. Olha, mas se eu tivesse que trabalhar hoje eu viria para o Ministério Público. Porque me apaixonei. A minha filha, Carolina, foi criada aqui dentro desde pequenininha. Ela hoje é advogada em Joinville. Mas a todo custo queria que ela fizesse concurso para o Ministério Público para procuradora. Mas ela gosta de advogar. Ela até começou a fazer escola da magistratura, porque queria ser juíza. Gostava mais do trabalho de juiz. Mas aí gostou da advocacia e ficou advogando. Aí tem quatro crianças pequenas e disse: Não, mãe, agora não.

Na procuradoria eu passei pelas duas fases. Peguei antes da Constituição de 1988, que era o fiscal da lei e advocacia geral da União. Nós fazíamos os dois. Então tinha procurador que não poderia dar parecer em um processo que ele tinha defendido a União. Ele não poderia ser contra e a favor ao mesmo tempo. Ele tinha que se julgar impedido no processo que ele já tinha atuado. Como Ministério Público ele não poderia atuar como advocacia geral da União.

Depois de 1988 para nós foi muito bom. Saiu daqui todo o usucapião, que éramos nós que fazíamos. E também a dívida ativa da Fazenda. Era tudo nós que fazíamos. E aí separou a advocacia geral da União e o Ministério Público. Para nós ficou esclarecido o que a gente poderia fazer. Era só fiscal da lei. Isso ficou bem definido. A procuradoria era um escritório de advocacia de tudo quanto era ministério. Os procuradores

tinham que defender todos eles. Acusavam e defendiam. Tinham que ser contra e a favor. Com a Constituição de 1988 foi criada a Advocacia Geral da União, a AGU, e nós, o MPF, não fazíamos mais nada disso.

O salário era muito pouco, antes de 1988. Em uma época chegamos a receber complementação do salário mínimo. Ganhávamos menos que o mínimo. Era uma situação muito triste. Na época da procuradora Delza passei no concurso do Correio. Mas ela não deixou que eu assumisse. Ela disse para mim, foi muito interessante: Como que você vai lá para o Correio? O Correio não tem status. (risos). Tu vai trabalhar o dia inteiro e não tem status. Ainda bem que ela não me deixou ir. Foi muito bom ela não ter deixado, porque não sei o que teria sido depois com o problema que tive de saúde.

Acompanhei o começo da atuação do MPF na área ambiental. Inclusive, fazia investigações. Primeiro a gente fazia pesquisa nos jornais. Lia todo o jornal. Líamos aqui o O Estado, do Vale, Gazeta, Correio do Povo. Nós líamos esses jornais todos e o que tratava de meio ambiente tinha que recortar e levar para a procuradora Ela. O que ela se interessava ela mandava eu ir lá para apurar se realmente estava ocorrendo irregularidades. A procuradora Ela dava um duro danado aqui e eles detestavam ela. O que ela conseguia breca ela embargava.

Era bom fazer esse trabalho porque tu via que estavam cuidando. Só que depois, agora tu vê, que estão cuidando demais. Porque tu vê outras cidades tão desenvolvidas e nem um trapiche nós temos aqui na beira-mar. Moro na beira-mar do Estreito e nem um trapiche tem, não dá para colocar barco, não dá nada. O que é isso? A gente fica até triste com o desserviço. Porque poderia ser um pouco mais estudado e um pouco mais bem feito. E não embargar tanto.

Um episódio marcante neste período foi a ocupação do prédio na Rua Bulcão Viana. Foi muito legal nós termos ocupado aquele prédio, porque nunca tinha prédio para nós. Antes era tudo apertado e pagava-se um dinheirão de aluguel. E com tanto prédio público fechado ou outros órgãos públicos utilizando sem necessidade. Era gostoso lá. O procurador-chefe elaborou uma ata de posse e depois os funcionários foram ocupar o prédio. Em seguida, mandou buscar a mudança. Cadeiras, mesas e a gente foi ocupando as salas.

A procuradora Maria Soares assumiu o cargo já no prédio da Bulcão Viana. Ela era meio hippie. Até foi bem engraçado a posse dela lá. Uma das funcionárias disse que ela queria falar com o procurador, mas ela estava bem mal vestida. Disse que para falar com ele teria que marcar um horário. Então, ela disse: Não, eu sou procuradora, vim assumir (risos).

Na época em que vim para a procuradoria não se conhecia o Ministério Público. Na época a gente não falava Ministério Público, só falava Procuradoria da República, e as pessoas ligavam a Procuradoria da República a Brasília. Eles achavam que a Procuradoria da República era uma representação do governo aqui, não sabiam qual era o nosso serviço.

Uma vez fui a um órgão, acho que era o INSS, resolver um problema da procuradoria e alguém sentou do meu lado e perguntou: O que a senhora veio fazer aqui? De onde a senhora é? Qual o órgão? Sou da Procuradoria da República. E aí uma outra pessoa ao lado respondeu: Não veio fazer nada, não. Isso aí nem existe.

Sempre tive uma memória muito boa, lembrava dos nomes e temas dos processos que passavam por mim, nomes dos réus ou dos autores. Então os procuradores perguntavam para mim e eu sabia exatamente. Cuidava da agenda deles também. Era uma época muito boa, tinha 41 anos. Era muito nova, então para mim foi muito triste ter saído.

Mas era muito legal. Foi uma época em que a gente ganhava muito pouco. O Rogério fazia faculdade. Nós não tínhamos dinheiro para o lanche então e só comprava pão. Não, nem tinha mortadela. Tinha uma padaria, lá na praça Pereira Oliveira, a padaria do Foguinho, a gente comprava pão para comer.

Participei da elaboração do primeiro plano de carreira nacional do MPF. Eu e o Rogério ajudamos a fazer. A gente ajudou a fazer. Nós não chegamos a ir para Brasília, porque não tinha dinheiro para bancar a viagem. A gente fazia aqui mesmo e mandava para eles, que montavam. Ficou bem feito. Ficou legal. Foi a partir disso que a gente conseguiu o primeiro diretor de secretaria, o Carlos Antonio.

Para mim foi um presente de Deus vir trabalhar no MPF. Ter trabalhado com o procurador Cotrim e depois ter tido a oportunidade

de ter feito o concurso, depois de ter trabalhado com ele, porque foi uma coisa que na época nem sonhava que existia. Ainda estava estudando e jamais iria procurar o concurso para fazer. A gente viu muita gente boa trabalhando aqui que não conseguiu passar no concurso, que vieram estagiar. Gente de nível superior que não conseguia passar para o nível médio. Muita gente de nível superior, com mestrado, que não conseguiu passar no concurso de nível médio.

\* Depoimento a Aduari Antunes Barbosa e Humberto Eckhard



# A ampla mobilização em torno da baía da Babitonga

**Tiago Gutierrez**



Procurador da República em Joinville

Ingressar numa instituição de caráter nacional traz a necessidade (e a oportunidade) de reorganizar a vida “longe de casa”. Seguindo conselhos da família, priorizei a lotação em cidades catarinenses, e meu primeiro local de trabalho foi Concórdia, no oeste do estado, para onde nos mudamos, eu, esposa e filhas, em 2005.

Pouco depois, numa rápida passagem por Joinville, em meu primeiro contato com a cidade, fui levado por um querido amigo ao mirante do Boa Vista. Só lá em cima percebi que estava às margens de uma baía (a Babitonga), muito entrecortada e cercada pela floresta. O amigo vaticinou: “Você logo vem pra cá” (e apontou, lá de cima, inclusive o bairro onde viria a morar). Em pouco mais de um ano, foi o que aconteceu. E hoje as visitas à terra natal é que nos deixam “longe de casa”.

E a Procuradoria de Joinville foi um enorme aprendizado. Ainda com pouquíssima experiência, estava numa unidade extremamente movimentada, com forte atuação em diversas áreas. Eram milhares de processos e procedimentos, abarcando os mais diversos temas de atribuição do Ministério Público Federal. Crimes de todos os

tipos, saúde, direitos do consumidor, meio ambiente, comunidades indígenas... Nada faltava. Verdadeira escola.

E muitos foram os professores. Em Concórdia, tive a chance de aprender muito com o colega Maurício Pessuto. Em Joinville, com o trabalho de Davy Lincoln Rocha (na área da saúde, por exemplo), Eduardo Barragan (em relação às questões indígenas) e Cláudio Cristani (de quem “herdei” muitos processos ambientais), além, é claro, de toda a equipe da Procuradoria e dos procuradores que foram chegando (Mário Sérgio, Rodrigo Joaquim, Flávio Pavlov).

Cristani teve uma forte e pioneira atuação em várias questões ambientais na região, que até hoje tento absorver, por meio de suas peças processuais ou do conhecimento que construiu junto com o time da PRM, em especial as queridas Georgia e Cristiane, com as quais trabalho há quase 12 anos. Essa atuação passava por temas como resíduos sólidos, saneamento, construções irregulares, desmatamento ilícito, pesca ilegal, licenciamento de indústrias e terminais portuários...

Logo que cheguei, fui convidado por Barragan a participar de uma audiência pública em São Francisco do Sul, convocada pelo Ibama, para discussão de proposta de criação de unidade de conservação na Babitonga. Ali comecei a perceber como a Babitonga mobilizava interesses e paixões, em toda a sua relevância econômica e ambiental. Tive também meu primeiro contato com a ideia de que esse espaço necessita de um mecanismo de gestão eficaz, que possa compatibilizar as atividades humanas e a conservação da natureza.

Trata-se de um fantástico ecossistema, que abriga diversas espécies, muitas delas ameaçadas de extinção, incluindo peixes, crustáceos, tartarugas, golfinhos e aves. São dezenas de quilômetros quadrados de manguezais, a mais austral das grandes formações ainda existentes, formando um estuário essencial para a reprodução da vida marinha. Há também muita presença humana na Babitonga: casas, marinas e barcos de passeio; pesca esportiva, mergulho, pousadas, hotéis e restaurantes; Mineração de areia, terminais portuários; pesca artesanal, maricultura e coleta de caranguejo; o absurdo aterro do Canal do Linguado; a maior e mais industrializada cidade do Estado, outros cinco municípios, e só uma pequena parte do esgoto tratado.

Embora haja uma imperiosa necessidade de racionalizar o uso dos recursos naturais da região, as diversas propostas de aprimoramento da gestão ambiental formuladas ao longo dos anos sempre enfrentaram muita resistência. Isso aconteceu também com a ideia de criação de uma unidade de conservação na Babitonga. Esse instrumento ainda é visto por muita gente como algo adequado a locais de natureza intocada, ou com exploração econômica de baixa intensidade. Porém, se há um ecossistema tão relevante, com uma economia tão forte, é imprescindível que receba uma atenção especial, que garanta participação, planejamento e fiscalização. Sem dúvida o instrumento adequado para isso é a unidade de conservação. Administrar uma UC numa região como a Babitonga seria tarefa espinhosa, mas de importância ímpar.

Com a ideia de estimular a discussão sobre o assunto, foi lançado, há alguns anos, edital para aplicação de recursos obtidos a título de indenização pelos danos ambientais causados por derramamento de óleo na baía, decorrente do emborcamento de uma barçaça. Um dos projetos, apresentado por equipe da Univille, foi o Babitonga Ativa, que desenvolveu estudos para subsidiar o processo de criação da unidade de conservação, realizou centenas de oficinas com usuários dos recursos naturais da baía e promoveu uma ampla mobilização em torno do tema, resultando na criação do Grupo Pró-Babitonga. O GPB reúne cerca de 30 entidades, entre órgãos públicos, universidades, organizações não governamentais e representantes de diversos setores produtivos (pescadores, maricultores, mineradores, operadores portuários), para discussão, sugestão e promoção de ações ligadas à gestão do ecossistema Babitonga.

Essa experiência, capitaneada por pessoas com enorme competência e muita dedicação, dá uma amostra de todos os benefícios de eventual institucionalização de um mecanismo efetivo de gestão ambiental técnica e participativa. Traz também a oportunidade de ampliar exponencialmente o contato entre pessoas envolvidas com o ecossistema, e portanto a troca de conhecimento sobre esse espaço. O rol dos professores está cada vez maior. A todos, muito obrigado.



## A servidora mais antiga na ativa na PR/SC



**Vânia Luzia Gorges**

Técnica administrativa em Florianópolis

Nasci em Antônio Carlos, mas me criei em Biguaçu, cursei o Magistério, mas só fui professora por um ano, pois tive problema nas cordas vocais e resolvi trabalhar em outros setores. Fiz curso de Enfermagem e trabalhei por três anos e meio na Clínica Oncológica São Sebastião, como técnica de cobalto, para tratamento de pessoas com CA. Tenho dois filhos casados, Junior com a Maria Eduarda, Felipe com Samantha, mais dois netos, Rafael e Antônio, que são a razão da minha vida. Fui morar em Campo Grande (MS) em 1981 e em 1989 voltei para Biguaçu.

Antes de contar pra vocês um pouco a minha história, gostaria de registrar o orgulho que sinto em trabalhar no Ministério Público Federal. São quase 34 anos, muitas coisas, com certeza, vou esquecer. Aqui vai um breve relato.

Fiz um concurso que na época era para o Hospital Florianópolis, no Dasp, por insistência de minha mãe, pois ela dizia: nada como você ser funcionária pública federal. Fui aprovada, mas não chamada. Demorou uns três anos, quando fiz era solteira e morava em Biguaçu. Me chamaram para assumir na Procuradoria da República e não

tinha nem ideia com que eu ia trabalhar. Fiquei alguns meses boiando (kkkkk). Já estava casada e morando em Campo Grande (MS), mesmo assim quis muito vir. Assumi meu cargo no dia 22 de outubro de 1984, como agente de portaria que, com o passar dos anos, foi modificando para auxiliar administrativo, assistente administrativo, técnico em serviços gerais - administrativo, secretário administrativo - Codij, técnico administrativo e por fim técnico do MPU/apoio - técnico administrativo/administração.

A procuradoria ficava na Praça Pereira Oliveira, no Edifício Emedaux, oitavo andar. O salário era tão baixo, no valor de 100 mil cruzeiros, que tinha complementação para chegar ao salário mínimo. Fiquei em Florianópolis até março de 1995, onde minhas atividades eram bem variadas: fazia limpeza, cafezinho, servia cafezinho para os procuradores e especialmente para o procurador-chefe Wagner Mathias, era office boy, fazia fichas de jurisprudência, recortando do Diário Oficial, para a procuradora Ela, ofício de usucapião que meu colega Rogério fazia os modelos no mimeógrafo e a sala toda ficava com folhas espalhadas até secarem, entrada e saída dos processos, pois meu colega Luiz iria se aposentar e eu ficaria nessa função.

Fui removida a pedido porque meu (ex-)marido trabalhava na Eletrosul em Campo Grande (MS) em março de 1985. Lá era muito diferente, já tínhamos a dona Lourdes que era terceirizada e fazia a limpeza e o café. O procurador-chefe Otávio Pacheco Lomba me clamou e disse que eu ia ser secretária dos procuradores, pois já tinha datilografia. Meu primeiro procurador foi Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, o mesmo que aqui em Santa Catarina era o diretor de secretaria. Ele, que assinou a minha carteira quando cheguei, havia passado no concurso para procurador da República para Campo Grande. Lá fui muito feliz, sempre sendo secretária e chefe de gabinete substituta. Nós éramos 13 servidores muito unidos. Até hoje tenho muito orgulho de ter trabalhado lá, deixei grandes amigos: Elton, Salvador, José Luiz, Arivaldo, Liliane. E outros que além de amigos até hoje são como irmãos: Blal, Sueli e Alice.

Novamente a pedido, voltei para Florianópolis em 1989. A Procuradoria da República já estava na Rua Deodoro no centro de

Florianópolis, o procurador-chefe era Durval Tadeu Guimarães, que me recebeu com muito carinho. Trabalhei com todos os procuradores, pois chegando aqui nosso setor era a datilografia. Tinha muita gente na sala ao meu lado: Tarcísio, Celso, José Roberto, Maria Nunes e a Neide. Formávamos uma equipe.

Um dos fatos mais marcantes da nossa história foi a mudança para a Rua Bulcão Viana, em 1992. Os nossos procuradores, Durval e Carlos Antônio, com mais dois delegados federais, ocuparam o prédio do extinto DNOS no período da manhã. Lá encontramos um órgão todo montado, com mesas, cadeiras, grampeadores, furadores, contra-cheques, revistas, extrato bancário, sala com projetor de filmes, mesa de sinuca que ficava na cozinha, tudo empoeirado, como se os servidores tivessem ido pra casa e não voltado mais, muito esquisito.

À tarde, o procurador Durval foi na nossa sala e nos chamou para irmos com ele para o novo prédio. Pegamos a máquina de escrever no colo, pois tínhamos que continuar datilografando os trabalhos. Começamos limpando a biblioteca e nos instalamos. Depois cada dia limpávamos uma sala para que pudéssemos ficar com o prédio todo para a PR/SC, pois o Ministério da Agricultura queria uma parte também. Muito trabalho, mas todos os servidores unidos. Depois veio a reforma e nós no meio do caos. Continuamos a trabalhar no meio da poeira, sobrevivemos.

Na Bulcão Viana, éramos uma grande equipe de datilografia: veio o Gelsyr, Marlene e o Valtenor. Depois de um tempo, nos dividiram para que fôssemos secretária(o)s. Não tinha servidor para ser um de cada procurador, então ficamos com dois e ainda substituíamos o servidor com licença e férias. Acabamos trabalhando com todos os procuradores.

Fui secretária das procuradoras Ela e Andréa Lírio, dos procuradores Rui, Durval, Marco Aurélio, Maurício Gotardo, Claudio Fontella e, agora, Marcelo da Mota. Sempre trabalhei substituindo nos outros gabinetes com as procuradoras Analúcia e Ana Maria, com os procuradores Carlos Antônio, Maria Soares, Victor Laus, Thomé, Ricardo Lira, André e a quem me pedisse pra ajudar. Com a promoção do Durval, fiquei sendo secretária só do Claudio Fontella. Fui substituta

também de vários setores e chefe de gabinete do procurador Maurício Gotardo.

Fomos depois para a Avenida Mauro Ramos, onde continuei a ser secretária do Claudio Dutra Fontella. Foram 12 anos, mais ou menos, juntos, a quem tenho imensa admiração e carinho, o considero meu amigo. Com a promoção dele, fui trabalhar na Ascom por muito pouco tempo (meses) e depois com o Marcelo da Mota, quando era procurador-chefe. Lá fiquei até terminar o seu mandato. Éramos Lisarb, Valério, Denise, Marina, José Roberto, Erick e eu.

Continuo trabalhando com o Marcelo da Mota, pessoa bondosa, honesta, competente, admirável, com quem aprendo a ser mais paciente e tolerante. Espero ficar nesse gabinete do 12º Ofício até a minha aposentadoria, com meus colegas Valério e Marina.

Nos mudamos para a Beira Mar, uma estrutura maravilhosa. Tenho muito orgulho da nossa instituição, que conseguiu o respeito da sociedade.

Hoje sou a servidora mais antiga na ativa no MPF em Santa Catarina. Sempre me dediquei ao máximo, pois é aqui que encontro a minha felicidade. Tenho amigos queridos que construí em todos esses anos aqui no MPF, mas não vou listá-los, porque posso esquecer alguém. Todos são muito especiais pra mim, uns até já se aposentaram, outros ainda divido o dia a dia com alegria, são colegas de trabalho maravilhosos. Só tenho a agradecer. Obrigada!



# Entre Santa Catarina e Rio, de procurador a político

## **Volney Collaço de Oliveira**

Subprocurador geral da República aposentado

Minha mãe é Maria Elisa. O pai é João de Oliveira. Meu pai era de Minas Gerais, de Ouro Fino. Veio para Santa Catarina em 1912. Aqui ele se casou com a minha mãe, que era da família Collaço. Família muito conhecida aqui. Tradicional lá do Sul do estado. E tem essa família Collaço no estado inteiro. Muitos Collaço, todos de uma família só. Todas as profissões, tem muito Collaço na carreira da magistratura, do Ministério Público Estadual. Muitos da magistratura aqui em Santa Catarina.

Ingressei no Ministério Público em 1947. Me formei em 1946 e ingressei no MP. Como na época não existia Procuradoria da República, não tinha concurso, ingressei como advogado de ofício no Rio de Janeiro. Fiz depois concurso para promotor público no Rio. O Rio era Distrito Federal naquela época. Não existia Brasília, o Rio de Janeiro era a capital da República. Bem, em 1950 fui eleito, ingressei na política, e fui eleito deputado estadual em Santa Catarina.

Havia retornado a Santa Catarina. Como deputado assumi o mandato e fui eleito presidente da Assembleia Legislativa em 1950 e

1952, durante dois anos. Naquele tempo o mandato do presidente do Legislativo era de um ano. Fui presidente em duas sessões legislativas, na mesma legislatura. O mandato era de quatro anos. Foi na minha primeira legislatura. (Foi deputado em três legislaturas, 1951-1955, 1955-1959 e 1959-1963).

Quando terminei a carreira política em 1962, pensei: Bom, vou voltar para a minha atividade do Ministério Público. Mas como vou fazer, se era no Rio? Aí já existia Procuradoria da República aqui. O primeiro procurador da República aqui em Santa Catarina foi posteriormente ministro do Tribunal de Recursos, que funcionava no Rio, foi Vasco Henrique D'Ávila. O segundo foi Abelardo Gomes. Fui o terceiro em Santa Catarina. Substituí o Abelardo Gomes, que tinha ido para Brasília. O procurador geral na época era muito meu amigo, o Evandro Lins. Aí eu disse: Evandro, como vou fazer? Ele disse: Você quer ficar em Santa Catarina, vou botar você em Santa Catarina. Eu queria porque já estava aqui, tinha sido deputado 12 anos. E fiquei como procurador da República por mais de 10 anos. Eles queriam porque a Procuradoria da República aqui era de terceira categoria. Tinham que me promover, mas para promover eu tinha que sair daqui. Eu disse: Olha, não aceito promoção a não ser para o Rio de Janeiro. E disse com toda franqueza: Não aceito. Não adianta porque a lei me facultava, você pode recusar a promoção. Não tinha vaga no Rio. Eles, não sei porque, desejavam me promover. E criaram mais uma vaga no Rio de Janeiro. Aí eu fui.

No Rio, então, fui promovido a procurador da República de segunda categoria. E depois passei de categoria até a primeira. Quando chegou a minha promoção para subprocuradoria da República, tinha que ser promovido, o procurador geral era o Sepúlveda Pertence. Em 1989. O Pertence disse: Você vem. Eu digo: Olha, Pertence, estou aqui no Rio. Ele respondeu: Mas você é subprocurador geral da República, não pode ficar no Rio, só em Brasília. Tinha que ir para Brasília. Aceitei, mas fiz o seguinte: Eu funcionava também no Eleitoral do Rio. Fiquei no Eleitoral do Rio como subprocurador e o Sepúlveda, que era muito meu amigo, foi deixando. No Rio também meus colegas

não gritaram, não queriam que eu fosse, estavam satisfeitos comigo lá, eram bons colegas.

Mas fui para Brasília. Quando cheguei em Brasília, tinha direito a licença-prêmio, fui gozando tudo. Tinha licença-prêmio, tinha férias, aquela coisa toda. Fui gozando. Até que o procurador geral já não era mais o Pertence. Era o Aristides Junqueira. Ele: Poxa, que bom que você veio para cá. Vou lotar você na 6ª Câmara, no Superior Tribunal de Justiça. Ele me lotou e disse: Que bom, quando você vem? Disse que dependia de gozar licença-prêmio, quando acabar vou. Quando cheguei, ele disse: Que bom que você veio, vou fazer uma homenagem para você. Ele gostava muito de mim. Eu disse: Você faz a homenagem, mas vim entregar para você meu pedido de aposentadoria. Não queria ir.

Depois fui para Brasília, mas numa outra condição. Já era aposentado, fui como secretário do ministro Jorge Konder Bornhausen. Ele foi ministro, me chamou e fui. Mas também fiquei pouco lá, ele (o ministro) foi logo. Quando começou aquele movimento para cassar o presidente Fernando Collor, Jorge disse: Vou cair fora, vou sair. Eu disse: Vou com você, não vou ficar aqui. O Jorge Bornhausen tinha uma pasta diretamente ligada ao Collor. Tanto que ele aconselhou o Collor a renunciar. Ele disse que ia renunciar. O Collor não renunciou e ele entregou o pedido de demissão. O Collor ficou chateado: Pô, você vai me abandonar. Ele disse: Você se comprometeu a renunciar e não renunciou, né? Para o Collor seria melhor que renunciasse na época. Acabou sendo cassado. O Jorge saiu antes, então não se contaminou com aquela coisa, porque ele estava completamente ausente daquilo. Esse PC Farias... No nosso tempo ninguém falava em PC Farias com essa influência toda. Ninguém sabia, era tudo na surdina. Fiquei em Brasília nessa temporada, mas vivia mais no Rio que em Brasília. Arranjava pretexto com o ministro Jorge para ir ao Rio. Então ele me mandava sempre pra uma missão qualquer no Rio.

Fui para Brasília como subprocurador geral da República, mas não cheguei a ocupar a função que o procurador geral havia me colocado na 6ª Câmara. Eu tinha uma boa fama no Ministério Público. Felizmente saí com um bom nome. Não tenho do que me arrepender de nada. Briguei muito com a Polícia Federal, porque quando ingressei

no Ministério Público, não existia Polícia Federal, que foi criada depois. A Polícia Federal veio depois do golpe de 1964. Em Santa Catarina demorou um pouco, mas veio a Polícia Federal pra cá. Trombava com a Polícia Federal, não aqui em Florianópolis. É preciso dizer uma coisa pra vocês: Hoje a Procuradoria da República tem procurador em Blumenau, Joinville, Chapecó, em toda parte, mas naquele tempo era só um, para o Estado todo. Ficava aqui em Florianópolis, mas com jurisdição em todo estado.

Era o único procurador aqui, não tinha outros. Tanto que pedi ao Ivo Silveira, que era o governador do estado, que me cedesse um promotor público para me ajudar. E ele indicou um promotor público que estava muito visado na época pela revolução, que era o Napoleão Xavier do Amarante. Napoleão assumiu comigo na função de promotor auxiliar no Ministério Público Federal. Ele hoje é muito grato a mim porque isso o safou. Ele veio por indicação do governador Ivo Silveira, que queria se ver livre dele. O SNI naquele tempo da revolução estava perseguindo porque ele tinha fama de comunista. Então, para o SNI não podia o governo do estado ter no Ministério Público um elemento comunista. Era uma perseguição tremenda. O Ivo mandou o Napoleão lá pra Chapecó, pra Capinzal e, quando pedi um promotor, ele disse: Vou te dar um ótimo, o Napoleão Amarante. Esse nome não me era estranho. Ele tinha sido funcionário meu na Assembleia Legislativa, recomendado por um amigo comum, deputado Pelágio Parigot de Sousa. Então convidei o Napoleão e ele aceitou. Quando Napoleão aceitou, veio servir aqui e o noticiário de imprensa deu logo. Aí me procurou na Procuradoria o Álvaro Veiga Lima, que era o chefe do SNI aqui e tinha sido meu instrutor no CPOR no Rio de Janeiro. Ele era capitão naquele tempo, já estava como coronel aqui. E ele disse: Vem cá doutor, como você traz um comunista, um vermelho para servir aqui no Ministério Público Federal? Eu disse: Seu Veiga Lima, ele não é comunista coisa nenhuma, ele fez duas greves na Reitoria contra o reitor Ferreira Lima. Não era comunista nem é até hoje. Aí ele perguntou: Você se responsabiliza? E eu: É claro, se trouxe e ele está sob minha jurisdição. Aí o Ivo Silveira soube dessa história e disse: O Volney tem sorte, mas também descartamos essa carga pra cima dele. O Ivo tinha sido meu colega como deputado na Assembleia Legislativa.

O Napoleão Amarante conseguiu se manter na Procuradoria e isso deu uma certa notoriedade a ele.

O doutor Napoleão era muito trabalhador, muito jeitoso. Saiu o Ivo, entrou o Antônio Carlos Konder Reis como governador, falei com ele: Aproveita o Napoleão, deixa ficar comigo, ele tem fama de comunista mas é boa gente. Então vamos aproveitar sim. E o Konder Reis tentou colocar o Napoleão na vaga do Ministério Público para desembargador, mas não conseguiu. O Tribunal de Justiça ficou com receio, a maioria relutou e Napoleão não foi. Quando o Jorge Bornhausen assumiu o governo, substituindo o primo Antônio Carlos, houve uma nova oportunidade e cabia uma vaga pelo Ministério Público. O Jorge foi de desembargador em desembargador, batia na porta, dizendo: Olha, vou indicar o Napoleão. E o Jorge conseguiu. Napoleão foi aceito como desembargador. Logo em seguida chegou a presidente do Tribunal de Justiça. Ele tinha muito mérito e um prestígio enorme.

Atravessei esses anos de ferro. Se não enfrentasse tinha cometido muita injustiça, muita, muita injustiça, uma barbaridade. Eles denunciavam os caras, como o Salim Miguel, que foi perseguido, incendiaram a livraria dele, porque diziam que era comunista. Não tinha nada de comunista. Tinha uma vocação esquerdista, mas não tinha militância nenhuma naquele tempo, nada de terrorismo, nada. Então, era uma dificuldade. Pior trabalho quem dava era a Marinha, porque aqui era a sede do Distrito Naval. Então esses almirantes volta e meia estavam me convocando pra ir lá, mas eu dizia: Não vou, não. Se eles quiserem que venham aqui na Procuradoria. Eles então mandavam um oficial graduado lá do 5º Distrito Naval na Procuradoria para conversar comigo. Se fosse lá era pra ouvir reclamação e eu não ia suportar isso, não. Não deixei nem SNI, nem esses órgãos todos... Nenhum deles entrou e fez exigência comigo que fosse atendido. Isso me deixava também numa posição difícil com essas autoridades revolucionárias daqui, mas eles respeitavam. Nunca houve um controle sobre os atos do Ministério Público. Se a revolução, que era a revolução, não conseguia ditar normas para o MPF, no meu tempo não conseguiu nunca ditar normas. Isso levo como um crachá comigo. Nunca!

No trabalho na Procuradoria tinha dois servidores. Moisés Schmidt, que foi ótimo servidor, estava louco para deixar a Procuradoria porque era muito mal remunerado naquela época. Quando saí, consegui uma situação melhor e ele foi servir no Monte Pio. Ele era o braço direito, se aposentou foi no Ministério Público Estadual. E o outro era o Clímaco Ferreira. Fumava um cigarro atrás do outro, fumava e jogava cigarro, quase incendiou a Assembleia. Quando eu era o primeiro secretário da Assembleia, pegou fogo. Falei: Meu Deus, já nos atribuíam o incêndio da Assembleia, se a Procuradoria pega fogo aí vocês vão ver.

Nasci em Tubarão (em 4 de abril de 1923). Com cinco anos vim para Florianópolis. Aqui fiz esse colégio das feiras, o Coração de Jesus, quando o jardim de infância era misto. Depois entrei para o Grupo Escolar Lauro Muller. Quando tinha 8 ou 9 anos passei um ano e pouco no Rio. Voltei para morar em Laguna, porque meu pai tinha se transferido para lá. Ele tinha jornal em Tubarão. Construíram uma casa lá e o nome do jornal está lá até hoje, Correio do Sul. Com 11 anos de idade fui para o Rio, curso médio, no Instituto Lafayette. Estudei lá, mas voltei para terminar o ginásio em Laguna. Terminei o ginásio e fui embora para o Rio. No Rio fiz o preparatório de Direito, concurso, ingressei na faculdade e fiquei lá. Vinha aqui só nas férias, de navio, naquele tempo o avião era muito caro.

Morava na Rua Tenente Silveira, do lado da casa do Esperidião Amin. O conheci pequenininho. Ele estava no meu aniversário e disse que sou o único que chamo ele de Dãozinho. É claro, ele era pequeno. Era como a mãe e o pai chamavam. Tinham uma biblioteca enorme, cheia de livros. Perguntava pro Esperidião se ele ia ler aquilo tudo. Ele dizia que não, mas o Dãozinho ia ler.

Demorava seis dias para vir do Rio. Às vezes descia em Imbituba ou aqui em Florianópolis mesmo. Mas aqui não gostava porque saía e depois tinha que ir de carro ou de ônibus para Laguna. No começo você descia aqui e tinha que ir pra Laguna no Max, um navio bem pequeno e não dava para entrar na barra da Laguna e ficava lá um dia inteiro sem poder entrar. Me lembro que uma ocasião que estava com a minha vó indo para Laguna e ela pediu para perguntar ao comandante Schneider que horas nós íamos chegar. Ele disse para avisar minha

vó que nós já estávamos voltando a Florianópolis, depois de ficar um dia e meio lá esperando. E não tinha rodovia pra lá não. Depois é que criaram uma estrada lá pra Laguna e você acabava indo de carro aos trancos e barrancos. Era uma dificuldade no Morro dos Cavalos, Enseada de Brito... De Florianópolis para Laguna de navio dava umas oito horas. Cinco dias do Rio de Janeiro. Ele parava em Santos, tinha que carregar e descarregar, depois vinha um percurso mais longo até Paranaguá. Você entrava numa baía no Paraná, de Antonina. O navio era de cabotagem, sempre tinha carga pra tirar. Depois você vinha pra São Francisco e Itajaí. Daí ia pra Florianópolis. Conforme o vento, se era vento sul, você não ia atracar lá na Beira Mar Norte. Ali no Rita Maria que eu pegava o navio pra Laguna.

Era melhor pegar (o barco) em Imituba do que em Florianópolis. Imituba era mais perto. De Laguna a Imituba você ia pela praia. Já viajava muito antes de 1947. Colei grau em 12 de dezembro de 1946. Me lembro que fui o orador da turma também na faculdade de Direito. Quando me formei era solteiro. Me casei no Rio. Minha primeira mulher era carioca. Tive duas filhas com a primeira esposa. Com a Bete (Maria Elisabete Caliari Collaço de Oliveira) estou casado há muito tempo, mas não tive filhos.

Fiz muito esporte. Fui campeão carioca de remo. Remei pelo Botafogo, pelo Flamengo. Joguei muito basquetebol, vôlei, esportes assim que não eram radicais na época. Fiz muito exercício. Meu hobby hoje é torcer pelo Flamengo. Tenho um neto que é botafoguense e ele sabe que sou Flamengo. Então quando o Flamengo joga ele me telefona ou para gozar ou para felicitar, e eu quando o Botafogo joga.

Isso aqui não existia (fala de Jurerê), no meu tempo era tudo areia, não tinha nada. Não existia Jurerê, nada. O Clube 12 veio porque a Habitasul veio pra cá, pra resolver esse problema aqui e recebeu isso tudo do Aderbal Ramos da Silva. Era tudo dele. Isso tudo, essa praia aí. Vou dizer uma coisa pra você: quando fui eleito deputado em 1950 o Serviço de Patrimônio da União aqui era chefiado por um gaúcho, muito falante e muito ligado ao Getúlio. Fui eleito pelo PTB, então fui muito chegado na época também ao Getúlio. Ele, sabendo disso se aproximou muito de mim e fui eleito logo presidente da Assembleia. Aí

ele: Doutor Volney, qual é a praia que o senhor quer aí? Ele queria me dar uma praia. Fontoura Rey o nome dele. Ele que manobrava todas essas praias aí. Respondi: Não quero praia nenhuma, mas se quiser me dar um pedaço de Copacabana. Aí ele dizia: Mas lá não tenho jurisdição, aqui eu tenho. Diga, doutor, eu lhe dou uma praia, o senhor veja a praia que quer e assina e requer aqui. Era dado. Queria me dar a praia do Gi (Laguna). Eu não fiquei. O Afonso Dias é que acabou ficando com a praia do Gi, que depois vendeu uma parte. Essa Praia Brava que tem em Florianópolis era do Nilton Ramos. Dizia: Eu não quero, não. Essa, então, não tinha nem estrada, você descia com uma corda para depois chegar lá. Queria me dar um pedaço de Canasvieiras. Eu disse: Não quero praia nenhuma, amigo. Então era assim. Essas praias não valem nada, isso aqui hoje, um terreno, é o mesmo preço de praia do Rio, das mais caras de Santos. O terreno que você vê do lado da minha casa, que não é nem na beira do mar, esse terreno estão pedindo R\$ 680 mil, lotezinho. Nunca fui dado a negócios, hoje me arrependo. Nunca fui dado a fazer esses negócios. O meu irmão era mais atinado nessa coisa. No tempo dele já chegou diferente. Meus sobrinhos todos herdaram dos meus irmãos terrenos em Canasvieiras. Tinha uma amiga que foi funcionária da Assembleia, que tinha lotes enormes em Canasvieiras. Tudo ela conseguiu assim. Ninguém ligava, isso aqui não tinha nem estrada. Agora, Jurerê Internacional, isso aqui está uma barbaridade, isto aqui não pode, não sei onde vai acabar os preços aqui. A vida aqui é caríssima. Tem restaurante aí e tudo é muito caro. Impressionante isso. Preço de São Paulo, Rio de Janeiro.

A praia da época, década de 50, era Coqueiros, aquela praia cheia de pedra, Itaguaçu, Praia da Saudade. Canasvieiras tinha um hotel, de madeira. Minha irmã passou a lua-de-mel lá. Era o único hotel que tinha. O resto era uma poeirada. Levava duas horas do centro até Canasvieiras.

Leio muito. Preferência não tenho muito. A parte de Direito deixei um pouco de lado. De fato fico mais em literatura, gosto de romance. Na música minha preferência é pela MPB. Não desprezo a música erudita ou clássica, mas pra me distrair é MPB. Outra coisa que me seduz muito é pintura. Tenho esse quadro da Vera Sabino (mostra). Isso é de

69, da primeira exposição individual que ela fez em Florianópolis. E no Rio tenho Martinho de Haro.

Quando fui advogado de ofício no Rio defendi muito uma figura famosa, Madame Satã. O cara botava a polícia para correr na Lapa. Madame Satã, fui defensor dele diversas vezes, diversos processos. Não tinha advogado na 14<sup>a</sup> e 15<sup>a</sup> Vara Criminal. Duas varas, tinha incumbência de funcionar e aprendi muita coisa nisso, na Lapa. Vivi muito a vida da Lapa.

Meu primeiro livro foi Opiniões de Decisões da Justiça Eleitoral, de 1968. Foi o primeiro como procurador regional eleitoral. O segundo livro Ação do Ministério Público no Processo Eleitoral foi editado pela Imprensa Oficial do Estado. São cinco livros na atividade do Ministério Público. Tem outros na política. Tem, por exemplo, o ensaio que fiz sobre o Irineu Bornhausen. Tem muito trabalho publicado em revistas. Tem muita coisa.

Estou morando em Florianópolis há uns 10, 11 anos, mas vou muito ao Rio. Fico muito lá, às vezes um ou dois meses. Mantenho o apartamento em Copacabana, esquina da Souza Lima com a praia, tem vista pro mar. Agora estou gostando mais daqui, gosto mais daqui. Vou falar uma coisa pra você. Chego no Rio e fico muito triste porque meus amigos, meus colegas, já morreram. Chego e chamo fulano... Você não sabe, Volney, ele morreu. Nós eramos 101 na faculdade de Direito, na minha turma. Então se tiver agora vivo, que eu saiba, no Rio, devem ser uns 10. Todos os outros já morreram. Então eu fico apavorado. Então, só encontro os filhos dos meus amigos e às vezes netos. Porque meus amigos, colegas, já morreram. É fogo. É triste.

\* Depoimento a Lucenio Zanoni da Rocha e Cida Sell (em novembro de 2015)



**Procuradores e Servidores  
da PR-SC**

2018



# Todos os procuradores chefes da Procuradoria da República em Santa Catarina

**Abelardo da Silva Gomes**

Nomeação 15/08/1947  
Falecimento 24/08/1978

**Volney Collaço de Oliveira**

Nomeação 05/02/1963  
Aposentadoria 30/11/1990

**Augusto Cotrim Moreira de Carvalho Netto**

Nomeação 21/11/1972  
Aposentadoria 02/09/1991  
Falecimento 04/09/1995

**Evaldo Fernandes Campos**

Nomeação 21/11/1972  
Aposentadoria 03/02/1989

**Wagner de Castro Mathias Netto**

26/03/1982 a 17/01/1986

**Ela Wiecko Volkmer de Castilho**

17/01/1986 a 16/05/1989

**Durval Tadeu Guimarães**

15/06/1989 a 04/11/1994

**Rui Sulzbacher**

04/11/1994 a 07/11/1996

**Maria Soares Camelo Cordioli**

15/03/1997 a 29/10/1998

**Maurício Gotardo Gerum**

29/10/1998 a 01/02/2001

**Analúcia de Andrade Hartmann**

01/02/2001 a 01/06/2002

**Marco Aurélio Dutra Aydos**

01/06/2002 a 19/06/2003

**Walmor Alves Moreira**

19/06/2003 a 21/06/2005  
21/06/2005 a 31/07/2007

**Carlos Augusto de Amorim Dutra**

01/08/2007 a 31/07/2009  
01/08/2009 a 31/07/2011

**Marcelo da Mota**

01/08/2011 a 31/09/2013  
01/10/2013 a 31/09/2015

**Roger Fabre**

01/10/2015 a 30/09/2017

**Darlan Airtton Dias**

01/10/2017

# Procuradores da República MPF/SC

## **Procurador chefe do MPF/SC**

Darlan Airton Dias

## **Procuradores da República – PR/SC Florianópolis**

Análucia de Andrade Hartmann

André Stefani Bertuol

André Tavares Coutinho

Carlos Augusto de Amorim Dutra

Daniele Cardoso Escobar

Eduardo de Oliveira Rodrigues

Eduardo Herdt Barragan

João Marques Brandão Néto

Marcelo da Mota

Marco Aurélio Dutra Aydos

Roger Fabre

Walmor Alves Moreira

## **Procuradores da República em Blumenau**

Ercias Rodrigues de Sousa

Lucyana Marina Pepe Affonso

Michael von Muhlen de Barros Gonçalves

Rafaella Alberici

## **Procurador da República em Caçador**

Anderson Lodetti de Oliveira

## **Procuradores da República em Chapecó**

Carlos Humberto Prola Júnior

Renato de Rezende Gomes

## **Procurador da República em Concórdia**

Lucas Aguilar Sette

## **Procuradores da República em Criciúma**

Dermeval Ribeiro Vianna Filho

Fábio de Oliveira

Patrícia Muxfeldt

## **Procuradores da República em Itajaí**

Andrei Mattiuzi Balvedi

Daniel Ricken

Marcelo Godoy

## **Procurador da República em Jaraguá do Sul**

Claudio Valentim Cristani

## **Procurador da República em Joaçaba**

Felipe D'Elia Camargo

## **Procuradores da República em Joinville**

Davy Lincoln Rocha

Flávio Pavlov da Silveira

Mário Sérgio Ghannagé Barbosa

Rodrigo Joaquim Lima

Tiago Alzuguir Gutierrez

## **Procurador da República em Lages**

Nazareno Jorgealem Wolff

## **Procurador da República em Mafra**

Rui Maurício Ribas Rucinski

## **Procurador da República em Rio do Sul**

Alisson Nelício Cirilo Campos

## **Procuradores da República em São Miguel do Oeste**

Edson Restanho

Bruno Olivo de Sales

## **Procuradores da República em Tubarão**

Mário Roberto dos Santos

Eloi Francisco Zatti Faccioni

# Servidores do MPF/SC

## **Assessoria Jurídica (Assjur)**

Erich Walter  
José Roberto Cardoso

## **Assessoria da Procuradoria Regional Eleitoral (Assel)**

Renato Momm  
Rosiane da Silva Vieira Bonatto

## **Assessoria de Comunicação Social (Ascom)**

Adauri Antunes Barbosa  
Humberto Eckhard  
Luценio Zanoni da Rocha

## **Assessoria de Pesquisa e Análise Descentralizada (Asspad)**

Bruno Brito de Oliveira  
Felipe Rhenius Nitzke  
Gerson Cunegatto  
Mariana Dalpont Balbinot  
Ricardo Cabral  
Sidney Marinho Filho  
Suair da Silva Campos  
Viviane de Souza Andreatta

## **Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (APGE)**

Rodrigo Taddei Alves

## **Assessoria (GabPRE)**

Daniela Bertazzo Mota Dutra

## **Coordenadoria de Administração (CA)**

Marcos Kimura

## **Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)**

Andréa Paula Mosqueta  
Cléria Vergílio Flores Nunes Colares  
Cynthia de Moura Orengo  
Ewerton Martins Ribeiro  
Joselha Tereza Morello Maia de Jesus

## **Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ctic)**

Frederico José de Souza Filho  
Luciana Costa Mência  
Luís Ramos Maia Costa  
Willian Savi

## **Coordenadoria Jurídica e de Documentação (Cojud)**

Juliana Kehl  
Konrad Augusto de Alvarenga Amaral  
Paulo Henrique Corrêa Moura

## **Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (Deof)**

Elma Rejane Anastácio  
Fátima Rosane Alves Ilha  
Luciane Silva Nunes  
Marluci Duarte Tonet

## **Divisão Criminal (Dicrim)**

Adília Ribeiro Quintelas  
Alexandre Machado de Lima  
Sandra Cysne Cidral

## **Divisão Cível (Diciv)**

Carolina Poeta Mangrich  
Gisele Silva Melo Haubert  
Júlio César Corrêa de Mattos Barroso  
Mario Cezar D'Agostini  
Ricardo de Abreu Colares

## **Divisão de Contratações e Gestão Contratual (DICGC)**

Adelmo Biancato Alberton  
André Luiz Calleya  
Pedro César Martins  
Tânia Cristina Linkiwcz Ribeiro Santolin

## **Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA)**

Evaldo Hildebrando Cardoso Neto  
Fábio Alberto Pereira da Cunha  
Helinton Luís Costa

## **Divisão de Segurança Orgânica e Transporte (Disot)**

Arno Reis  
Arthur de Paula Pina do Nascimento  
Davi Cidade  
Luciano Alves Fiori  
Marco Antônio Genta  
Ricardo Moacir Bento

## **Divisão do Plan-Assiste (Diplan)**

Graciela Frota  
João Ricardo Rocha Salomão  
José Itazir Vieira Júnior  
Sibelle Kiefer

## **Gabinete de Procurador da República (GabPR)**

Adriana Teixeira Gama D'Eça Prats  
Airtton Cassol  
Alessandro Rodrigues de Souza  
Alexandra Tosi  
Alexandre José Reis  
Aline Folador  
Amélia Cristina Stahlschmidt Moura

André Francisco  
André Guimarães Chaves Moreira Reis  
Bianca Bezerra da Silva da Glória  
Carlos José Corrêa Lucchesi  
Clarissa Izabela Alves Montalvão Fialho  
Cléber Machado  
Cleidy Godoy Carvalho Franzen  
Emerson Ansbach  
Fábio Martins Caçador  
Fabiola Fontes Rocha  
Francisco Antônio Valle Weimann  
Frederico Bertoletti Kampmann  
Geovana Alzira de Lima Cabral  
Guilherme Medeiros Domingos  
Heloísa Brascher Goulart  
Izabella Carabetti Gouvêa  
Joana Berte Volpato  
João Henrique Müller  
Katiene Marly Telles Pereira  
Leonardo Schlickmann Oliveira Souza  
Luciana Pereira de Oliveira Ferrari  
Luciana Schlup  
Luiz Gustavo Maragno Silva  
Luiz Paulo Ishibashi  
Marina Melo Cunha  
Nelson João Pereira Júnior  
Nilson José Lomba Barbosa  
Patrícia Abreu Corrêa Pereira  
Raquel Cláudia Penno  
Roberto Rodrigues Lima  
Rosane Fátima Dariva  
Sandra Fermiano de Los Santos  
Sônia de Menezes Belota Gomes  
Valério Pinto Reinheimer  
Vânia Luzia Gorges  
Waneska Cardoso de Schueler

**Gabinete do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (GabPRDC)**

Gregório Alberto Linhares  
Roseli Adriana dos Santos

**Gabinete do Procurador Regional Eleitoral (GabPRE)**

Cláudia Nicolazzi Medeiros da Cunha Delpizzo  
Denilson Furtado Nascimento  
Lisarb Morales Freire

**Gabinete do Procurador-Chefe (GabPC)**

Ana Paula Borges Santos  
Daniela Mara Hoffmann Zimmermann  
Denise Ribeiro Bento Carvalho  
Ênio Schaucoski  
Gelson Jorge de Oliveira  
Ítalo Lopes Borges  
Luís Cláudio Coelho Vianna  
Marcos Farias de Almeida  
Roberta Ferrari Guizzo

**Núcleo Cível Judicial (Nucivj)**

Andréa Mello da Silva  
Gabriela Rossi Keuncke

**Núcleo de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Nuiti)**

Julian Teixeira Westphal  
Rogério Castellar Monteiro  
Thiago Schneider Flores Lopes

**Núcleo de Manutenção e**

**Serviços Gerais (NMSG)**  
Paulo Ricardo da Silveira Ballinhas

**Secretaria Estadual (SE)**

Adriano Bernardi Pereira Duarte  
Maximiliano Eller  
Patrícia Regina Escobar Wobeto  
Rafael Falcão Gonçalves da Silva

**Setor de Gestão Documental (SGD)**

Tanise Rosauro de Freitas

**Seção de Atendimento ao Cidadão (SAC)**

Celso Silveira  
Eduardo Alberto Cabral Tavares Marques  
Jaci Francisco Corrêa de Sousa

**Seção de Atendimento, Relacionamento e Telecomunicações (Seart)**

Bianquini Souza Maria  
Danrley Capdeville Silva  
Gleiber Fernandes Royes  
Murilo Fernandes de Anchieta Ramos

**Seção de Biblioteca e Pesquisa (SEBP)**

Janaina Oliveira de Sousa  
Ladislau Porto Larroyd

**Seção de Estágio (Sest)**

Fábio Delvízio de Menezes  
Osemar Oliveira Braga

**Seção de Logística (Selog)**

Danise Fernandes  
Márcio Francesco dos Santos Ferreira  
Sérgio Luiz de Aguiar

**Seção de Registro e Acompanhamento Funcional (Seraf)**

Ana Cristina Rolim Barbosa  
Cleverson Martins  
Maria Valéria de Oliveira  
Vanessa Xavier Sguaró

**Seção de Transporte (Setran)**

Alex Aguiar

Denilvo Belegante  
Fernando da Luz Santana  
Janmiel Martins Bastos  
José Patrício de Carvalho Réus  
Leandro Rodrigues Freda  
Marcelo Falconi Cardoso  
Wellington Corrêa Nunes

**Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas (SLDE)**

Daniel Carlos Weingartner

**PRM BLUMENAU**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Cairo Henkels

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Alexandre Montalvão Ferraz  
Bruna Jordana Hasse  
Deise Karina Mafra Sommerfeld  
Elton Ferreira Pereira da Silva  
Geruza de Melo de Lima  
Gustavo Lage Duarte  
Gustavo Pinto Novaes  
Heider Amaral e Silva  
Henrique Santiago Néto  
Igor Daniel Cavalcante de Melo  
Janayna Rosa  
João Weligton Abdalla  
José Hugoardini Filho  
Leandro Cardoso  
Luan Gomes das Neves  
Luís Carlos Kuchenbecker  
Márcio Elias Mesko  
Mária Rosário de Melo  
Michel Kleinschmidt  
Pâmela Raissa Pereira  
Rafael Nietzsche Renzetti Ouriques  
Roberto Evaristo Wenceslau  
Rosemeri Mathiussi Moreira da Silva  
Tatiana Ianakiewa de Carvalho Naliato

**Setor de Acompanhamento Processual (Serap)**

Alexandre Aníbal de Souza  
José Manuel Prieto Rodriguez

**Setor de Apoio Administrativo (SAA)**

Cláudio Eduardo Vieira Rocha  
Francisco Alessandro da Silva Falcão  
Joares dos Santos  
José Geraldo de Resende  
Juliano da Silva Erhardt  
Luís Carlos de Figueiredo

**Setor de Autuação e Distribuição (SAD)**

Elise Starke Neuhaus  
Renata Josiane Oliveira Assmann

**Setor de Pessoal (SP)**

Georges Raphael Borges

**Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Dário Camargo de França  
Fábio Mariano de Medeiros  
Rafael Cascaes

**Subcoordenadoria Jurídica (SubJUR)**

Flávia Teixeira Trindade Guerra

**PRM CAÇADOR**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Chrystyen Adrien Bastos Fernandes  
Ricardo José Feiten

**Setor Administrativo (Sadm)**

Mariana Pickcius Celant

**Setor Jurídico (SJUR)**

Braitner Marques Mendes  
Carolina Henkels Rosa

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Fernanda Canalle Gatti  
Jane Cláudia Munaro Moreira

**PRM CHAPECÓ**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Aderlei José Figueira  
Elena Muller  
Wilson Macena de Oliveira

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Alessandra Fontan Martin Lanznaster  
Ana Paula Hartmann de Jesus  
Bruna Dal Bello Andrioli  
Fábio Marcante  
Fabrício Behr  
Josilene Brietzg Modesti  
Lairdes Zanchet  
Lisiane Wailand  
Luciano Moreira Barreto  
Maico Hentz  
Marcos Vinícius Szczepanik  
Pietra Ferla

Quelim Daiane Crivelatti  
Samuel Dayan Maraschini

**Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Gabriel Schimmelpfennig Lopes  
Ivam Shigueyuki Suzuki

**Subcoordenadoria Jurídica (SubJur)**

Antônio Pereira de Magalhães  
Ivan Carlos Merisio  
Jucimara Corloto

**PRM CONCÓRDIA**

**Setor Administrativo (SADM)**

Cassiano Denis Litwin  
Diogo Machado

**Setor Jurídico (SJUR)**

Lamec de Aquino Farias  
Márcio Fabiano Helbing

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Vinicius Dias dos Santos da Silva

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Carolina Gehlen Costella  
Diana Comin  
Ricardo Augusto Reali

**PRM CRICIÚMA**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Micheline Garcia Cavalcanti de Almeida

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Adriel de Sá Monteiro  
Benjamin Hamoy Júnior  
Camila De Luca Casagrande Meller  
Elaine Framento  
Felipe Zanette Rovaris  
Giovana Serafin Couto Tasca  
Jonas Gottmannshausen  
Luciana Cardoso de Aguiar  
Luciana Rosa de Andrade Del Castanhel  
Luíza Helena Savedra de Sousa  
Maria de Fátima Frello Joaquim  
Paulo Henrique de Souza  
Tiago Luiz Costa da Silva

**Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Carlos Roberto Freitas Júnior  
Cristina Zappelini Berti Matiola  
José Adilson do Nascimento Rodrigues  
José Luís Gomes Santos  
Mário César Silveira Júnior

**Subcoordenadoria Jurídica (SubJur)**

Adriana Girardi Zilli Angulski  
Darci Rodrigues de Almeida  
Gelson Luiz Recco

**PRM ITAJAI**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Aroldo Higashi  
Caio Augusto dos Santos Alves  
Carolina Ferreira Guimarães  
Fábio Augusto Kohut  
Joedilson Braga de Azevedo  
Luana Milak Furmanski  
Lucas Costa Almeida Dias  
Rita Helena do Socorro de Souza Ferreira

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Alexandre Weccck de Lacerda  
Felipe Rhenius Nitzke  
Fernando César Matta  
Graziele Franzon Schlupp  
Ivaldo da Gama Marques Júnior  
Kênia Bernardes Borderes  
Larissa de Souza Moreira  
Luiz Carlos de Souza Júnior  
Matheus Bossle dos Santos  
Mathias Rossato  
Rosemari Hurst  
Thaísa Dyala da Costa  
Thayse Catherine Purnhagen

**Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Antônio Alves de Paula  
Carlos Henrique Pereira Matte  
Eduardo Canavarros de Arruda  
Juarez Cavalcanti Botelho  
Thiago Sabara Vieira Goes  
Uratán Jonas Lobo

**Subcoordenadoria Jurídica (SubJur)**

Eduardo Henrique Ferreira Lima Elery  
Harley Anderson dos Santos  
Paulo do Valle Montemor

### **PRM JARAGUÁ DO SUL**

#### **Coordenadoria da PRM (Coor)**

André Augusto Pereira Cunha

#### **Setor Administrativo (SADM)**

Evaldo Rodrigues Rosa

Patrícia Isabelle Pereira da Cunha Magalhães

Hidalgo

Rafael Cavaler Garcia

#### **Setor Jurídico (SJUR)**

Emanuelle Tillmann Biz Meirelles

Luiz Ricardo da Silva

#### **Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

André Garcez Quirino

Rita de Cássia de Lima Vielmo

Valesca Barreto Pereira

### **PRM JOAÇABA**

#### **Setor Administrativo (SADM)**

Gerusa Marta Sintlinger

Marcelo Gruber

#### **Setor Jurídico (SJUR)**

Mizael de Sá Rocha Monteiro

Sílvia Aparecida Gab Schuster

#### **Coordenadoria da PRM (COOR)**

Márcia Aparecida Bernardi Yamaguti

#### **Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Ana Maria Dal Vesco Maresch

Mateus Telesca

Maurício Eing

### **PRM JOINVILLE**

#### **Setor de Apoio Administrativo (SAA)**

Clécio Otávio Kuzniarski

#### **Subcoordenadoria Jurídica (SubJUR)**

Celso Luiz Nepomuceno Filho

Laércio Pires Cardoso Júnior

Marcela Gurgel do Nascimento

Rodrigo Gandra Carvalho

Tryci Saruwatari Yamaki Liston

#### **Coordenadoria da PRM (Coor)**

Alexandre Albuquerque Cabral Valim

Heron Pires Pereira

José Gilvan da Silva

Lindomar Sampaio Amaro

Luiz Alexandre Marasca

Rogério Postai

Victor Hugo Garcia

#### **Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Aline Gelain

Ana Paula Moller

Bruna Deon

Carlen Borges

Cleverson Diego Herbst

Cristiane Elisabete da Costa Faustino da Silva

Débora da Silva

Diego Brambilla Castanheiro

Emily Fachin Zaroni

Fernanda Jaqueline Gorges

Gabriel Artur Cunha Maciel

Georgia Francine Parucker

Glauce Teixeira da Fonseca

João Henrique Carvalho de Chaves

Jorge Merida Bomfim

Kamilla Maria Felipe de Macedo

Mariane Cristina Mayer

Rafael Coutinho Paiva

Roberto Flávio Parisotto

Rosália Bodnar

Sabrina de Oliveira Santana

Vanessa Branquinho Maracajá Baker

Viviane Graciele Lena de Mattos

#### **Setor de Acompanhamento Processual (Serap)**

Djeine Laine Winiarski

#### **Setor de Autuação e Distribuição (SAD)**

Marcos Fernando Dauner

#### **Setor de Pessoal (SP)**

Daniel Jony da Silva Ormond

#### **Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Evandro Delgado de Siqueira

Mauro Aurélio Gonçalves

### **PRM LAGES**

#### **Coordenadoria da PRM (Coor)**

Diego Gomes do Socorro

Hercílio Orestes de Souza e Oliveira

#### **Setor Administrativo (SADM)**

Adriano Cecílio Madeira

Joares Antunes dos Santos

Lara Raquel Fontana

Maurício Ramos Eltermann

**Setor Jurídico (SJUR)**

Diego Siqueira Carneiro da Fontoura  
Josiane Schlickmann Philippi  
Maria Anália de Lima Seixlack

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Felipe de Farias Ramos  
Letícia Pereira Malinverni Appel  
Schayane de Souza

**PRM MAFRA**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

Adriana Fernandes Góes  
Tiago Martins de Oliveira

**Setor Administrativo (SADM)**

André Luiz Leal  
Roberto Luiz Soares Di Santo

**Setor Jurídico (SJUR)**

Fernando de Almeida Moreira

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Bruna Wagner Pasdiora  
Letícia Grachinski Reche  
Scheila Burger Schonardie

**PRM RIO DO SUL**

**Coordenadoria da PRM (Coor)**

João Marcelo Marques Dellias

**Setor Administrativo (SADM)**

Igor Alves dos Santos  
Nemésio Gomes dos Santos Júnior

**Setor Jurídico (SJUR)**

Bruna Patrícia de Souza da Rocha

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Anderson Luiz Araújo  
Bibiana Vieira Cassol  
Deise Kniss Luckmann  
Marcos Roberto Ferreira

**PRM SÃO MIGUEL DO OESTE**

Coordenadoria da PRM (Coor)  
Elisane Inês Wailand

**Setor Administrativo (SADM)**

Márcio Gládio Gomes Cavalcanti Mello

**Setor Jurídico (SJUR)**

Rodrigo da Silva Higino

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Henrique José Santos Viard  
Karine Fátima Ludwig  
Michele Mariani  
Vantuir de Fátima Torres  
Daniele Kivel  
Manuela Lehrbach  
Marcelo Lucchese Cordeiro

**PRM TUBARÃO**

**Coordenadoria de PRM (Coor)**

Fábio Lebarbenchon Soares

**Gabinete de Procurador da República (GabPRM)**

Alex Palma  
Alice Roussenoq Laureano  
Andrey Luciano Fagundes Miranda  
Carlos Eduardo Alves da Silva  
Carolina Fraga Pereira  
Cristiano de Souza Selig  
Daniel Melo  
Flávia Karina Wagner  
Janaina Gesser  
Louise Kuchenbecker  
Maria Carolina Garcia Cavalcanti Barreiros  
Ronei Crocetta Feltrin  
Vera Lúcia Kulkamp Pereira

**Subcoordenadoria Administrativa (SubADM)**

Alexandre Prates Goulart  
Flávio de Souza Júnior  
Lídia Mendes Villar  
Marcelo Jorge Porto da Cunha  
Marcos Antônio Squizzato de Oliveira

**Subcoordenadoria Jurídica (SubJUR)**

André Machado de Oliveira  
Evandro da Silva Godoy

**Atuação judicial do MPF/SC**  
(2012 a 30/09/2018)

## Atuação judicial do MPF/SC

2012 a 30/09/2018



**51.423** Custos Legis



**38.016** Processos criminais



**21.882** Inquéritos policiais



**4.536** Processos eleitorais



**4.423** Processos cíveis ajuizados



**438** Termos circunstanciados



**6** Cooperação jurídica internacional

**Total 120.724**

**Custos Legis (2012 a 30/09/2018)**

Benefício assistencial (Art. 203,V CF/88).....	6915	Desembaraço aduaneiro .....	315
Tratamento médico-hospitalar.....	3743	Idoso .....	312
Pensão por morte (Art. 74/9).....	3110	PIS .....	312
Auxílio-doença previdenciário.....	2148	Gratificações da lei 8.112/1990.....	307
Auxílio-reclusão (Art. 80).....	2130	Aposentadoria por idade (Art. 48/51).....	303
Aposentadoria por invalidez .....	1576	Contribuição sobre a folha de salários.....	272
Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6).....	1231	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	266
Fornecimento de medicamentos.....	1110	Conselhos regionais de fiscalização profissional e afins .....	258
Medicamento / Tratamento / Cirurgia de eficácia não comprovada.....	866	Conselhos regionais e afins (anuidade).....	257
Deficiente .....	784	RMI pela equivalência entre Salário-de-Benefício e Salário-de-Contribuição.....	252
Seguro desemprego.....	755	Matrícula.....	243
Saúde.....	750	Indenização por dano material.....	238
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) .....	538	Sistema Remuneratório e Benefícios .....	235
Contribuições previdenciárias .....	499	Multas e demais sanções.....	230
Liberação de mercadorias.....	474	Inquérito / Processo / Recurso Administrativo.....	224
Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial .....	463	Usucapião extraordinário.....	219
Data de início de benefício (DIB) .....	456	Desapropriação por utilidade pública DL 3.365/1941 .....	212
Aposentadoria especial (Art. 57/8) .....	434	Usucapião ordinário.....	208
Aquisição.....	398	Renda Mensal Inicial (RMI) Reajustes e revisões específicas.....	205
Imposto de Renda de Pessoa Física.....	386	Programa de Recuperação Fiscal (Refis).....	191
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	385	Dívida ativa.....	190
Indenização por dano moral.....	382	Ensino superior.....	186
Terreno de Marinha.....	352	Outros.....	15120
Perda da propriedade.....	339		
Cofins.....	325		
Concessão de naturalização.....	319		

**Total****51.423**

## Processos criminais ajuizados pelo MPF/SC (2012 a 30/09/2018)

Contrabando ou descaminho.....	7634	Crimes contra as Telecomunicações.....	305
Estelionato Majorado.....	4043	Peculato.....	290
Crimes contra o Meio ambiente e o Patrimônio Genético.....	2137	Crime contra a administração ambiental.....	284
Execução Penal.....	1739	Crimes contra a flora.....	280
Moeda Falsa / Assimilados.....	1694	Crimes contra a ordem econômica.....	280
Crimes contra a Ordem Tributária.....	1312	Pena Privativa de Liberdade.....	242
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.....	1170	Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	236
Apropriação indébita previdenciária.....	780	Crimes da lei de licitações.....	216
Estelionato.....	767	Prestação pecuniária.....	214
Pena Restritiva de Direitos.....	728	Apropriação indébita.....	212
Prestação de Serviços à Comunidade.....	664	Furto.....	209
Crimes de Tráfico Ilícito Uso Indevido de Drogas.....	647	Crimes contra a fauna.....	207
Uso de documento falso.....	622	Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores.....	202
Falsidade ideológica.....	599	Pesca.....	198
Sonegação de contribuição previdenciária.....	547	Contrabando ou descaminho (art. 334).....	191
Tráfico de Drogas e Condutas Afins.....	457	Desacato.....	189
Desobediência.....	439	Crimes do Sistema Nacional de Armas.....	162
Livramento condicional.....	397	Quadrilha ou Bando.....	159
Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	388	Crimes Militares.....	156
Falsificação de documento público.....	334	Roubo.....	149
Cumprimento de pena.....	324	Estelionato majorado (art. 171, § 3º).....	139
Furto Qualificado.....	311	Roubo majorado.....	138
Falso testemunho ou falsa perícia.....	308	Outros.....	5317

**Total**

**38016**

## Inquéritos Policiais (2012 a 30/09/2018)

Estelionato majorado.....	4143	Crimes de Tráfico Ilícito e	
Moeda Falsa / Assimilados.....	2094	Uso Indevido de Drogas.....	252
Contrabando ou descaminho.....	1931	Apropriação indébita Previdenciária.....	250
Crimes contra o Meio		Desobediência.....	247
Ambiente e o Patrimônio Genético.....	1464	Tráfico de Drogas e Condutas Afins.....	220
Crimes contra a Ordem Tributária.....	892	Crime contra a administração ambiental.....	213
Crimes contra o sistema financeiro nacional.....	848	Apropriação indébita.....	208
Falsidade ideológica.....	656	Falsificação / Corrupção / Adulteração	
Estelionato.....	562	/ Alteração de produto destinado a fins	
Furto qualificado.....	515	terapêuticos ou medicinais.....	203
Falso testemunho ou falsa perícia.....	493	Crimes da Lei de licitações.....	189
Uso de documento falso.....	451	Crimes contra a Ordem Econômica.....	183
Furto.....	433	Ameaça.....	149
Sonegação de contribuição previdenciária.....	429	Falsificação de documento particular.....	132
Falsificação de documento público.....	349	Roubo majorado.....	129
Crimes previstos no Estatuto da		Crimes do Sistema Nacional de Armas.....	111
Criança e do Adolescente.....	328	Da poluição.....	109
Crimes contra as Telecomunicações.....	313	Estelionato majorado (art. 171, § 3º).....	101
Peculato.....	275	Outros.....	3010

**Total**

**21882**

## Processos Eleitorais (2012 a 30/09/2018)

Prestação de contas candidatos.....	921	Conduta Vedada ao Agente Público.....	28
Registro de Candidatura.....	826	Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito/Inserções de Propaganda.....	28
Inelegibilidade.....	180	Propaganda Política – Propaganda Eleitoral - Bem Particular.....	27
Prestação de contas.....	136	Pesquisa Eleitoral.....	25
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral - Internet.....	120	Registro de Candidatura.....	24
Prestação de contas comitê financeiro.....	115	Registro de Candidatura - Drap Partido/ Coligação.....	24
Prestação de contas exercício financeiro.....	105	Cassação do diploma.....	20
Corrupção eleitoral.....	77	Condição de Elegibilidade - Quitação Eleitoral.....	20
Propaganda política - Propaganda eleitoral.....	77	Impugnação – Transferência de Domicílio Eleitoral.....	20
Condição de elegibilidade - Filiação partidária.....	62	Propaganda eleitoral.....	20
Doação de recursos acima do limite legal - Pessoa Física.....	62	Justificação de Desfiliação Partidária.....	19
Veiculação de propaganda partidária - Inserções.....	55	Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada.....	19
Requerimento.....	54	Registro de Candidatura - Preenchimento de Vaga Remanescente.....	19
Crimes contra o sigilo ou o exercício do voto.....	53	Alistamento Eleitoral - Cancelamento.....	18
Captação ilícita de sufrágio.....	50	Conduta Vedada a Agente Público.....	18
Minuta de resolução.....	46	Crimes contra a Fé Pública Eleitoral.....	18
Eleitor.....	43	Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Particular de Uso Comum.....	18
Perda de cargo eletivo por desfiliação partidária.....	40	Transgressões Eleitorais.....	18
Alistamento eleitoral - Domicílio eleitoral.....	35	Condição de Elegibilidade - Pleno Exercício dos Direitos Políticos.....	16
Crimes eleitorais.....	35	Execução - De Multa Eleitoral.....	15
Impugnação ao registro de candidatura.....	33	Comitê Financeiro.....	13
Direito de resposta.....	30	Filiação partidária.....	13
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito/Programa em Bloco.....	30	Consulta.....	12
Doação de Recursos Acima do Limite Legal - Pessoa Jurídica.....	29	Outros.....	870

**Total**

**4536**

**Processos cíveis ajuizados pelo MPF/SC (2012 a 30/09/2018)**

Tratamento Médico-Hospitalar.....	845	Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético.....	41
Dano Ambiental.....	340	Condomínio.....	39
Meio Ambiente.....	304	Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.....	27
Área de Preservação Permanente.....	230	Unidade de Conservação da Natureza.....	27
Improbidade Administrativa.....	227	Revogação/Concessão de Licença Ambiental.....	25
Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88).....	152	Revogação/Anulação de multa ambiental.....	23
Mineração.....	136	Bens Públicos.....	22
Flora.....	110	Ambiental.....	21
Indenização por Dano Ambiental.....	110	Poluição.....	20
Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada.....	109	Recursos Minerais.....	20
Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins.....	87	Aposentadoria por Invalidez.....	18
Zona Costeira.....	85	Defensoria Pública.....	18
Fornecimento de Medicamentos.....	76	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade).....	16
Terreno de Marinha.....	68	Terras Indígenas.....	16
Dano ao Erário.....	63	Direito do Consumidor.....	14
Pensão por Morte (Art. 74/9).....	61	Patrimônio Histórico / Tombamento.....	14
Violação aos Princípios Administrativos.....	58	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico.....	13
Auxílio-Doença Previdenciário.....	55	Concessão de naturalização.....	13
Saúde.....	55	Outros.....	772
Auxílio-Reclusão (Art. 80).....	51		
Direitos Indígenas.....	42		

**Total****4423**

## Termos Circunstanciados (2012 a 30/09/2018)

Desacato.....	78	Contravenções Penais.....	4
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético.....	77	Crimes de Abuso de Autoridade.....	4
Desobediência.....	52	Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas.....	4
Ameaça.....	21	Leve.....	4
Moeda Falsa / Assimilados.....	20	Meio Ambiente.....	4
Crimes contra a Fauna.....	13	Ameaça (art. 147).....	3
Posse de Drogas para Consumo Pessoal.....	12	Calúnia.....	3
Crimes contra a Flora.....	11	Crimes contra a Ordem Tributária.....	3
Injúria.....	11	Crimes contra as Telecomunicações.....	3
Crimes contra o Ordenamento urbano e o Patrimônio Cultural.....	9	Crimes contra o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama.....	3
Crime contra a administração ambiental.....	8	Dano.....	3
Crimes do Código Brasileiro de Telecomunicações.....	7	Difamação.....	3
Resistência.....	7	Falsa identidade.....	3
Apropriação de Coisa Haverida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza.....	6	Furto.....	3
Da Poluição.....	5	Lesão Corporal.....	3
Constrangimento ilegal.....	4	Prevaricação.....	3
Contra o Meio Ambiente.....	4	Outros.....	40

**Total**

**438**

**Atuação extrajudicial do MPF/SC**  
(1998 a 2018)

## Atuação extrajudicial do MPF/SC

1998 a 2018



**42.360** Criminal



**23.417** Tutela coletiva



**3.301** Procuradoria Regional dos Direitos  
do Cidadão (PRDC)



**566** Eleitoral



**227** Controle externo da atividade policial



**38** Controle de constitucionalidade



**8** Cooperação jurídica internacional

**Total 69.917**

**Atuação extrajudicial criminal (1998 a 2018)**

Contrabando ou descaminho.....	7831	Direito Processual Penal.....	164
Crimes contra o Meio Ambiente e o patrimônio genético.....	4692	Uso de documento falso.....	153
Crimes contra a ordem tributária.....	4320	Furto.....	148
Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral.....	3035	Crimes da lei de licitações.....	127
Estelionato majorado.....	2906	Crimes contra a ordem econômica.....	125
Direito Penal.....	1953	Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	124
Estelionato.....	1295	Ameaça.....	98
Contrabando ou descaminho (art. 334).....	1076	Improbidade Administrativa.....	98
Sonegação de contribuição previdenciária.....	901	Sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A e Lei 8.212/91).....	98
Estelionato majorado (art. 171, § 3º).....	842	Contra o meio ambiente.....	97
Moeda falsa / Assimilados.....	823	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	96
Crimes contra a fé pública.....	809	Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista.....	95
Crimes contra o patrimônio.....	723	Falsificação de documento particular.....	89
Apropriação indébita Previdenciária.....	700	Desobediência (art. 330).....	85
Crime contra a administração ambiental.....	542	Dano ambiental.....	82
Pesca.....	524	Peculato.....	82
Desobediência.....	503	Crimes de abuso de autoridade.....	77
Crimes contra a fauna.....	486	Crimes contra as telecomunicações.....	71
Crimes contra a flora.....	469	Prevaricação.....	71
Falso testemunho ou falsa perícia.....	452	Flora.....	66
Crimes contra o sistema financeiro nacional.....	439	Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.....	63
Falsidade ideológica.....	408	Crimes praticados por particular contra a administração em geral.....	62
Falsificação de documento público.....	359	Dano.....	57
Outras fraudes.....	299	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos.....	57
Meio Ambiente.....	265	Falsidade ideológica (art. 299).....	57
Crimes contra a organização do Trabalho.....	171	Controle externo da atividade policial.....	55
Apropriação indébita.....	169		
Crimes contra a administração da Justiça.....	167		

Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A e Lei 8.212/91).....	53	Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	45
Difamação.....	52	Crimes do Código Brasileiro de Telecomunicações.....	41
Fraude à execução.....	51	Da poluição.....	41
Injúria.....	50	Pagamento ou parcelamento do crédito tributário.....	41
Crimes contra as finanças públicas.....	48	Outros.....	2335
Falsificação de papéis públicos.....	47		

**Total**

**42360**

**Tutela Coletiva (de 1998 a 2018)**

Improbidade administrativa.....	3915	Poluição.....	226
Meio Ambiente.....	2832	Zona costeira.....	212
Dano ambiental.....	1340	Direitos e Garantias Fundamentais.....	195
Saúde.....	1105	Repasso de verbas públicas.....	195
Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.....	860	Licitações.....	181
Tratamento médico-hospitalar.....	847	Gestão ambiental.....	174
Direito do Consumidor.....	737	Ensino superior.....	171
Direitos indígenas.....	670	Patrimônio histórico/Tombamento.....	142
Unidade de conservação da natureza.....	618	Telefonia.....	138
Mineração.....	474	Serviços.....	124
Patrimônio Cultural.....	462	Crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético.....	122
Área de Preservação Permanente.....	340	Dano ao erário.....	113
Concurso público/Edital.....	331	Prestação de serviços.....	109
Fiscalização.....	309	Revogação/Concessão de Licença Ambiental.....	109
Bens públicos.....	300	Hospitais e outras unidades de saúde.....	108
Flora.....	239	Moradia.....	106
Transporte terrestre.....	227	Outros.....	5386

**Total****23417**

## Direitos do Cidadão - PRDC (1998 a 2018)

Tratamento Médico-Hospitalar.....	1307	Direito Previdenciário.....	23
Saúde.....	481	Serviços.....	21
Acessibilidade.....	218	Sistemas de cotas - Lei 10.558/2002.....	21
Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.....	85	Não-discriminação.....	20
Pessoas com deficiência.....	84	Financiamento público da Educação e/ou Pesquisa.....	18
Direitos e Garantias Fundamentais.....	62	Assistência social.....	17
Hospitais e outras unidades de saúde.....	53	Educação pré-escolar.....	16
Medicamento / Tratamento / Cirurgia de eficácia não comprovada.....	53	Educação inclusiva.....	15
Ensino superior.....	45	Entidades de atendimento.....	15
Concurso público / Edital.....	43	Classificação e/ou preterição.....	14
Fiscalização.....	30	Reserva de Vagas para Deficientes.....	14
Auxílio-Doença Previdenciário.....	28	Alimentação.....	12
Ensino Fundamental e Médio.....	28	Transporte.....	12
Estatuto do Idoso.....	26	Educação profissionalizante.....	11
Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88).....	25	Estrangeiro.....	10
Moradia.....	24	Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).....	10
		Segurança Pública.....	10
		Outros.....	450

**Total**

**3301**

## Eleitoral (1998 a 2018)

Propaganda política - ropaganda eleitoral.....	319	Crimes contra o serviço da Justiça Eleitoral.....	9
Campanha eleitoral.....	66	Doação de recursos acima do limite legal - Pessoa Física.....	8
Crimes contra a organização administrativa da Justiça Eleitoral.....	21	Corrupção eleitoral.....	7
Captação ilícita de sufrágio.....	10	Doação de recursos acima do limite legal - Pessoa Jurídica.....	7
Prestação de contas.....	10	Corrupção ou fraude.....	6
Crimes contra a propaganda eleitoral.....	9	Conduta vedada a agente público.....	5
		Outros.....	89

**Total**

**566**

## Controle Externo da Atividade Policial (1998 a 2018)

Controle externo da atividade policial.....	49	Mandados de prisão.....	5
Polícia Rodoviária Federal.....	46	Polícia Civil.....	4
Polícia Federal.....	45	Depósito, uso e destino de armas e munições da corporação.....	3
Procedimentos disciplinares.....	15	Estabelecimentos prisionais e penitenciários.....	3
Estabelecimento policial.....	12	Ocorrências policiais, representações de ofendidos e “notitia criminis”.....	3
Correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial.....	11	Improbidade administrativa.....	2
Diligências.....	7	Outras forças policiais.....	2
Custódia, escolta e situação de presos.....	5	Outros.....	15

**Total**

**227**

## Controle de Constitucionalidade (1998 a 2018)

Ato estadual.....	4	Ato federal.....	2
Processo legislativo.....	3	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	2
Inconstitucionalidade material.....	3	Servidor público civil.....	1
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.....	2	Outros.....	21

**Total**

**38**

## TAC e Recomendações (2012 a 2018)

Recomendações.....	1114	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	93
--------------------	------	--	----

**Total**

**1207**



**Memórias visuais do MPF/SC**  
(1998 a 2018)





Apresentação de violinistas na PR/SC em evento promovido pelo Memorial da Casa (13/05/2015).



Procurador Carlos Augusto de Amorim Dutra homenageia servidoras, secretárias de gabinetes da PR/SC (18/10/2006).



Servidores e procurador de Caçador na inauguração da nova sede da PRM (03/04/2012).



Procuradora da República Analúcia Hartmann em vistoria ambiental na praia da Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis (10/11/2011).



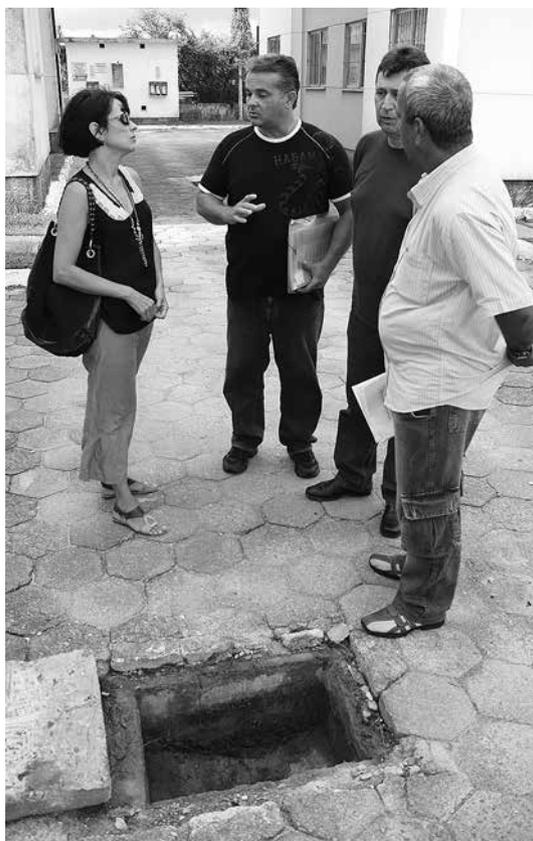
Comenda entregue pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina à subprocuradora geral da República aposentada Ana Maria Guerrero Guimarães (02/10/2008).



Procurador chefe Marcelo da Mota e procurador da República Andrei Mattiuzi Balvedi na inauguração da PRM Concórdia (31/05/2012).



Procuradores Claudio Dutra Fontela, Carlos Augusto de Amorim Dutra e Davy Lincoln Rocha supervisionando o 23º Concurso para Procurador da República, no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis (16/10/2006).



Procuradora Analúcia de Andrade Hartmann  
vistoria condomínios financiados pela Caixa  
Econômica Federal (25/03/2009).



Consulta pública realizada no município de Forquilha (29/08/2013).



Correição ordinária do MPF na PR/SC, com a presença da subprocuradora geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho (07/04/2011).



Curso de defesa pessoal ministrado na Polícia Federal para os técnicos em segurança institucional e transporte (22/11/2010).



Homenagem pela aposentadoria da servidora Denise Alcântara Bezerra de Lima, de Joinville (29/07/2011).



Torneio de pebolim na antiga sede da Associação dos Servidores do MPF/SC (06/06/2005).



Encontro na PRM Blumenau de procuradores que atuaram junto a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (25/03/2013).



Evento em homenagem a servidoras da PRM Tubarão (09/07/2007)



Vistoria do procurador João Marques Brandão Néto na praia de Canasvieiras, em Florianópolis (20/01/2016)



Festa de final de ano promovida pela Associação dos Servidores do MPF/SC (26/11/2006).



Reunião dos procuradores em Santa Catarina que integraram o Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (20/04/2010).



Procurador chefe Marcelo da Mota e procurador da República em Criciúma Darlan Airton Dias no ato de inauguração da nova sede da PRM (17/03/2015).



Procurador geral da República Roberto Monteiro Gurgel e procurador chefe da PR/SC Marcelo da Mota inauguram novo prédio do MPF em SC (07/12/2012)



Foto oficial da inauguração da nova sede do MPF/SC (07/12/2012).



Servidores da PRM Joinville nas festividades da Copa do Mundo de 2010.



Procurador Maurício Gotardo Gerum prestigiando o colega procurador Marco Aurélio Dutra Aydos no lançamento do seu livro “Esperança e Memória”, no Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis (08/06/2007).



Mobilização de servidores em defesa do Plano de Cargos e Salários no pátio da antiga sede do MPF/SC na Rua Bulcão Viana (18/11/2005).



Assembleia de servidores do MPF em SC em frente a antiga sede da Rua Bulcão Viana (23/09/2005).



Reunião de servidores da PR/SC pedindo o apoio dos membros para a aprovação de um Plano de Cargos e Salários (23/09/2005).



Aposentadoria da colega da PR/SC Neide Santos da Silva (09/04/2010).



Passeio ciclístico dos servidores da PR/SC na Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis (10/05/2012).



Foto oficial do Encontro Estadual dos Procuradores da República em Santa Catarina com a presença do PGR Roberto Monteiro Gurgel (26/08/2010).



Entrega do título de cidadão honorário de Florianópolis ao procurador da República Walmor Alves Moreira (23/03/2006).



Servidores que atuavam na PRM Chapecó (2007).



Recepção da sede do MPF/SC na antiga sede da Rua Bulcão Viana (2008).



Comemoração da Semana da Mulher na PR/SC (12/03/2015).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Santa Catarina

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876  
(48) 2107-6100 Gabinetes e (48) 2107-2410 Administração  
88025-255 - Florianópolis SC  
www.mpf.mp.br/sc

**Procurador chefe**

Darlan Airtton Dias

**Coordenação e produção editorial**

Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da Procuradoria da República  
em Santa Catarina

(48) 2107-2480, 2107-2466 e 2107-2474  
prsc-ascom@mpf.mp.br

**Equipe Ascom**

Adauri Antunes Barbosa, Humberto Eckhard, Lucenio Zanoni da Rocha  
e Ezequiel Antonio da Silva

**Editor**

Adauri Antunes Barbosa

**Capa**

Humberto Eckhard com imagens Created by Freepik

**Memórias visuais**

Lucenio Zanoni da Rocha

**Quadros estatísticos**

Ezequiel Antonio da Silva

**Arte final**

Cristiane Cardoso – Entrelinha Design Editorial

**Impressão**

Gráfica Monalisa

Esta edição tem o formato fechado de 14 X 21 cm e os papéis utilizados foram o Pólen Soft 80g para o miolo e o Cartão Supremo 250g para a capa. O texto principal foi composto em Kosuka Regular 10/13 e os títulos em Kosuka Medium 18/20.

Florianópolis, novembro de 2018



